

**ARQUIDIOCESE DA BEIRA
COMISSÃO DE CATEQUESE**

MANUAL DE FORMAÇÃO DE CATEQUISTAS



Beira - 2026

Dedicamos este Manual aos cristãos
que sentindo-se chamados
a exercer o ministério da catequese
se comprometem com sua causa

MANUAL DE FORMAÇÃO DE CATEQUISTAS

ARQUIDIOCESE DA BEIRA

COMISSÃO DE CATEQUESE

Beira, 2026

Ficha Técnica

Título: *Manual de Formação de Catequistas*

Autores:

Ir. Rita Gecchele

ritagecchele65@gmail.com

Pe. Belarde Sérgio Belarde

belardes3@gmail.com

Ir. Juana Ortega Torres, SSpS

juanassps@gmail.com

Sr. Rafael Vilanculos

filiperafaelvilanculo@gmail.com

Sra Ana Paula José Miguel

anapaulaj76@gmail.com

Pe. Bonifácio L. C. Conde

boniluisco@gmail.com

Pe. Diamantino Andrade

diamantinondrade@gmail.com

Pe. Hugo Domingos Machado

Pehugopadre@gmail.com

Pe. Marcos Mubango

marcius.horera@gmail.com

Imprimatur: 01/01/2026 – Solenidade de Santa Maria, Mãe de Deus

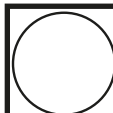
Copyright: Arquidiocese da Beira

Impressão e acabamento

Tiragem 500

Beira - Moçambique, 2026

ÍNDICE



ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS	9
PREFÁCIO	11
Capítulo I: A PESSOA DO CATEQUISTA	13
1. Introdução	13
2. A vocação do catequista	13
3. A dimensão humana, intelectual e espiritual do catequista	14
3.1. Dimensão humana	14
3.2. Dimensão intelectual	15
3.3. Dimensão espiritual	16
4. Oração do catequista	18
5. Síntese conclusiva	19
6. Exercícios de consolidação	19
Capítulo II: INTRODUÇÃO À CATEQUESE	21
1. Introdução	21
2. Definição da catequese	21
3. A catequese na história	21
4. Natureza da Catequese	24
5. Objectivos da Catequese	24
6. Finalidade da catequese	24
7. As tarefas da Catequese	25
8. As Fontes da Catequese	26
8.1. A Revelação de Deus	26
8.2. A Transmissão da Revelação Divina	27
a) Os Apóstolos e seus sucessores, transmissores do Evangelho	27
b) O Depósito da Revelação	28
8.3. O Magistério da Igreja	28
9. Síntese conclusiva	28
10. Exercícios de consolidação	28
Capítulo III: PEDAGOGIA, PSICOLOGIA E METODOLOGIA CATEQUÉTICA	29
1. Introdução	29
2. A pedagogia catequética	29
a) A pedagogia de Deus Pai – a pedagogia do dom	29

b)	A pedagogia de Jesus Cristo – pedagogia da encarnação	30
c)	A pedagogia da Igreja – pedagogia do sinal	31
3.	A psicologia catequética e a catequese aplicada às várias Idades	33
3.1.	O desenvolvimento humano	33
3.2.	Catequese aplicada às várias idades	34
4.	A metodologia catequética	35
4.1.	A variedade de métodos, sinal de vida e de riqueza	35
4.2.	O método, meio para educar na fé	36
4.3.	Os elementos do acto catequético	37
4.4.	Passos a seguir numa sessão de catequese (esquema geral)	37
5.	O catecumenado: um percurso de educação na fé	38
6.	Esquema da organização da catequese na Arquidiocese da Beira e os respetivos itinerários	40
7.	Síntese conclusiva	44
8.	Exercícios de consolidação	44
 Capítulo IV: NOÇÕES GERAIS DA BÍBLIA		45
1.	Introdução	45
2.	Conceitos gerais da Bíblia	45
2.1.	O que é a Bíblia?	45
2.2.	Quem escreveu a Bíblia?	45
2.3.	Como é composta a Bíblia?	46
2.4.	Quantos livros tem a Bíblia?	46
2.5.	Como localizar uma passagem bíblica?	47
3.	Visão geral do Antigo Testamento	48
3.1.	O Pentateuco	48
3.2.	Livros Históricos	49
3.3.	Livros Poéticos e Sapienciais	49
3.4.	Livros Proféticos	49
4.	Visão geral do Novo Testamento	49
4.1.	Os Evangelhos	49
4.2.	O livro de Atos dos Apóstolos	50
4.3.	As Epístolas (Cartas)	50
4.4.	Apocalipse	50
5.	Síntese conclusiva	50
6.	Exercícios de consolidação	50
 Capítulo V: CRISTO CENTRO DA CATEQUESE		51
1.	Introdução	51
2.	O lugar da pessoa de Cristo na catequese	51
3.	Mistérios da vida de Jesus	52
3.1.	Infância de Jesus	52
3.2.	Vida Pública de Jesus	53

3.3. Os Milagres	53
3.4. Paixão, Morte e Ressurreição	54
4. A vida em Cristo	55
4.1. O testemunho cristão	55
4.2. Princípios	56
4.3. O Apostolado	58
5. Síntese conclusiva	58
6. Exercícios de consolidação	58
Capítulo VI: SACRAMENTOS	59
1. Introdução	59
2. Dos sacramentos em geral	59
2.1. Concepto de sacramento	59
2.2. Número dos sacramentos	60
2.3. Classificação dos sacramentos	60
2.4. Matéria e forma	61
2.5. O direito dos fiéis aos sacramentos	61
3. Dos sacramentos em particular	61
3.1. Sacramento do Baptismo	61
3.2. Sacramento da Eucaristia	62
3.3. Sacramento da Confirmação	62
3.4. Sacramento da Penitência	62
3.5. Sacramento da Unção dos Enfermos	62
3.6. Sacramento do Matrimónio	63
3.7. Sacramento da Ordem	63
4. Síntese conclusiva	64
5. Exercícios de consolidação	64
Capítulo VII: MARIA NA HISTÓRIA DA SALVAÇÃO	65
1. Introdução	65
2. Maria nos Evangelhos	65
2.1. Maria no Evangelho de Marcos	65
2.2. Maria no Evangelho de Mateus	67
2.3. Maria no Evangelho de Lucas	68
2.4. Maria no Evangelho de São João	69
3. Maria na Tradição da Igreja	70
4. Os Dogmas marianos	71
5. Maria nas devoções e na liturgia	73
6. Síntese conclusiva	74
7. Exercícios de consolidação	74
Capítulo VIII: LITURGIA E CATEQUESE	75
1. Introdução	75

2. O que é liturgia?	75
2.1. A celebração litúrgica	75
2.2. Uma Liturgia inculturada	75
3. Conceitos necessários	76
3.1. Necessidade da Inculturação	76
3.2. O Rito e o texto litúrgico	77
3.3. Os Sinais e os Símbolos litúrgicos	77
4. O Ano Litúrgico	78
4.1. Ciclos litúrgicos das leituras	81
4.2. Hierarquia das celebrações	81
5. A Santa Missa	83
6. Síntese conclusiva	84
7. Exercícios de consolidação	84

Capítulo IX: Catequese Digital 85

1. Introdução	85
2. Cultura digital	85
2.1. Sinais dos tempos	85
2.2. Sociedade em rede	86
3. A fé em diálogo com o mundo	87
4. Ciberpecado e Cibergraça	87
4.1. Ciberpecado	88
4.2. Cibergraça	89
5. Catequese na era digital e catequese digital	89
5.1. Catequese na era digital	89
5.2. Catequese digital	90
5.3. Educar para rede	90
6. Síntese conclusiva	91
7. Exercícios de consolidação	91

Capítulo X: VIDA CRISTÃ, CULTURA, ECUMENISMO E DIÁLOGO INTERRELIGIOSO 93

1. Introdução	93
2. Relação entre a Igreja Católica a Cultura moçambicana	93
3. Relação entre Igreja Católica e outras Religiões Cristãs	96
4. Relação entre a Igreja Católica e outras Religiões não cristãs	97
5. Síntese conclusiva	98
6. Exercícios de consolidação	98

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 99

SIGLAS E ABREVIATURAS

1Pd	1ª Carta de S. Pedro
2Pd	2ª Carta de S. Pedro
2Tm	2ª Carta a Timóteo
AAS	Acta Apostolicae Sedis
AM	Africae Munus
Am	Livro do Profeta Amós
At	Livro dos Atos dos Apóstolos
c. ou cc.	Cânon ou cânones (Código do Direito Canónico)
CCDDS	Congregação para o Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos
Cf.	Conferir
CIC	Catecismo da Igreja Católica
CT	Catechesi Tradendae
DC	Directório para a Catequese
DCG	Directório Catequístico Geral
DGC	Directório Geral para a Catequese
DV	Dei Verbum (Constituição Dogmática)
EG	Evangelii Gaudium
EN	Evangelii Nuntiandi
EP	Evangelii Praecones
Gl	Carta aos Gálatas
Hb	Carta aos Hebreus
Ibid	Ibidem (mesmo autor e obra)
Is	Livro do Profeta Isaías
IV ANP	IV Assembleia Nacional da Pastoral
Jo	Evangelho segundo S. João
Jr	Livro do Profeta Jeremias
Lc	Evangelho segundo S. Lucas
Mc	Evangelho segundo S. Marcos
Mt	Evangelho segundo S. Mateus
Rm	Carta aos Romanos



PREFÁCIO

Desejosos de levar a bom termo o mandato de Cristo, de anunciar a todos os povos o Evangelho (Mt 28,19) e conscientes da necessidade da preparação dos catequistas, homens e mulheres, jovens e adultos, chamados a colaborar na missão desta Igreja particular que evangeliza, vive e celebra, reavivando o anúncio e a Palavra de Deus hoje com esperança, apresentamos este Manual de Formação de Catequistas, como uma ferramenta de apoio.

O catequista é numa igreja ministerial e em saída como a nossa, um irmão, uma irmã que procura ajudar os outros a fazerem o caminho para a maturidade da fé (DGC n° 148). Da sua boca, volta a ressoar sempre o primeiro anúncio: «Jesus Cristo ama-te, deu a sua vida para te salvar, e agora vive contigo todos os dias para te iluminar, fortalecer, libertar» (EG n° 164). Por isso o catequista deve estar consciente de que o encontro catequético enquanto momento do anúncio da Palavra (EG 166), está ao serviço do amadurecimento da fé, que permitirá oferecer frutos de perseverança e de testemunho do Senhor Jesus e da sua mensagem de salvação (IV ANP n° 21).

O Manual que tendes em mão, foi pensado e elaborado pela Comissão Arquidiocesana de Catequese, com auxílio de várias pessoas, às quais muito agradecemos pelo esforço e dedicação a este essencial serviço em favor da missão evangelizadora da Igreja. Como se poderá notar, este Manual é composto por dez temas importantes não só para a formação inicial, mas também para a formação permanente dos catequistas, que são chamados a serem anunciadores e testemunhas da Palavra de Deus. Podemos dividi-lo em quatro blocos de temas: A catequese e o catequista; A Sagrada Escritura; Sacramentos e Liturgia e vida cristã em relação (cultura, ecumenismo e diálogo inter-religioso). Estes temas, ajudarão na formação integral dos catequistas e a quem serão confiados, a formar a Igreja que como a barca, patente na capa deste Manual, deve enfrentar as ondas altas e baixas da história, da vida de fé.

Firmes na Esperança que não engana (Rm 5,5), confiamos cada um dos nossos catequistas e todo o seu serviço, à proteção e intercessão maternal de Maria, que soube escutar, guardar e viver a Palavra de Deus, para que o Espírito Santo, Senhor da vida, ilumine a nossa Arquidiocese na sua missão evangelizadora.

Beira, 1 de Janeiro 2026
Solenidade de Santa Maria Mãe de Deus

+ Cláudio Dalla Zuanna, scj
Arcebispo da Beira

Capítulo I:

A PESSOA DO CATEQUISTA

1

A PESSOA DO CATEQUISTA

1. Introdução

O catequista é alguém que recebeu o chamamento para exercer o ministério de catequese. É uma pessoa que dá um passo a mais no seguimento e no testemunho de Jesus Cristo em toda a sua vida. O catequista deve ser uma pessoa com um modo de proceder estimado pela comunidade, que deve responder de forma activa e com fé à vocação que recebeu de Jesus para servir a sua Igreja.

O catequista também deve responder a um perfil de acordo com o directório geral da catequese, tendo em conta as três dimensões da sua formação: o ser, o saber e o saber fazer e por fim, o catequista deve ser uma pessoa que predispõe a comunicação com Deus através da oração e o seu testemunho de vida.

Quem se lança à grande missão de evangelizar deve ter vivido uma experiência de amor por Jesus Cristo. Deve conhecer as próprias habilidades e tirar o máximo proveito das qualidades que tem, sabendo que não se nasce já acabado, senão que durante toda a vida a pessoa está em permanente crescimento.

Neste primeiro capítulo, “A pessoa do catequista”, apresentamos algumas linhas que podem ajudar os catequistas a refletir sobre a sua vocação e a cultivar as dimensões humana, intelectual e espiritual a fim de que cuidando destas dimensões possam viver com alegria sua vocação e ser frutíferos em sua missão.

2. A vocação do catequista

O Catequista é alguém que vai se constituindo a partir de um chamamento de Deus para exercer o ministério catequético. A vocação do catequista é a realização de sua vida baptismal e crismal, na qual, mergulhado em Jesus Cristo, participa da missão profética: proclamar o Reino de Deus.

Deus chama de muitos modos: através de uma situação-necessidade; de uma pessoa; de um conjunto de acontecimentos; através de sua palavra nas Escrituras; e em último caso através de fatos excepcionais (cf. Is 6; Am 3; Os 1,2-9). E a pessoa chamada se sente como que irresistivelmente incomodada, tocada, sensibilizada, questionada, motivada, além é claro, de outras características, como: se sentir pequeno, com medo/coragem (cf. Jr 1,4-19;

20, 7-18), de forma que vai em busca de certezas/respostas e dá o seu Sim, como o fez Maria, mãe de Jesus (cf. Lc 1,26-56).

Assim, nasce a vocação. Umas de modo comum, outras mais especiais, outras excepcionais, mas no geral, quando Deus chama para algo, o faz de modo comum e compreensível à pessoa chamada, na maioria das vezes a pessoa chamada nem se apercebe logo num primeiro momento, de modo que só mais tarde compreende o real significado de sua decisão e dá-se conta no seu íntimo que naquele momento ela teve um encontro com Deus (cf. At 9,1-20; 22,5-16; Gl 1,11-24).

Vocação é chamado. E nossa primeira vocação/chamado foi à existência. Em seguida, fomos chamados/vocacionados a crescermos e nos desenvolver como pessoas criadas à imagem e semelhança do Criador. Para cumprir em plenitude este propósito fomos chamados e escolhidos para sermos cristãos. Pelo sacramento do batismo fomos inseridos na grande família cristã, e deste modo assumimos a tríplice condição de sermos Sacerdotes, Reis e Profetas (cf. 1Pd 2, 9-10).

Esta condição/vocação têm sua radicalidade no seguimento a Jesus. Exercemos a tarefa de nossa vocação em nome do Senhor que nos chamou e enviou. Por isso, ser catequista, é viver o chamado de Deus e o envio que ele nos faz através da Igreja *para fazer ecoar na vida e no coração das pessoas o Amor e a Verdade que liberta e salva, que traz vida e vida em abundância* (cf. Jo 8,32; 10,10).

3. A dimensão humana, intelectual e espiritual do catequista

O ministério catequético é vivido contemplando aspectos fundamentais do ser cristão, tais como a vivência dos sacramentos, uma vida de oração, o testemunho e uma vida activa dentro da comunidade eclesial. Ora, para viver plenamente estes aspectos é importante que o catequista tenha uma formação básica sobre a dimensão humana, intelectual e espiritual.

3.1. Dimensão humana

Antes de ser cristão, o catequista é pessoa humana, que vive a cada dia tentando responder uma intrigante pergunta existencial: “*Quem sou eu?*”. Esta ânsia por descobrir a essência de nós mesmos faz parte da condição humana.

Somos pessoas humanas. Somos a plenitude da vida, somos a plenitude da criação que saiu das engenhosas mãos do Divino Arquiteto do universo. Somos criaturas amadas por Deus, merecemos o respeito incondicional e a estima das outras pessoas e de nós mesmos.

O catequista tem um rosto humano que lhe é peculiar. Cada um é um ser único, indispensável, singular. Isso faz a diferença na criação.

Antes de ser ministro na vida da comunidade cristã, o catequista necessita desenvolver plenamente a vocação primeira a que foi chamado: ser pessoa feliz. E esta é uma obra à qual deve se dedicar toda a vida. Um catequista mal resolvido dificilmente ajudará seus catequizandos a crescer na maturidade

da fé. Como reza o princípio: “a graça supõe a natureza”.

O catequista só se realiza se estiver bem consigo mesmo, com os outros e com Deus. Alguns aspectos são essenciais à vida humana: a vida familiar, profissional, social e sua caminhada de fé.

A dimensão humana refere-se ao próprio ser do catequista. Com base numa maturidade humana inicial, o catequista é chamado a crescer constantemente num equilíbrio psicológico e afectivo, sentido crítico, liberdade interior, estabelecendo relações que sustentam e enriquecem a sua fé e a dos outros. Sentindo-se realizado como catequista ele deve ser cultivador de amizades, construtor de relacionamentos e com capacidade de diálogo e de liderança, desenvolvendo qualidades e corrigindo os defeitos.

3.2. Dimensão intelectual

Esta dimensão engloba o saber e saber fazer tendo em conta a formação pedagógica. O catequista deve se preocupar com a sua própria formação para o desenvolvimento das suas capacidades cognitivas. Ele forma-se para crescer como educador e comunicador da fé porque ele tem uma missão fundamental de introduzir o catequizando no conhecimento de Cristo, na compreensão da importância de Jesus Cristo na vida.

Portanto, a formação pedagógica do catequista leva ao seu amadurecimento em atitudes como: capacidade de liberdade interior e gratuidade, de dedicação e coerência para poder ser testemunha credível da fé; competência na comunicação e na narração da fé de forma envolvente para que as pessoas se sintam parte dela; amadurecimento de uma mentalidade educativa, que implica a disponibilidade para construir relações maduras com as pessoas e a capacidade de guiar as dinâmicas de grupo. O catequista é uma pessoa que busca a sua autoformação e procura actualizar-se.

Para ser animador e educador da fé dos seus irmãos o catequista deve:

- Possuir uma síntese básica e significativa dos elementos fundamentais da mensagem cristã;
- Ser fiel ao projecto salvífico de Deus para com os seus filhos;
- Estar aberto e em comunhão com todo o Povo de Deus;
- Estar enraizado no ambiente dos seus irmãos, partilhando as suas esperanças e as suas angústias, os seus êxitos e os seus fracassos;
- Ser sensível aos problemas das pessoas e ser solidário para com elas, captando os seus valores e as suas aspirações profundas, assumindo a cultura em que vivem com as suas possibilidades e ambiguidades;
- Ter uma visão dinâmica das pessoas e do mundo e sentir-se em todos os momentos construtor de justiça e de fraternidade.

Para além disso é necessário que o catequista favoreça no grupo catequético um clima em que se viva:

- Uma relação de confiança, de autenticidade e de liberdade para que cada membro se sinta aceite e acolhido e possa exprimir a sua experiência profunda, num clima de participação e de comunicação gratificante;
- Uma relação aberta e sincera, que permita acolher a Palavra de Deus e a experiência que outros crentes têm de Jesus Cristo;
- Um clima que respeite as etapas e os ritmos de cada membro sem atropelamento nem autoritarismos.

3.3. Dimensão espiritual

É importante que o cristão, e especialmente o catequista, cuide do desenvolvimento da sua dimensão espiritual. Mas, para que essa dimensão seja vivida na sua plenitude é importante ter claro: **o que é a espiritualidade**. O termo “espiritualidade” vem de espírito, isso fez com que alguns estudiosos do tema tenham acentuado uma separação entre espírito e matéria. Na atualidade há muitos teólogos que têm retomado o conceito da espiritualidade cristã dos primeiros séculos. No entanto, ainda há quem continue pensando que a vida espiritual é separada da vida social e laboral.

Aqui aderimos à definição de Espiritualidade dos teólogos e escritores José Maria Castillo, Juan António Estrada e Gamarra, por parecer-nos estar em conformidade com as Sagradas Escrituras. Eles descrevem a espiritualidade como: «a vida segundo o espírito, isto é, a forma de vida que se deixa guiar pelo Espírito de Cristo» e «viver sob a ação do Espírito»¹. Desde esta ótica quebra-se o conceito dualista alma-corpo e subentende-se que a espiritualidade não separa, mas envolve a pessoa em todo seu ser, isto é, a sua individualidade, suas relações sociais e políticas, ou seja, tudo o que a pessoa é em sua existência concreta.

O catequista deve conhecer e ter presente quais são os critérios em que se deve apresentar a estrutura fundamental da espiritualidade cristã, para não cair na tentação da busca de perfeição que no fundo encerra um centralismo egoísta. O teólogo José María Castillo diz que o primeiro critério é o seguimento de Jesus. Mas, esclarece que: «seguir Jesus não é seguir uma ideia, um programa, um projecto. Seguir Jesus é seguir uma pessoa e segui-la sem condições e em plena liberdade (cf. Mt 8,18-22; Lc 9,57-62)»².

Seguir Cristo é seguir uma pessoa, é encontrar-se com ela, é relacionar-se com ela. Essa relação se dá através do conhecimento e oração com as Sagradas Escrituras, da participação na eucaristia, da vivência dos sacramentos, do compromisso na comunidade. A seguir desdobram-se cada um dos meios que ajudam a cultivar uma relação firme com o Senhor Jesus.

1 CASTILLO, J.M. *Espiritualidade para insatisfeitos*. São Paulo: Paulus 2012, pág.17-19.

2 Ibid., pág. 25.

a) Palavra de Deus

A Palavra de Deus é o alimento quotidiano que sustenta a vida espiritual do catequista capacitando-o para a missão profética e mistagógica no ministério confiado. A Palavra de Deus tem de fazer parte da espiritualidade do catequista. É com o recurso à Palavra de Deus que o catequista vai orientar os catequizandos no conhecimento de Cristo e no seu seguimento.

b) Eucaristia

A Eucaristia é fonte e cume de toda vida cristã. Portanto, o catequista que vive intimamente ligado ao Senhor da Vida e da História tem de se alimentar da Santíssima Eucaristia (comunhão) para que a sua vida seja plenamente vida do Senhor e assim, ser transformado por inteiro.

c) Confissão

A confissão é o sacramento que a Igreja nos oferece para não permanecermos no pecado e é um convite para crescer na confiança em Deus, para experimentar sua misericórdia. O catequista que se confessa, mostra que está consciente da sua responsabilidade ministerial e dá testemunho aos catecúmenos e à comunidade do amor e bondade de Deus que é misericordioso e perdoa os pecados.

d) Oração

A oração nos coloca no lugar onde nos reconhecemos seres necessitados, por isso, na oração, pedimos a Deus ajuda em gesto reverente de confiança, insistência e compromisso. Pedimos porque sabemos que Deus nos ouve, nos atende na sua bondade infinita. Mas, juntamente com o nosso pedido lhe oferecemos o que somos e temos como amigos solidários que colaboram no seu reino de amor, justiça e paz.

A Igreja, sábia mestra no caminho da oração, conserva orações bíblicas, orações dos santos, orações inspiradas em santos ou personagens da história da salvação, por exemplo a oração de Job, a oração dos salmos, a oração de Maria, a oração a São José. Também ao longo do tempo conservou os métodos orantes propostos por alguns monges ou santos, a fim de ajudar os fiéis no caminho do encontro com o Mistério Divino. Um dos métodos que mais é valorizado é o chamado de “Leitura Orante da Palavra de Deus” (*Lectio Divina*). Este Método segue os passos:

- Leitura - *Lectio*: neste primeiro momento o fiel lê uma ou duas vezes o texto, depois se pergunta: O que diz a Palavra? (Repetir a frase ou palavra que mais lhe tocou o coração).
- Meditação - *Meditatio*: se lê mais uma vez o texto e se pergunta: O que a Palavra me diz a mim? O que nos diz a nós?

- Oração - *Oratio*: O que esta Palavra nos faz dizer a Deus? (Fazer sua oração de gratidão, louvor, súplica ou pedido de perdão)
- Contemplação - *Contemplatio*: O que ficou da Palavra de Deus nos meus olhos, no meu coração?
- Acção: Que Deus me pede que faça a partir da Palavra que acabamos de ler, partilhar, contemplar? (Assumir um compromisso de vida).

Há outras formas de orar, entretanto, três são as expressões principais da vida de oração que a tradição da Igreja conservou para ajudar os fiéis no seu percurso espiritual: *a oração vocal*; *a oração de meditação* e *a oração de contemplação*³.

- A oração vocal** é aquela em que se pronuncia verbalmente algumas fórmulas já estabelecidas pela Igreja, por exemplo, os salmos, o Pai-Nosso, o terço, a via sacra, as orações da liturgia diária, ou alguma outra oração espontânea, desde que seja pronunciada em voz alta.
- A meditação**, ou a oração mental, consiste em orar pondo em acção o pensamento, a imaginação, a emoção e o desejo. Nesta oração é comum a repetição mental de um mantra, por exemplo: “Senhor tende piedade de mim”, “Senhor tu me chamaste, Transforma Me!”. ou repetir alguma outra frase da Palavra de Deus.
- A contemplação** é olhar fixamente para Jesus. Olhar Jesus na Eucaristia, olhar Jesus na Cruz, olhar Jesus nos que sofrem e perceber que Ele também está te olhando. Na contemplação o orante se encontra face a face com o Senhor no dinamismo do amor trinitário.

O catequista deve procurar que estes meios sejam a bússola na sua vocação e missão. No caminho de oração ele pode rezar sozinho ou com a família; ou na comunidade; mas é importante que seja pessoa de oração diária a fim de que desde sua própria experiência de oração possa ensinar os seus catecúmenos ou catequizandos a rezar com gosto e alegria.

Uma vocação bem compreendida e assumida na sua dimensão existencial e cristã fará do catequista uma pessoa feliz e realizada, os frutos se verão refletidos numa vida familiar e social harmoniosa e no exercício alegre e leve do seu ministério. O Reino de Deus será então aquilo que dá à vida e tarefa de todo catequista.

4. Oração do catequista

A seguir colocamos aquela que podemos chamar «oração do catequista». Vale recordar que o seu autor é desconhecido:

Ó Jesus, Mestre e Modelo de todo o Catequista, Vós que pregastes por toda a parte o evangelho de Deus, abençoai nossos catequistas: homens e mulheres que se dispõem a ensinar vossa mensagem

³ DE CARVALHO, H. R. *Espiritualidade do Catequista*. 3º Simpósio Paulus de Iniciação à Vida Cristã. Disponível em: [aves.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Espiritualidade do Catequista.pdf](http://aves.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Espiritualidade-do-Catequista.pdf)

de salvação. Sejam eles mansos e humildes de coração, capazes de acolher, sem excluir ninguém, cada pessoa que vem à vossa procura. Amém.

5. Síntese conclusiva

Neste capítulo ficamos a saber que ser catequista é uma vocação. Quem chama as pessoas para serem catequistas é Deus. Aquele que é chamado está convidado a colocar ao serviço da comunidade os seus dons, a continuar a crescer na sua vida de cristão, servindo-se para tal dos meios oferecidos pela Igreja, em concreto, a Palavra de Deus, os sacramentos e a oração.

6. Exercícios de consolidação

- Por que dizemos o ministério do catequista é uma vocação?
- Existem catequistas exemplares na sua Paróquia ou comunidade?
- Que atitudes ou comportamentos podem manchar o ministério do catequista?

Capítulo II:

INTRODUÇÃO À CATEQUESE

2

INTRODUÇÃO À CATEQUESE

1. Introdução

No início de toda a vida cristã está o desejo de Deus Pai Criador de entrar em comunhão com sua criatura, revelar a sua vontade e de fixar a sua morada entre os homens. Um dos instrumentos utilizados pela Igreja para dar a conhecer aos homens e mulheres aquilo que Deus revelou é a catequese. Neste capítulo intitulado “Introdução à Catequese”, iremos apresentar ideias fundamentais sobre a identidade da «catequese», seu conceito, sua história, sua finalidade ou objetivos, assim como suas tarefas.

2. Definição da catequese

De acordo com o nº 31 do documento *Catequese Renovada*, em sua origem, o termo **catequese** (*katechesis*) se liga a um verbo grego (*kat-ekhéō*) que significa **fazer, ecoar, escutar, repercutir a Palavra de Deus**.

O termo *katechesis* não aparece na Bíblia. Em compensação, o verbo *katechein* é mencionado no Novo Testamento com duplo significado: **narrar ou relatar sucessos** (At 21,21-24; Lc 1,4) e ensinar os mistérios da fé (At 18,25; Rm 2,18; Gl 6,6).

Globalmente pode-se considerar aqui a **Catequese** como educação da fé das crianças, dos jovens e dos adultos, que compreende especialmente um ensino da doutrina cristã dada geralmente de modo orgânico e sistemático, com vista a iniciá-los na plenitude da vida cristã (CT nº 18).

É o conjunto de esforços empreendidos na Igreja para fazer discípulos, para ajudar os homens a acreditar que Jesus é o Filho de Deus, a fim de, pela fé, terem a vida em seu nome, e para os educar e instruir nessa vida, construindo assim o Corpo de Cristo (CIC nº 4)

3. A catequese na história

Ao longo da história a catequese conheceu várias transformações. A seguir apresentamos resumidamente estas transformações.

Do século I ao século III: Nos escritos do Novo Testamento encontramos três formas do anúncio cristão, que depois se tornaram clássicas: o **kerigma**, o **anúncio sistemático para os neófitos** e a **pregação litúrgica**. O **kerigma** é a proclamação dos acontecimentos

relativos a Jesus de Nazaré (At 2,22-36; 4,9-12; 5,29-32, etc). O **anúncio sistemático** é a releitura dos textos bíblicos à luz de Cristo, o apelo aos ensinamentos de Jesus para orientar as opções práticas dos crentes (At 2,42; 10; 11,26). A **pregação litúrgica** aparece reflectida também na preparação daqueles que iam ser baptizados, por meio da explicação das Escrituras durante a liturgia eucarística.

Do século III ao século V: Surge o catecumenado e as escolas catequéticas. No catecumenado a anúncio era gradual, começando do mais simples, como leite dado as crianças (cf. Hb 5,11-6,1), passando, mais tarde, a quando do baptismo recebiam um anúncio mais sistematizado, como comida sólida, na qual eram instruídos na renúncia às obras da morte, na fé em Deus, na doutrina (Hb 6,1-2). As principais escolas catequéticas foram: a Escola da Alexandria (Egipto), que servia para a instrução dos catecúmenos e para preparar os catequistas e os mestres da fé; e a Escola da Antioquia (Síria), que se destacou pelo facto de procurar o diálogo com a filosofia grega. Para garantir a formação dos cristãos utilizavam-se uma série de livros escritos pelos Padres Apostólicos e as catequese de defesa dos Padres Apologistas.

Do século V ao século X: Como caminho catecumenal é proposto um percurso de 40 dias ou pelo menos 7 catequese dogmáticas e outros 7 de preparação ascético-litúrgica. O ensino moral era ministrado após o baptismo. A catequese como tal foi desaparecendo. A iniciação das crianças e a orientação dos jovens é confiada sobretudo à família, eram os pais e padrinhos que deviam ensinar o Credo e o Pai-Nosso. A principal forma de catequese neste período era a pregação, comentário homilético a leitura contínua da Bíblia. A liturgia passa a ser menos popular, pois o povo não compreende o latim, língua oficial usada na liturgia.

Do século XI ao século XIV: A escolástica foi determinante neste tempo. Os grandes teólogos elaboraram as sumas teológicas que têm por objecto a sistematização das verdades contidas na história da salvação. Persiste a falta de catecismo, e a instrução permanece a cargo dos pais e padrinhos. Surge a Bíblia de imagem: os vitrais, as esculturas, os frescos ganham espaço; os vitrais tornam-se como os frescos, uma Bíblia de imagens de cores misteriosamente iluminadas que correspondem perfeitamente ao sentido medieval da oração, como mergulho em Deus. Todos os lugares são povoados de imagens. Os catecúmenos eram exigidos a: conhecer o que se devia acreditar, ou seja, os artigos da fé; o que se deve pedir, isto é, pai-nosso; o que se deve observar, isto é, os dez mandamentos; o que se deve evitar, isto é, os sete pecados mortais; o que se deve desejar e esperar, isto é, a glória do paraíso; o que temer, isto é, as penas do inferno. São Tomás resume em 3: o que se deve acreditar (Credo), o que se deve desejar (Pai Nosso) e o que se deve realizar (10 mandamentos), que se sustentam nas 3 virtudes teologais: fé, esperança e caridade.

Do século XV ao século XVI: A catequese é vista como ensino da doutrina cristã, concentrada no catecismo, que compila, de um modo simples, essencial e completo, tudo o que o crente deve conhecer, dirigido às pessoas ainda não instruídas e às crianças.

Entre os catecismos da época, destacamos: os de S. Pedro Canísio (o grande destinado aos jovens estudantes e aos intelectuais, o pequeno destinado às crianças e aos analfabetos e o médio para os estudantes do Liceu; não se pode deixar de lado a sua *Summa*); os de Edmondo Auger (o catecismo e síntese da doutrina cristã para a juventude; o *Grand catéchisme* para os adolescentes e adultos; um

Brefrecueil para as pessoas menos instruídas e os analfabetos; um *Petit catéchisme* para as crianças das classes inferiores; um em grego e outro em latim para classes superiores e o clero letrado); os de S. Roberto Bellarmino (um para crianças e as pessoas simples, em forma de diálogo, em que o mestre pergunta e o discípulo responde e outro que servia de guia para sacerdotes-catequistas-professores, também em forma de perguntas e respostas).

Fruto do Concílio de Trento é o catecismo tridentino ou catecismo romano ou catecismo dos párocos ou catecismo de Pio V. A matéria deste catecismo articula-se em quatro partes: a fé e o símbolo apostólico, os sacramentos, os mandamentos, o Pai Nosso.

Do século XVII ao século XVIII: A catequese nestes dois séculos inspira-se no modelo do século XVI e relata as determinações do Concílio de Trento. Nos meados do século XVIII assiste-se a descristianização. À catequese e à pregação foram impostos novos objectivos: já não de combater os protestantes, mas antes o de lançar uma ponte entre a Igreja e o mundo, entre a razão e a revolução, entre os dogmas e os progressos.

Século XIX: O sector da catequese e dos catecismos é marcado pela repetição e pela inovação. A repetição significava a fidelidade, continuidade, conservação dos métodos, conteúdos e instrumentos catequéticos anteriores; a inovação significa a tentativa de actualizar e modernizar a catequese e a instrução religiosa.

É de referir que no ano 1806 foi publicado o catecismo imperial, onde Napoleão fez a questão de inserir na explicação do quarto mandamento uma lição por ele próprio revista e emendada sobre os deveres dos cristãos para com o imperador.

A partir do século XX: houve um reavivamento da catequese, rico em ideias, iniciativas, homens, documentos do magistério e viragens decisivas. O Concílio Vaticano inspirou e consolidou algumas linhas de orientação e de renovação do itinerário catequético actual.

A catequese assume, de maneira cada vez mais clara, um novo rosto e torna-se momento central do interesse e da missão da pastoral da Igreja. A catequese é vista como uma forma, um aspecto da evangelização; não é um ensino ou transmissão da doutrina cristã, mas uma iniciação à vida cristã e, ao mesmo tempo, uma educação para fé. Multiplicam-se o número dos catequistas, particularmente leigos, que desempenham essa tarefa como ministério eclesial, e cresce lentamente a consciência de que toda a comunidade é responsável pelo anúncio cristão

Em 1902 Papa Pio X manda publicar o Catecismo da Doutrina Cristã, comumente conhecido por Catecismo de S. Pio X (com 400 perguntas; tripartido em Credo, mandamentos e graça).

Como frutos do Concílio Vaticano II foram publicados alguns documentos: Directório Catequístico Geral (DCG); Evangelii Nuntiandi (EN); Catechesi Tradendae (CT). Em 1992, o Papa João Paulo II ordenou a publicação do novo Catecismo da Igreja Católica (CIC).

4. Natureza da Catequese

A catequese é, em primeiro lugar, uma ação eclesial: a Igreja transmite a fé que ela mesma vive e o catequista é um porta-voz da comunidade e não de uma doutrina pessoal. Ela transmite o tesouro da fé (*traditio*) que, uma vez recebido, vivido e crescido no coração do catecúmeno, enriquece a própria Igreja (*redditio*). A comunidade eclesial é a origem, o lugar e a meta da catequese. **É a origem** porque o catequista não actua em nome próprio, mas em nome da comunidade cristã e, por isso, em nome de toda a Igreja (Cf EN nº60). Além do mais, o catequista insere-se numa Tradição viva, que remete aos Apóstolos. O catequista pode e deve dizer como São Paulo: “Transmiti-vos, em primeiro lugar, o que eu próprio recebi” (1Cor 15,3).

A comunidade **é o âmbito ou lugar** normal da catequese. É como o seio materno onde se gera o homem novo, por meio da Palavra e dos Sacramentos de Iniciação Cristã. O testemunho da comunidade é fundamental: a catequese transmite com mais facilidade aquelas realidades e vivências que realmente existem na comunidade.

A catequese não é uma acção individual nem isolada e sim uma acção profundamente da Igreja ou da comunidade cristã. É a Igreja no seu todo que faz a catequese, cumprindo a sua missão de ser continuadora da missão de Jesus Cristo: levar a Boa Nova a todos os povos. A Igreja, animada pelo Espírito Santo, conserva no seu coração, anuncia, celebra, vive e transmite o Evangelho através da catequese (Cf. DV nº8).

A **meta** da catequese é também a comunidade, pois é esta que acolhe os que são iniciados na fé. A catequese correria o risco de se esterilizar se não houvesse uma comunidade viva que acolhesse cada catequizando. Por isso, a comunidade é duplamente responsável: tem a responsabilidade de catequizar cada um dos seus membros; e também de os acolher, de modo a que possam viver o mais plenamente unidos Àquele a quem aderiram (Cf. CT nº24). Por último, é a catequese que renova a comunidade, pois através da Iniciação Cristã a Igreja gera filhos no Filho e conduz à maturidade da fé tanto das comunidades como de cada fiel (Cf. DGC nº21).

5. Objectivos da Catequese

A catequese tem como objectivo, levar cada catecúmeno não só a um contacto, mas a uma comunhão e intimidade com Jesus Cristo (Cf. CT nº5). Pela sua própria natureza, “a comunhão com Jesus Cristo impulsiona o discípulo a unir-se a tudo aquilo a que o mesmo Jesus Cristo se sentiu profundamente unido: a Deus seu Pai, que o enviara ao mundo; ao Espírito Santo, que lhe dava força para a missão; à Igreja, Seu corpo, pela qual Se entregou; e a toda a humanidade, Seus irmãos e irmãs, de cuja sorte quis partilhar” (DGC nº81).

6. Finalidade da catequese

No geral, a catequese tem a finalidade de suscitar a fé em Deus, mediante a leitura e escuta atenta da Palavra de Deus. Porém, podemos dizer que a finalidade específica da catequese é aprofundar o

primeiro anúncio do Evangelho, isto é, levar o catecúmeno a conhecer, acolher, celebrar e vivenciar o mistério de Deus, manifestado em Jesus Cristo, que nos revela o Pai e nos envia o Espírito Santo. Conduz à entrega do coração a Deus, à comunhão com a Igreja, corpo de Cristo e à participação em sua missão. Portanto, «A finalidade definitiva da catequese é a de fazer com que alguém se ponha, não apenas em contacto, mas em comunhão, em intimidade com Jesus Cristo» (CT nº5).

7. As tarefas da Catequese

A finalidade última da catequese é alcançada por meio de tarefas concretas, isto é, a catequese deve seguir o modo como Jesus formava os seus discípulos, realizando estas tarefas fundamentais: - Propiciar o conhecimento da fé; a educação litúrgica, a formação moral, a educação a oração (tarefas fundamentais); a educação para a vida comunitária e a iniciação para a missão (tarefas relevantes).

A catequese é responsável por educar nas diversas dimensões da fé: a fé professada; a fé celebrada; a fé vivida; e a fé rezada, tudo inserido numa comunidade e com sentido missionário.

O conhecimento da fé: a catequese deve conduzir à apreensão de toda a verdade do desígnio salvífico de Cristo. A compreensão da Sagrada Escritura, do Credo e demais documentos da fé da Igreja expressa e realiza esta tarefa.

A educação litúrgica: a comunhão com Jesus Cristo leva à celebração da Sua presença nos sacramentos, pelo que a catequese “além de favorecer o conhecimento do significado da liturgia e dos sacramentos, deve educar os discípulos de Jesus Cristo ‘para a oração, para a gratidão, para a penitência, para as preces confiantes, para o sentido comunitário, para a percepção justa do significado dos símbolos...’, uma vez que tudo é necessário, para que exista uma verdadeira vida litúrgica” (DGC nº85).

A formação moral: A conversão a Jesus Cristo tem como consequência que o discípulo siga o caminho do Mestre. A catequese deve favorecer uma educação que propicie ao catequizando atitudes próprias do cristão, que lhe transmita a vida em Cristo, concretizada em atitudes e opções morais.

Ensinar a rezar: A comunhão com Jesus Cristo leva a que os seus discípulos assumam o carácter orante e contemplativo do Mestre, conseguindo, deste modo, que a vida cristã seja vivida em profundidade. Aprender de Jesus a sua atitude orante “é rezar com os mesmos sentimentos com os quais Ele se dirigia ao Pai: a adoração, o louvor, o agradecimento, a confiança filial, a súplica e a contemplação da Sua glória” (DGC nº85).

Educar para a vida comunitária: A educação para a vida comunitária implica que o catequizando tenha condições para se ir envolvendo de uma forma progressiva na vida da comunidade, assumindo responsabilidades e comprometendo-se com esta. Para isso, a

catequese deve fomentar atitudes próprias (Cf. DGC nº86a).

A iniciação para a missão: Só se adquire maturidade da fé quando se tem capacidade e necessidade de testemunhar essa mesma fé, nas diversas circunstâncias da vida. A catequese, ao educar para o sentido missionário, capacita os discípulos para a sua missão na sociedade, na vida profissional, cultural e social.

8. As Fontes da Catequese

A catequese comunica a mensagem da Palavra de Deus. Onde se encontra esta mensagem? Qual a sua fonte ou as suas fontes? O DGC usa ambas as expressões.

A fonte é a Palavra de Deus. Fala-se de fontes para indicar os lugares concretos onde a catequese encontra sua mensagem (DGC nº95). O DGC apresenta a **Escritura**, a **Tradição** e o **Magistério**, intimamente interligados, como **fontes principais da catequese**.

A elas se somam a Liturgia, o testemunho da Igreja, a investigação teológica e os genuínos valores religiosos e morais, considerados como sementes da Palavra disseminadas na sociedade e nas culturas (DGC nº96).

8.1. A Revelação de Deus

Revelar – significa tirar o véu a; deixar ver; patentear, mostrar, descobrir, fazer conhecer o que era ignorado ou secreto.

Portanto, a Revelação é o acto pelo qual Deus fez saber aos homens os seus mistérios, a sua vontade.

O documento conciliar sobre a Palavra de Deus, em latim *Dei Verbum*, nos seus números 2-6 faz-nos saber em que consiste a iniciativa da revelação, como ela se realiza, qual é a sua finalidade e qual deve ser a nossa atitude diante de Deus que se revela.

Podemos resumir os números supracitados desta assim: 1º a revelação é o ato pelo qual Deus dá-se a conhecer a si mesmo e a sua vontade; 2º a iniciativa da revelação parte do próprio Deus; 3º Deus se revela por meio de palavras e obras; 4º o que motivou Deus a se revelar é sua bondade e sabedoria; 5º a revelação foi realizada de forma gradual (na criação, na aliança feita com Noé, nas promessas feitas a Abraão, por meio das testemunhas profético-apostólicas e por fim, por meio de Cristo); 6º a finalidade da revelação é de convidar e admitir os homens na comunhão com Ele.

Existem duas vias de revelação: a natural (que é a intuição natural que o homem tem no coração de procurar a Deus, inclusive contemplando a criação) e a sobrenatural (que é a história de salvação vivida e depois transmitida de geração a geração). O conhecimento de Deus e da sua vontade não foi captado pelo homem logo na criação, foi preciso um processo gradual. O ponto mais alto da revelação encontra-se na Pessoa e missão de Jesus Cristo, Verbo encarnado, já que Ele revela de uma vez por todas quem é Deus e qual é a sua vontade para a humanidade. Vejamos a seguir alguns passos da

revelação (gradual) de Deus.

a) **A Aliança com Noé**

Desfeita a unidade do género humano pelo pecado, (Gn 6,5s) Deus procurou imediatamente, salvar a humanidade intervindo com cada uma das suas partes. A Aliança com Noé, a seguir ao dilúvio (Gn 9,9) exprime o princípio da economia divina em relação às «nações», quer dizer, em relação aos homens reagrupados «por países e línguas, por famílias e nações (Gn 10,5. 20-31).

b) **Deus escolhe Abraão**

Para reunir a humanidade dispersa, Deus escolhe **Abraão**, chamando-o para «deixar a sua terra, sua família e a casa de seu pai» (Gn 12,1) para o fazer **Abraão**, prometendo-lhe dar uma descendência, uma terra e uma bênção.-

O povo descendente de Abraão, é povo dos que vivem da fé, sendo depositários da promessa feita aos patriarcas e o tronco em que serão enxertados os pagãos tornados crentes.

c) **Deus forma o seu Povo Israel**

Depois dos patriarcas, Deus formou Israel como seu povo salvando-o da escravidão do Egipto. Conclui com eles uma aliança no Sinai e deu-lhe, por meio de Moisés, a sua Lei, para que Israel O reconhecesse e O servisse como único Deus vivo e verdadeiro, Pai providente e justo juiz, e vivesse na expectativa do Salvador prometido.

Pelos profetas Deus forma o seu povo na esperança da salvação, na expectativa de uma aliança nova e eterna, destinada a todos os homens. Os profetas anunciam a redenção radical do Povo de Deus.

d) **Jesus Cristo - «Mediador e plenitude de toda a Revelação» (DV 2; Mt 11,27; Jo 1,14)**

Deus revelou-Se plenamente, enviando o seu próprio Filho, no qual estabeleceu a sua Aliança para sempre. O Filho é a palavra definitiva do Pai, de modo que depois d'Ele não haverá outra Revelação. Ler Hb 1,1-2.

8.2. **A Transmissão da Revelação Divina**

Deus «quer que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade» (1Tm 2,4), quer dizer, cheguem ao conhecimento de Cristo Jesus (Jo 14,6; 17,3). Por isso é preciso que Cristo seja anunciado a todos os povos e a todos os homens, e que, assim a Revelação poderá chegar aos confins do mundo.

a) Os Apóstolos e seus sucessores, transmissores do Evangelho

Deus dispôs amorosamente que permanecesse íntegro e fosse transmitido a todas as gerações tudo quanto tinha revelado para a salvação de todos os povos. Por isso Cristo mandou os Apóstolos que pregassem a todos como fonte de toda a verdade salutar e de toda a disciplina de costumes, o Evangelho prometido antes pelos profetas e por Ele cumprido e promulgado pessoalmente (Mt 28,19-20) comunicando-lhes assim os dons divinos.

E para que o Evangelho permanecesse íntegro e vivo na Igreja, os Apóstolos deixaram aos Bispos como seus sucessores. Portanto o que Cristo confiou aos Apóstolos, estes o transmitiram pela sua pregação e por escrito, sob a inspiração do Espírito Santo, e mediante a sucessão apostólica, os seus sucessores continuaram essa tarefa dando a conhecer o Evangelho a todas as gerações até à vinda gloriosa de Cristo.

b) O Depósito da Revelação

A Sagrada Tradição e a Sagrada Escritura constituem um único depósito sagrado da Palavra de Deus.

A Sagrada Tradição é a Palavra de Deus que apesar de não estar recolhida na Sagrada Escritura foi confiada por Cristo Senhor e pelo Espírito Santo aos Apóstolos, e eles por sua vez a transmitiram integralmente aos seus sucessores, para que estes últimos a conservem fielmente e difundam na sua pregação.

É a Palavra de Deus enquanto foi escrita por inspiração do Espírito divino. Quer dizer, tem Deus como autor principal e os escritores sagrados com autores instrumentais.

8.3. O Magistério da Igreja

A interpretação autêntica da Palavra de Deus, escrita e contida na Tradição e nas Sagradas Escrituras, foi confiada ao Magistério vivo da Igreja, isto é, aos bispos em comunhão com o sucessor de Pedro, o bispo de Roma (O Papa), cuja autoridade é exercida em nome de Jesus. Todavia, este Magistério não está acima da Palavra de Deus, mas sim ao seu serviço.

9. Síntese conclusiva

Por meio da catequese se anuncia o plano de Deus para a humanidade. A maneira de catequizar e os manuais utilizados foram evoluindo ao longo da história. As principais fontes de catequese são a Sagrada Escritura, a Sagrada Tradição e o Magistério da Igreja.

10. Exercícios de consolidação

- Como podemos definir a catequese?
- Qual é a importância do processo da revelação (divina) para nós?

Capítulo III:

PEDAGOGIA, PSICOLOGIA E METODOLOGIA CATEQUÉTICA

3

PEDAGOGIA, PSICOLOGIA E METODOLOGIA CATEQUÉTICA

1. Introdução

No processo de dar a conhecer a mensagem divina, o catequista deve ter em consideração três elementos: a pedagogia (a ciência das técnicas de transmissão de conhecimentos ou experiências), a psicologia (que implica conhecer mais ou menos como o ser humano se comporta em diferentes etapas da vida) e a metodologia (que diz respeito a eleição do caminho mais prático para conduzir às pessoas ao conhecimento das verdades divinas).

2. A pedagogia catequética

A pedagogia é o estudo de como os conhecimentos e habilidades são transmitidos em um contexto educacional e considera as interações que ocorrem durante o processo de ensino-aprendizagem.

A catequese precisa de uma pedagogia para responder adequadamente a sua tarefa fundamental de educar na fé. A pedagogia catequética se inspira na pedagogia divina e se enriquece com as valiosas contribuições das ciências da educação.

Por pedagogia divina entende-se o modo como Deus conduziu o povo de Israel até Cristo Salvador, o modo como Jesus viveu a vontade do Pai e tornou presente no mundo a Boa Nova do Reino e o modo como a Igreja, corpo místico de Cristo, perpetua a ação salvadora deste.

A pedagogia catequética, inspirada e modelada pela pedagogia de Deus, consiste essencialmente em conectar o homem a este caminho da história do povo de Deus e educá-lo no seguimento de Cristo.

a) A pedagogia de Deus Pai – a pedagogia do dom

A Sagrada Escritura apresenta Deus como o Pai misericordioso e mestre que educa sapiencialmente o povo de Israel. O Deus educador faz seu povo percorrer um caminho

educativo caracterizado: pela gratuidade divina, pelo encontro interpessoal, pela historicidade, pelo simbolismo, pela personalização, pelo sentido comunitário, pela gradualidade e pelo amor. Por amor Deus se manifesta ao ser humano para comunicar-se a si mesmo, para admiti-lo à comunhão consigo e fazê-lo participante da sua natureza divina. O amor é a alma da pedagogia divina. Toda a história de Israel é impregnada do amor gratuito e misericordioso de Deus. O amor de Deus é um amor que humaniza, dignifica e promove; um amor que convoca e forma comunidade; um amor expresso em ternura e serviço, um amor que corrige, quando é necessário, um amor que liberta e salva.

Desta pedagogia divina do dom podem extrair-se as seguintes consequências práticas para a catequese:

- *Oferecer a revelação como dom gratuito.* A fé, antes de ser um resultado de procura e/ou investigação do homem, é oferta gratuita que Deus faz a todos. É Deus quem dá a fé. Não é a catequese nem o catequista.
- *Criar um clima de acolhimento e sensibilizar para a necessidade de silêncio e oração.* Só num ambiente assim é possível escutar a Deus e fazer brotar dessa escuta uma resposta pessoal e comprometida.
- *Sensibilizar para a novidade de Deus.* Deus é sempre novo, surpreendente e às vezes desconcertante. Os caminhos de Deus irrompem na vida humana colocando-nos sempre e permanentemente novas exigências.
- *Provocar a acção de graças.* Entender a vida como um dom e simultaneamente uma tarefa. Fazer da vida um constante e permanente hino de louvor a Deus.

b) A pedagogia de Jesus Cristo – pedagogia da encarnação

Jesus é a plenitude da Revelação. Nele a Palavra de Deus se faz Pessoa viva em nível humano e histórico. Nele o encontro interpessoal e a comunhão de vida realizam-se de maneira mais ampla e profunda. Jesus mestre do Reino, continua a pedagogia manifestada por Deus Pai no Antigo Testamento. Nos Evangelhos ficou consignada para sempre essa rica e variada pedagogia, que apresenta os seguintes traços:

- *Atenção e respeito à pessoa.* Jesus valoriza o melhor de cada pessoa e defende com convicção a dignidade humana, mostra-se atento aos seus interlocutores. Confia no coração humano porque sabe que qualquer pessoa é capaz de se superar. Respeita o ritmo de cada um para chegar à fé. Não exerce nenhum tipo de violência nem de imposição.
- *Parte sempre de situações concretas e de problemas reais.* Fala do Deus do Reino depois de ter escutado seus interlocutores. Seu ensinamento parte de imagens simples e populares, como a luz, o sal, o grão de mostarda, as ovelhas, as aves e os lírios do campo.
- *Acolhida dos pobres.* Jesus acolhe fraternalmente os excluídos da sociedade. Os enfermos, as mulheres, os publicanos, as prostitutas, os samaritanos...Aproxima-se cordialmente deles, realiza em seu favor a

maior parte de seus milagres e restitui a eles sua dignidade de pessoas e de filhos de Deus.

- *Denúncia profética.* Jesus denuncia tudo o que se opõe ao reinado de Deus. Denuncia a falsidade dos poderosos, a opressão das autoridades civis, a idolatria das riquezas e a hipocrisia dos líderes religiosos.

- *Formação de uma comunidade.* Jesus não age apenas. Forma uma comunidade de discípulos integrada por homens e mulheres. Educa-os nos valores do Reino e os faz responsáveis na missão de anunciar e realizar o reinado de Deus.

- *Fidelidade ao Pai e docilidade ao Espírito.* Jesus vive a serviço do reinado de Deus, cumprindo com fidelidade absoluta à vontade de seu Pai. Vive unido a Ele por meio da oração e se mostra dócil ao dinamismo do Espírito, que é quem inspira e anima sua práxis evangelizadora.

Desta pedagogia divina da encarnação podem extrair-se as seguintes consequências para a catequese:

- *Apresentar Cristo como centro da catequese.* A fé cristã é, sobretudo e acima de tudo, a adesão ao seguimento de Cristo.

- *Conhecer a vida de cada catequizando.* A vida das pessoas, com os seus problemas e dificuldades, é um lugar onde Deus se revela, fala e atua. Por isso, o catequista deve preocupar-se por conhecer bem a vida dos seus catequizandos, a sua família, no sentido de os ajudar a perceber que a sua vida é lugar de presença e chamamento de Deus.

- *Respeitar o ritmo de vida e de fé dos catequizandos.* É Deus quem actua. O catequista tem de reconhecer essa acção de Deus, intervir e retirar-se a tempo, respeitar o processo pessoal de fé de cada um e facilitar o encontro com Deus.

- *Proporcionar o diálogo e a síntese entre fé e vida.* A catequese deve proporcionar a conexão e a relação entre a fé e a vida, como proposta de nova vida e mais valia de sentido para a própria vida.

- *Utilizar uma linguagem simples.* É necessário utilizar na catequese a linguagem própria de Deus, simples e capaz de adaptar-se à cultura e universo simbólico-linguístico das crianças e adolescentes do nosso tempo.

c) A pedagogia da Igreja – pedagogia do sinal

A característica e a missão fundamental da Igreja é de ser sinal e sacramento da salvação de Deus. É ela que através de múltiplas acções e meios faz chegar a salvação de Deus a todos os homens.

Desde o início a Igreja, como mãe e educadora da fé de seus filhos, tem realizado sua missão em continuidade com a pedagogia divina. Nos primeiros séculos do cristianismo, sobressai a época do catecumenato, na qual a Igreja levou adiante uma verdadeira pedagogia de educação à fé, ajudando os crentes adultos, por meio de um itinerário de aprendizagem cristã, a receber os sacramentos de iniciação, a fazer parte da comunidade e a crescer na fé. Com o correr dos séculos, a Igreja gerou, com a inspiração e a força do Espírito Santo, um rico património de pedagogia da fé, expresso numa variedade de vias e formas originais de comunicação religiosa (catecumenato, catecismos, itinerários de vida cristã), de expressões culturais da fé, de processos catequéticos (oratórios, escolas de doutrina cristã) e de grandes testemunhos de santos e de catequistas.

A pedagogia de Deus se fez acção e continua se fazendo presente na vida pastoral da Igreja, graças à atuação do Espírito Santo, princípio inspirador e protagonista principal da acção evangelizadora. Desta pedagogia da Igreja como sinal podem extrair-se as seguintes consequências práticas para a catequese:

- *Realizar a sua missão com consciência eclesial.* O verdadeiro sujeito e protagonista da catequese é a Igreja que, “por aquilo que é, anuncia e celebra, realiza e permanece sempre como o lugar vital da catequese”.

- *Por o catequizando em contacto com a vida da Igreja,* para que a conheça e saiba ler a grande riqueza da atividade da Igreja e esteja consciente dos diversos meios que a Igreja coloca ao seu dispor para crescer na fé.

- *Ajudar o catequizando a saber ler e interpretar os sinais dos tempos.* A catequese deve ajudar o catequizando a contemplar sua história, sua realidade e ver como em cada circunstância da vida Deus veio ao seu encontro e lhe ajudou a avançar.

- *Procurar educar o sentido eclesial dos catequizandos.* A catequese, pela sua própria natureza, promove o sentido de pertença eclesial e favorece a comunicação, a partilha e o testemunho da fé da Igreja.

- *Iniciar os catequizandos na linguagem dos símbolos e dos sinais.* É necessário que a catequese entre em comunhão com formas e termos próprios da cultura da pessoa a quem se dirige; enfim é preciso que a catequese estimule novas expressões do Evangelho na cultura em que foi implantado.

Enfim dizer que a pedagogia catequética é uma pedagogia original, pois comunica a Palavra de Deus, procura a comunhão do catequizando com Jesus Cristo e tem como agente principal o Espírito Santo.

Daí a catequese ser entendida como mediação e colaboração à acção misteriosa da graça de Deus, na qual o catequista facilita o amadurecimento da fé que o catequizando realiza com a ajuda do Espírito Santo. A fé é dom de Deus, graça divina. A catequese, com sua pedagogia original, cultiva esse dom, alimenta-o e o faz crescer. A pedagogia catequética persegue os seguintes objectivos:

- Promover uma progressiva e coerente síntese entre a adesão plena da pessoa a Deus e os conteúdos da mensagem cristã;
- Desenvolver todas as dimensões da fé: cognitiva, celebrativa, moral, comunitária, sócio-lib-

ertadora e missionária;

- Impulsionar a pessoa a confiar-se total e livremente a Deus;
- Ajudar a pessoa a discernir a vocação a que Deus a chama.

3. A psicologia catequética e a catequese aplicada às várias Idades

A psicologia é definida comumente como a ciência da alma, ou seja, a ciência que estuda o processo pelo qual o homem chega a conhecer as coisas e como tal conhecimento influencia as decisões que ele vai tomando ao longo da vida. Para melhor entender esta ciência comecemos por falar do desenvolvimento humano.

3.1. O desenvolvimento humano

Refere-se ao desenvolvimento mental e ao crescimento orgânico e é entendido como um processo de evolução das capacidades do ser humano em realizar funções sempre mais complexas. O desenvolvimento humano deve ser entendido como uma globalidade, mas pode ser abordado a partir de alguns aspectos básicos:

- *Aspecto físico-motor*: refere-se ao crescimento orgânico, à maturação neurofisiológica, à capacidade de manipulação de objectos e de exercício do próprio corpo. Exemplo: a criança leva a chupeta à boca ou consegue tomar a mamadeira sozinha, por volta dos 7 meses, porque já coordena os movimentos das mãos.
- *Aspecto intelectual*: capacidade de pensamento e raciocínio. Exemplo: a criança de dois anos que usa um cabo de vassoura para puxar um brinquedo que está embaixo de um móvel ou o jovem que planeja seus gastos a partir de sua mesada ou salário.
- *Aspecto afetivo-emocional*: é o modo particular de o indivíduo integrar as suas experiências. É o sentir. A sexualidade faz parte deste aspecto. Exemplo: a vergonha que sentimos em algumas situações, o medo em outras, a alegria de rever um amigo querido.
- *Aspecto social*: é a maneira como o indivíduo reage diante das situações que envolvem outras pessoas. Exemplo: em um grupo de crianças, na rua, é possível observar algumas que espontaneamente buscam outras para brincar, e algumas que permanecem sozinhas.
- *Aspecto espiritual*: é o modo particular de o indivíduo integrar as suas experiências de fé.

É preciso ressaltar que, para entender o comportamento de um indivíduo particular, em qualquer etapa do seu desenvolvimento, é necessário conhecer não apenas as mudanças cognitivas, sociais, emocionais e biológicas que ocorrem, mas também qual o impacto que cada uma delas pode ter sobre todas as outras. A existência humana é dividida em fases ou períodos que determinam um sistema de comportamento para cada uma delas. Na nossa sociedade os períodos de desenvolvimento são:

- *Pré-natal*: da concepção até o nascimento.
- *Infância*: do nascimento aos 12 anos.
- *Adolescência*: dos 12 aos 16-18 anos.
- *Adulto jovem*: dos 18 aos 40 anos.
- *Adulto intermediário/meia idade*: dos 40 aos 65 anos.
- *Adulto idoso/terceira idade*: a partir dos 65 anos.

Existem formas de perceber, compreender e se comportar diante do mundo, próprias de cada faixa etária.

3.2. **Catequese aplicada às várias idades**

Primeira infância (0-3 anos)

Interesses: a criança tudo quer ver e agarrar, tudo quer apalpar e levar à boca, gosta de se movimentar, gosta que os pais gostem dela.

Descobertas: descobre o seu corpo, descobre o espaço que o rodeia, descobre a palavra, aprende a andar e a falar.

Segunda infância (3-7 anos)

Após a criança ter satisfeito a sua necessidade exterior, aparece nela a curiosidade interior.

Perguntas: Como é? De que é feito? Para que serve?

Interesses: tem interesses por coisas concretas, quer experimentar, quer aprender, gosta de ter coisas (brinquedos, caixinhas, garrafas, botões...) gosta de falar com as coisas, adquire consciência do seu “eu”.

Como se evangeliza as crianças até aos 7 anos?

A catequese das crianças até aos 7 anos faz-se nas famílias, é uma catequese doméstica, a criança imita e reproduz sentimentos e expressões dos pais.

Terceira infância (7-9 anos e 9-12 anos)

Características (7-9 anos): aparece o despertar da razão. Já começa a distinguir o real da imaginação, está desejosa de aprender coisas novas, deseja amar alguém que a proteja, há o despertar da consciência.

Interesses: têm interesses objectivos, interessa-se pelo mundo exterior, interessa-se pelo universo, gosta de ler e de escrever, pintar, desenhar, construir objectos, gosta de analisar, começa a querer saber a causa das coisas, deseja saber a verdade.

Como evangelizar a criança desta idade?

A criança nesta idade tem muito interesse pelas narrações bíblicas, cânticos religiosos, atividades litúrgicas, interessa-se por Deus não só como Pai, mas como Criador. O vocabulário da criança fica

mais enriquecido nesta idade.

Adolescência (12-16 anos)

A adolescência é uma fase complicada. Alguns adolescentes consideram-se adultos e capazes de fazer tudo. É nesta fase que em alguns casos verificam-se conflitos com os pais. O catequista destes adolescentes deve ter atenção a estas situações, a sua catequese deve ser carregada também de educação moral.

Juventude

Os jovens já enfrentam a realidade da vida, abandonam as fantasias e rebeldias da adolescência e voltam-se para si mesmos com outras preocupações: emprego, formação profissional, dinheiro. A catequese desta camada social deve abarcar também temas relacionados com a sociedade, a criminalidade, o desemprego, o amor à pátria, o bem comum, o empreendedorismo, o namoro, o casamento, o aborto.

Vida adulta

Características: os adultos acham-se muito experientes, já não têm capacidade para memorizar muita coisa; acham que os seus tempos foram melhores que os tempos actuais, são saudosistas, alguns sentem-se abandonados pelos filhos; outros acusados de feitiçaria. O catequista deste grupo deve ter atenção a estas situações.

4. A metodologia catequética

O termo metodologia, que provém das palavras gregas *odós* (caminho) e *logos* (tratado), significa estudo dos caminhos a percorrer para alcançar uma meta ou um fim. A metodologia é concebida como a ciência do método, a reflexão teórica do método ou dos métodos. Que significa método? Esta palavra deriva das palavras gregas *metá* (para) e *odós* (caminho) e significa “caminho para algo”, isto é, caminho para chegar a um fim. É o conjunto de procedimentos que se seguem de maneira sistemática e ordenada para atingir um fim determinado.

4.1. A variedade de métodos, sinal de vida e de riqueza

Desde o início a catequese utilizou muitos e variados métodos para educar na fé. Esta diversidade é uma mostra de respeito aos interlocutores e um sinal de riqueza, vitalidade e criatividade na práxis catequética. Na experiência catequizadora da Igreja formaram-se dois grandes grupos de métodos, por meio dos quais a catequese tem respondido às situações históricas dos catequizandos.

O primeiro grupo é formado pelos *métodos indutivos*, aqueles que partem da vida para chegar à fé. Este foi o método de Jesus, bem como o de Paulo no Areópago de Atenas.

Neste grupo pode-se citar, entre outros, o método conhecido como ver-julgar-agir. O método indutivo é o melhor para a formação da inteligência e para uma melhor compreensão e correspondência à actividade humana. O método indutivo cativa a atenção, é atraente, assegura uma compreensão clara e segura. Leva à acção, não se contenta com uma aquisição puramente intelectual, mas estimula os catequizandos à acção; provoca uma resposta, um compromisso. O método indutivo é adaptado à psicologia da criança, que está em estado inicial do seu desenvolvimento intelectual e não possui ainda ideias gerais, e para os adultos igualmente, o método indutivo é o caminho aconselhado.

O segundo grupo é composto pelos *métodos dedutivos*, os que partem do anúncio da mensagem cristã, tal como expressado nos documentos da fé (Bíblia, liturgia, credo...), para chegar à vida.

As duas famílias de métodos seguem itinerários catequéticos diferentes: o método indutivo é de tipo ascendente, enquanto o dedutivo é descendente. Ambos se reclamam e se completam mutuamente: o método dedutivo adquire pleno valor quando é precedido pelo processo indutivo, que aproxima das situações históricas, e o método indutivo exige o método dedutivo, que o aproxima das fontes da fé.

4.2. O método, meio para educar na fé

É importante enfatizar que o método não é um fim em si mesmo, e sim um meio e, como tal deve estar a serviço da formação integral dos catequizandos e da acção do Espírito neles. Também é importante esclarecer que, entre conteúdo e método, não há oposição ou separação, e sim uma profunda correlação e interação.

Todo método catequético se compõe de três elementos fundamentais:

- Um ponto de chegada: a formação integral dos catequizandos;
- Um ponto de partida: a situação concreta dos interlocutores da catequese;
- Um itinerário, que marca os processos graduais e progressivos a percorrer para alcançar o amadurecimento pleno da fé.

A catequese não pode perder de vista estes elementos, e precisa desenvolvê-los com sabedoria e criatividade, para formar homens e mulheres com uma fé adulta, arraigada na Palavra de Deus e significativa para a vida cotidiana.

Na catequese, pois, não se pode empregar qualquer método para educar na fé. Ao seleccionar e aplicar os métodos, a pastoral catequética precisa considerar os seguintes critérios fundamentais:

- Os métodos deverão ser coerentes com a pedagogia da fé;
- Os métodos deverão respeitar a natureza da mensagem cristã, as fontes que lhe dão sustento e as linguagens da fé;
- Os métodos deverão estar em todo momento a serviço da vida concreta dos catequizandos.
- Os métodos deverão respeitar o ritmo das pessoas e dos grupos.

4.3. Os elementos do acto catequético

Entende-se por acto catequético a realização concreta da acção catequizadora na medida em que integra, de maneira harmônica e equilibrada, os diversos elementos que a compõem: experiências humanas, Palavra de Deus, confissão de fé, oração e celebração, vida comunitária e compromisso cristão. O acto catequético se realiza pela mediação do catequista. Todos estes elementos deverão estar presentes na catequese.

O acto catequético consta de três elementos:

- a) *A experiência humana*: em que se procura analisar as experiências da vida;
- b) *O anúncio da Palavra de Deus*: para se descobrir como, na Palavra, as nossas experiências de vida têm relação com Deus, adquirem a sua dimensão cristã e têm a ver com a fé;
- c) *A expressão de fé*: é a resposta vital dos catequizandos a Deus. Realiza-se por meio da profissão de fé (o catequizando, com seu coração, inteligência e vontade, dá a razão daquilo que crê), da celebração (o crente celebra com seus irmãos, em comunidade fraterna, o que está experimentando em sua vida e dá graças a Deus pelos dons recebidos) e do compromisso (o catequizando transforma progressivamente sua vida e colabora ativamente para que surja em nossa sociedade o Reino de Deus).

4.4. Passos a seguir numa sessão de catequese (esquema geral)

- a) *Preparação da catequese*: importa referir que o primeiro passo a dar para uma catequese bem-sucedida é a preparação da catequese. O catequista nunca deve se dirigir ao grupo sem antes ter preparado a lição. A preparação deve ser: remota, próxima, espiritual. É importante rezar pelos catequizandos, pedindo a Deus que lhes abra a inteligência e o coração, para aceitarem a mensagem que lhes será transmitida. Também é importante pegar no catecismo e preparar-se, não só imediatamente antes da catequese, mas ao longo da semana. Rezar e reflectir sobre a catequese que se pretende dar.
- b) *Acolhimento*: o catequista é o primeiro a chegar, vai acolhendo e motivando os seus catequizandos para o encontro com Deus (através da sua Palavra) e o encontro com os irmãos. O acolhimento é muito importante, pois a motivação é o primeiro passo para se efetivar uma aprendizagem. É praticamente difícil e até impossível aprender algo enquanto não estivermos motivados para tal.
- c) *Oração inicial*: é orientada para pedir a força e iluminação do Espírito Santo.
- d) *Revisão da catequese anterior*: o catequista pode fazer a revisão baseando-se no seu manual ou, de outra forma, pode pedir aos seus catequizandos para fazerem o resumo da catequese passada, ou fazer perguntas relacionadas com a catequese passada.

d) *Experiência humana*: a Palavra de Deus é vida, ela nasce da vida, é necessário partir-se de um contexto de vida real para se chegar a iluminação com a Palavra de Deus.

e) *Escuta e partilha da Palavra de Deus*: o catequista deve procurar formas de solenizar este momento, a Palavra de Deus deve ser proclamada com expressividade. Seria melhor lê-la a partir da própria Bíblia, mas se não tiver pode-se usar o catecismo. Depois de proclamada a Palavra de Deus o catequista partilha com o grupo, explica-a; pode socorrer-se da explicação que vem no manual.

f) *Memorização*: o catequista dá espaço aos seus catequizandos para se expressarem. É o momento em que o catequista procura verificar até que ponto a lição foi percebida. O catequista pode-se apoiar na respectiva parte do seu manual ou pode pedir ao catequizando para dizer o que mais gostou da lição ou ainda pode fazer perguntas relacionadas com a lição. Tudo isto para chegar a escolher uma frase significativa e gravá-la na memória.

g) *Por a Palavra em prática*: é a aplicação da catequese à vida prática. A aplicação prática da Palavra de Deus varia de acordo com a faixa etária dos catequizandos. Este é um dos momentos cruciais da catequese, durante a preparação o catequista procure situações da vida real na qual a Palavra de Deus encontre um encaixe adequado. É também um momento de compromisso, os catequizandos iluminados pela Palavra de Deus assumem um compromisso de vida de acordo com o tema. Recorda-se que a missão do catequista é moldar o catequizando através de atitudes de conversão, mudança de vida rumo a sua maturidade na fé.

h) *Oração conclusiva*: iluminados e saciados pela Palavra de Deus, somos impelidos a dialogar com Deus apresentando a nossa gratidão ou pedindo forças para pôr em prática o que foi apreendido.

Podemos usar várias estratégias e técnicas para tornar exequível o método que usamos, por isso o catequista deve ser criativo, dinâmico e imaginativo, contudo as estratégias e técnicas a serem implementadas devem ser compatíveis com o tema e a idade dos catequizandos. Alguns exemplos: jogos, cartazes, slides, figuras, símbolos, encenação teatral, filme, entre outros.

5. O catecumenado: um percurso de educação na fé

A iniciação dos catecúmenos faz-se à maneira de uma caminhada progressiva, dentro da comunidade dos fiéis. Esta, juntamente com os catecúmenos, medita no valor do mistério pascal e renova a sua própria conversão; e deste modo, com o seu exemplo, leva-os a seguirem generosamente o Espírito Santo.

O ritual da iniciação acomoda-se ao caminho espiritual dos adultos, caminho diferente, consoante a multiforme graça de Deus, a livre cooperação de cada qual, a acção da Igreja e às condições de tempo e de lugar

Nesta caminhada, além de um tempo de procura e de amadurecimento, há vários “degraus” ou “passos”, pelos quais o catecúmeno, ao caminhar, como que passa uma porta ou sobe um degrau:

a) O primeiro é quando alguém, que chegou à conversão inicial, quer tornar-se cristão, e é recebido

pela Igreja como catecúmeno;

b) O segundo é quando, já adiantado na fé e quase no fim do catecumenado, é admitido a uma preparação mais intensa para os sacramentos;

c) O terceiro é quando, completada a preparação espiritual, recebe os sacramentos pelos quais o cristão é iniciado.

Temos assim três “degraus”, “passos” ou “portas” que devem ser tidos como momentos maiores ou mais densos da iniciação. Estes degraus são assinalados por três ritos litúrgicos: o primeiro pelo rito da instituição dos catecúmenos; o segundo pela eleição e o terceiro pela celebração dos sacramentos.

Os degraus conduzem a “tempos” de procura e de amadurecimento ou são por eles preparados:

a) O primeiro tempo, que da parte do catecúmeno exige uma procura, é destinado à evangelização por parte da Igreja e ao “Pré-catecumenado” e conclui-se pela entrada na ordem dos catecúmenos;

b) O segundo tempo, que começa com esta entrada na ordem dos catecúmenos, e pode durar vários anos, é consagrado à catequese e aos ritos a elas anexos, e termina no dia da eleição;

c) O terceiro tempo, mais breve, que habitualmente coincide com a preparação para as solenidades pascais e para os sacramentos, é destinado a purificação e à iluminação;

d) O último tempo, que se prolonga por todo o tempo pascal, é destinado à “mistagogia”, isto é, por um lado a recolha da experiência e os frutos da vida cristã e, por outro, a entrada no convívio da comunidade dos fiéis, estabelecendo com ela relações profundas.

Assim temos quatro tempos seguidos: o do “Pré-catecumenado”, caracterizado pela primeira evangelização; o do “Catecumenado”, destinado a uma catequese completa; o da “Purificação” e “Iluminação”, para obter uma preparação espiritual mais intensa, e o da “Mistagogia”, marcado por uma nova experiência dos sacramentos e da comunidade.

Além disso, uma vez que a iniciação cristã não é senão uma primeira participação sacramental na morte e ressurreição de Cristo, e dado que o tempo da purificação e iluminação coincide normalmente com o tempo da Quaresma e a mistagogia com o tempo pascal, toda a iniciação deve revestir caráter pascal. Por conseguinte, a Quaresma deve conservar o seu vigor em ordem a uma preparação mais intensa dos eleitos, e a vigília pascal deve ser tida como o tempo legítimo da iniciação cristã. Não se proíbe, todavia, que estes mesmos sacramentos, em razão das necessidades pastorais, sejam celebrados fora destes tempos.

6. Esquema da organização da catequese na Arquidiocese da Beira e os respectivos itinerários

JEMA DA ORGANIZAÇÃO DA CATEQUESE NA ARQUIDIOCESE DA BEIRA / ANO 2025				
ETAPAS	IDADES	CATECISMOS	CERIMÓNIAS	
CATEQUESE DE ACOLHIMENTO Não é de carácter obrigatório	6-7 Anos (Idade mínima: 6 anos)	1) ABC da Fé 1: "O meu primeiro catecismo" 2) Subsídio auxiliar: "Vamos à Catequese" Actividades: animação, cantos, histórias, jogos apropriados e tudo mais que é próprio das crianças desta idade		
PRÉ-CATECUMENADO É de carácter obrigatório	8 Anos (Idade mínima) Para crianças, adolescentes e jovens - duração de 1 ano Para adultos - garantir um tempo mínimo de preparação: 3 meses	Catecismo: VENHAM Actividades: Participação na celebração da Eucaristia dominical ou na Celebração da Palavra na comunidade	Rito de admissão dos catecúmenos A realizar-se no 1º Domingo de Advento (Todos: crianças e adultos)	
ATECUMENADO 1ª ETAPA	9 Anos (Idade mínima) Adultos	Catecismo: ISRAEL, POVO ESCOLHIDO PARA NOS DAR O LIBERTADOR	Rito de passagem da 1ª para a 2ª etapa Crianças: no 1º Domingo do mês de Novembro Adultos: no 2º Domingo de Advento	
ATECUMENADO 2ª ETAPA	10 Anos (Idade mínima) Adultos	Catecismo: JESUS, HOMEM LIVRE, TU VENS LIBERTAR-NOS	Rito de passagem da 2ª para a 3ª etapa Crianças: no 1º Domingo do mês de Novembro Adultos: no 2º Domingo de Advento	
ATECUMENADO 3ª ETAPA	11 ANOS (idade mínima) Adultos	Catecismo: OS SACRAMENTOS "Jesus permanece presente no meio do seu povo"		

ETAPAS	IDADES	CATECISMOS	CERIMÔNIAS
SACRAMENTOS DA INICIAÇÃO CRISTÃ Crianças e adolescentes (Itinerário 1): Baptismo e Eucaristia Adultos e jovens-adultos: (Itinerário 2) Baptismo, Crisma e Eucaristia	12 ANOS (idade mínima)	<p>A partir do início do ano catequético até o início da Quaresma faz-se revisão de alguns temas dados nos anos anteriores.</p> <p>No tempo da Quaresma:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Catequese normal - se faz o percurso do Evangelho dominical e a preparação imediata ao sacramento do Baptismo. * Catequese intensiva - aprofundar temas tais como: sacramentos, credo, orações, significado dos escrutínios. <p>APÓS DO BAPTISMO</p> <ul style="list-style-type: none"> * Crianças e adolescentes (Itinerário 1): continuam a catequese até o fim do ano, utilizando o catecismo: <p>O CRISTÃO NO SEU AMBIENTE, UMA LÂMPADA QUE BRILHA</p> <p>* Adultos (Itinerário 2): "Catequese mistagógicas" onde os novos cristãos aprofundam o mistério pascal em que foram Iniciados e procuram viver aquilo que celebraram.</p> <p>A mistagogia deve coincidir com o tempo pascal</p> <p>Se faz o percurso do Evangelho dominical e uma revisão dos sacramentos, em particular o sacramento da Reconciliação</p> <p>Catecismo: O CRISTÃO NO SEU AMBIENTE, UMA LÂMPADA QUE BRILHA</p> <p>Integrar os adultos nos serviços ou ministérios da comunidade cristã.</p>	<p>Cerimónia da Eleição</p> <p>A realizar-se no 1º Domingo de Quaresma</p> <p>Cerimónias dos Escrutínios A realizar-se no 3º - 4º - 5º Domingo de Quaresma</p> <p>Celebração dos Sacramentos do Baptismo e da Eucaristia</p> <p>A realizar-se na Vigília Pascal ou ao longo do tempo pascal</p> <p>Celebração dos 3 Sacramentos da Iniciação cristã: Baptismo, Crisma e Eucaristia (Vigília Pascal)</p> <p>Para todos os recém batizados: Celebração do sacramento da Reconciliação</p> <p>A realizar-se possivelmente antes do fim do tempo pascal ou logo nos meses sucessivos</p>
TEMPO DE PROFUNDAMENTO E VIVÊNCIA DA FÉ CRISTÃ	13 - 14 Anos	<p>Catecismo: EU CREIO</p> <p>Actividade</p> <p>como: Liturgia, Coro, Acólitos, Infância Missionária, Escuteiros, Caridade, etc.</p>	<p>Este tempo pode terminar com uma simples</p> <p>Cerimónia de Profissão de Fé</p>
PREPARAÇÃO À CRISMA 1º ANO	15 Anos (idade mínima)	<p>Catecismo: " A CAMINHADA DA FE 4: Eu desempenho uma função na Família de Jesus"</p> <p>2º Parte</p>	
ANO DO SACRAMENTO DA CRISMA	16 Anos (idade mínima)	CHEIOS DE ESPÍRITO SANTO	<p>Celebração do Sacramento da Crisma</p>

ITINERÁRIO 1: CRIANÇAS E ADOLESCENTES (Entrada no Pré-catecumenado: de 8 a 16 anos) ANO 2025

ACOLHI MENTO	PRÉ-CATE CUMENADO	1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	ANO DO BAPTISMO	APROFUND. DA FÉ	APROFUND. DA FÉ	1º Ano de Prep. à Crisma	ANO DA CRISMA
6-7 anos	8 anos (Idade mínima)	9 anos (Idade mínima)	10 anos (Idade mínima)	11 anos (Idade mínima)	12 anos (Idade mínima) Desde o início da Catequese ate a Quaresma: Revisão dos temas anteriores	13 anos	14 anos	15 anos (Idade mínima)	16 anos (Idade mínima)
Catecismo: 1) ABC da Fé 1: "O meu primeiro catecismo" 2) Subsídio auxiliar: "Venham à Catequese"	Catecismo: VENHAM	Catecismo: ISRAEL, POVO ESCOLHIDO PARA NOS DAR O LIBERTA- DOR	Catecismo: JESUS, HOMEM LIVRE, TU VENS LIBERTAR- NOS	Catecismo: OS SACRA- MENTOS "Jesus permanece presente no meio do seu povo"	Tempo de Quaresma Catequese normal: usam-se os Evangelhos do Domingo Catequese intensiva: Sacramentos, Credo, Orações Mandamentos, e outros... BATISMO Catecismo: O CRISTÃO NO SEU AMBIENTE "Uma lâmpada que brilha"	Catecismo: EU CREIO	Catecismo: EU CREIO	Catecismo: CAMINHADA DA FÉ 4 (2ª Parte)	Catecismo: CHEIOS DE ESPÍRITO SANTO
						Inserção em algum grupo da comuni- dade ou da Paróquia	Inserção em algum grupo da comuni- dade ou da Paróquia		
						Atividades Práticas	Atividades Práticas	Atividades Práticas	
						Aprender a viver como cristão	Aprender a viver como cristão	Aprender a viver como cristão	
						Profissão de Fé		CRISMA	

RÁRIO 2: JOVENS-ADULTOS E ADULTOS (Entrada no Pré-catecumenado: 17 anos em diante) Ano 2025 em contemporaneamente os três Sacramentos da Iniciação Cristã: Batismo, Crisma e Eucaristia				
CATECUMENADO	1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	ELEITOS
17 anos (Idade mínima)	18 anos (Idade mínima)	19 anos (Idade mínima)	20 anos (Idade mínima)	21 anos (Idade mínima)
Catecismo: VENHAM	Catecismo: ISRAEL, POVO ESCOLHIDO PARA NOS DAR O LIBERTADOR	Catecismo: JESUS, HOMEM LIVRE TU VENS LIBERTAR- NOS	Catecismo: OS SACRAMENTOS "Jesus permanece presente no meio do seu povo"	Desde o início da catequese até o início da Quaresma: revisão dos temas anteriores Tempo de Quaresma Catequese normal: usam-se os Evangelhos do Domingo Catequese intensiva: aprofundar temas como: Sacramentos, Credo, Orações, Mandamentos e outros... SACRAMENTOS DA INICIAÇÃO CRISTÃ MISTAGOGIA (Tempo Pascal) Evangelhos do Domingo Catecismo: "O cristão no seu ambiente" Aprofundar os sacramentos que os novos cristãos acabaram de receber. Inicia-los ao sacramento da Confissão e integra-los na Comunidade Cristã e na Paróquia

7. Síntese conclusiva

Em resumo, a catequese tem um destinatário: os homens e mulheres de todos os tempos e idade. Ainda que o conteúdo do anúncio é o mesmo (a Boa Nova), a maneira como ele há de ser transmitido variará segundo as circunstâncias próprias do destinatário

8. Exercícios de consolidação

- O que é pedagogia catequética?
- Como catequizava Jesus? Concretiza.
- Se pode utilizar o mesmo método para catequizar a uma criança como também a um adulto? Justifique.
- Quais os passos a seguir numa sessão de catequese?
- Uma catequese se desenvolve levando em conta três elementos fundamentais: a experiência humana, o anúncio da Palavra de Deus e a expressão da fé. Justifique.
- Como criar um âmbito vivencialmente comunitário que favoreça a inserção e a participação activa dos catecúmenos e catequizandos?

Capítulo IV:

NOÇÕES GERAIS DA BÍBLIA

4

NOÇÕES GERAIS DA BÍBLIA

1. Introdução

A catequese é, essencialmente, o acto de fazer *ecoar* a Palavra de Deus. Qual é, pois, o meu grau de conhecimento da Palavra de Deus que, enquanto catequista, sou chamado a fazer escutar e repercutir? A presente nota quer ser uma brevíssima ajuda nesse sentido, tendo presente que o conhecimento da Palavra de Deus é tarefa de toda a vida.

2. Conceitos gerais da Bíblia

Neste subtítulo apresentaremos as ideias fundamentais para introduzir a um catequizando no mundo da Bíblia.

2.1. O que é a Bíblia?

A palavra *Bíblia* vem do grego *ta Biblia* e significa, literalmente, “os livros”. Na verdade, mais do que um livro, a Bíblia é uma biblioteca, ou seja, um conjunto de livros sagrados escritos por homens e mulheres inspirados por Deus, que revelam o plano divino sobre a humanidade para a conduzir à salvação.

2.2. Quem escreveu a Bíblia?

O próprio Deus é o autor desse conjunto de livros sagrados - a Sagrada Escritura - na medida em que foi Ele quem inspirou seus autores humanos, agindo neles e por meio deles. Por isso, a Bíblia é ao mesmo tempo “Palavra de Deus e palavra humana”. Estas duas qualidades da Sagrada Escritura são inseparáveis e devem ser, sempre, tidas em conta na interpretação da mesma.

A natureza divina da Bíblia é afirmada pela própria Sagrada Escritura quando ela afirma que “Toda a Escritura é inspirada por Deus...” (2Tm 3,16) e “Nenhuma profecia da Escritura resulta de uma interpretação particular pois que a profecia jamais veio por vontade humana, mas os homens, impelidos pelo Espírito Santo, falaram da parte de Deus” (2Pd 1,20-21). A natureza humana da Bíblia resulta do facto do hagiógrafo ou escritor sagrado ter dado a sua contribuição pois Deus inspirou-o para que, dispondo ele de suas próprias faculdades (língua, conhecimentos, condição sócio-cultural, estilo, gramática e outras), transmitisse somente a vontade de Deus, como afirma a *Dei Verbum*: “Na redação dos livros sagrados, Deus escolheu pessoas humanas, das quais se utilizou sem tirar-lhes o uso das próprias capacidades e faculdades, a fim de que, agindo Ele próprio neles e por eles, transmitissem

por escrito, como verdadeiros autores, tudo e só aquilo que Ele próprio quisesse” (DV nº11).

A disposição de todas as faculdades e capacidades do escritor sagrado, ao escrever os livros bíblicos, é também confirmada pela própria sagrada Escritura: “Visto que muitos já tentaram compor uma narração dos factos que se cumpriram entre nós – conforme no-los transmitiram os que, desde o princípio, foram testemunhas oculares e ministros da Palavra – a mim também pareceu conveniente, após acurada investigação de tudo desde o princípio, escrever-te de modo ordenado, ilustre Teófilo, para que verifiques a solidez dos ensinamentos que recebeste” (Lc 1,1-6).

2.3. Como é composta a Bíblia?

A Bíblia divide-se em duas partes, chamadas Antigo e Novo Testamento respectivamente. A palavra testamento traduz a palavra grega “diatheke” que pode significar “aliança”, “pacto” ou “testamento”. Os escritos sagrados anteriores a Jesus Cristo pertencem ao Antigo Testamento e os redigidos depois da morte e ressurreição de Jesus Cristo formam o Novo Testamento.

2.4. Quantos livros tem a Bíblia?

A lista ou cânon da Bíblia consta de 73 livros, dos quais 27 do Novo Testamento e 46 do Antigo Testamento. Não há acordo entre as diferentes denominações cristãs sobre o número dos livros do Antigo Testamento. Por exemplo, a Igreja Católica conta 46 livros, a Igreja Ortodoxa Grega, 49, a Igreja Ortodoxa Russa, 48, as Igrejas protestantes, 39. As razões dessa divergência são muito antigas.

Como vimos, o Antigo Testamento foi escrito fundamentalmente em hebraico. No século III a.C., porém, um grupo de judeus, que vivia em Alexandria do Egipto, resolveu traduzir o Antigo Testamento do hebraico para o grego. Esta foi a primeira tradução da Bíblia, chamada de Septuaginta ou Setenta. A partir dessa altura, passaram a existir duas versões da Bíblia, uma em hebraico, usada pelos judeus que moravam na Palestina, e, outra, em grego, usada pelos judeus que viviam fora da Palestina.

Ocorreu que, na época em que foi feita a tradução grega dos Setenta, o cânon ou lista dos livros da Bíblia ainda não estava definida e os judeus da diáspora incluíram mais livros na sua Bíblia. Com isso, a lista dos livros da versão grega ficou maior que a lista dos livros da Bíblia hebraica. Quando os judeus da Palestina decidiram definir o cânone da sua Bíblia, eles que eram radicalmente nacionalistas, achavam que só podiam fazer parte desta os livros escritos em hebraico, escritos dentro da Palestina e até o tempo de Esdras. Portanto, declararam oficialmente como texto inspirado apenas os 22 livros constantes da versão hebraica da Bíblia, que correspondem a 39 dos livros do Antigo Testamento das Bíblias cristãs. É desta diferença entre a Bíblia hebraica da Palestina e a Bíblia grega de Alexandria, que veio a diferença do número de livros do Antigo Testamento das diferentes Bíblias cristãs. Note-se que tanto os nomes com que tradicionalmente os livros do Antigo Testamento da Bíblia cristã são designados (Gênesis, Êxodo, etc.) quanto à maneira em que são divididos não corresponde à Bíblia hebraica.

A diferença entre a Bíblia Católica e a Bíblia protestante está nos seguintes 7 livros: Judite, Tobias, Sabedoria, Eclesiástico, Baruc, I Macabeus e II Macabeus. Além disso, a Bíblia protestante omite partes dos Livros de Daniel e de Ester. Este conjunto de livros é chamado pelos católicos de livros “deuterocanônicos”, isto é, livros que pertencem ao segundo cânon. Há um outro conjunto de livros, tanto do Antigo quanto do Novo Testamento, que recebe o nome de livros “apócrifos”. Estes são livros que, apesar de sua afinidade com a Sagrada Escritura, pelo seu conteúdo e pela sua presumível autoria, não são reconhecidos pela Igreja como inspirados.

2.5. Como localizar uma passagem bíblica?

A informação precisa para localizar com exatidão uma passagem bíblica é chamada de citação bíblica. A citação do texto bíblico, portanto, é como que o endereço de uma passagem que se encontra na Bíblia, sendo apresentada sempre na seguinte forma:

1º O título do livro de forma abreviada. É muito importante familiarizar-se com as abreviaturas dos títulos dos livros da Bíblia que é feita normalmente pelas primeiras duas consoantes do nome do livro. Ex.: Mt (Mateus); Ap (Apocalipse); Sl (Salmos), etc.

2º O capítulo. Ex: Jo 11 - Evangelho segundo São João, capítulo 11.

3º O(s) versículo(s). Ex: Jo 11,5 - Evangelho segundo São João, capítulo 11, versículo 5

Porém, frequentemente nos deparamos com citações contendo mais informações, tais como:

- a) Rt 1-2 (Livro de Rute capítulos 1 e 2, apenas);
- b) 1Cor 4,6-13 (primeira Epístola de S. Paulo aos Coríntios, capítulo 4, versículos seis até treze).

Para sabermos citar a Bíblia importa conhecermos o que significam os sinais de pontuação e outros sinais nelas inseridos, a saber:

- A Vírgula (,) – serve para separar o capítulo do versículo.

Ex.: Jo 11,5 (Evangelho segundo São João, capítulo 11, versículo 5);

- O ponto (.) – indica que a leitura não é sequenciada, mas que há saltos entre os versículos. Lêem-se apenas os versículos que estão antes e depois do ponto.

Ex.: Jo 1,3.9 (Evangelho segundo São João, capítulo um, versículos três e nove);

- O hífen (ou traço) – ao contrário do ponto, o hífen significa “até”, e indica que devem ser lidos todos os versículos que estão no intervalo citado.

Ex.: Jo 17,20-26 - Evangelho segundo São João, capítulo dezassete, versículos vinte até vinte e seis. Devem ser lidos todos os versículos a partir do 20 ao 26.

- O ponto e vírgula (;) – separa uma citação de outra que pode estar no mesmo livro ou em livros diferentes.

Ex.: Jo 1,3; 16,10 - Pede para ler o Evangelho segundo São João, capítulo 1, versículo 3 e o capítulo 16, versículo 10.

- Uma letra esse “s” – indica a leitura do versículo imediatamente seguinte ao versículo indicado.

Ex.: Gn 15,16s - Indica o livro do Gênesis, capítulo 15, versículos 16 e o seguinte, ou seja, capítulo 15, versículos 16 e 17. Também pode ser representado da seguinte forma: Gn 15,16 – 17

- Duas letras esses (“ss”) – indicam a leitura dos dois versículos imediatamente seguintes ao versículo indicado.

Ex.: Gn 15,16ss - Indica o livro do Gênesis, capítulo 15, versículos 16 e os dois seguintes, ou seja, capítulo 15 versículos 16,17 e 18. Também pode ser representado da seguinte forma: Gn 15,16–18. Para a indicação de mais de três versículos utiliza-se o hífen (traço).

- Quando o versículo não é indicado – significa que a referência foi feita ao capítulo inteiro. Neste caso a vírgula não é utilizada, mas os demais sinais continuam com o mesmo significado.

Ex.: Sl 94ss ou Sl 94–96 - Indica o Salmo 94 e os dois seguintes.

- As Letras (a, b, c, d, etc.) – uma destas letras após a citação do versículo indica a leitura ou citação de uma parte do versículo. Cada versículo pode ser dividido em partes: a primeira é indicada com a letra “a”, a segunda com a “b”, a terceira com a “c”, a quarta com a letra “d”, etc.

Ex.: Gn 5,13b - indica o livro do Gênesis, capítulo 5, versículo 13, na segunda parte do referido versículo. Isso facilita a localização exata da frase em um versículo que pode ser composto de duas ou mais frases.

- Livro com um só capítulo – quando o livro tem apenas um capítulo o número do capítulo pode ser omitido, citando apenas o versículo.

Ex.: Jd 3 - carta de São Judas versículo 3.

Esta regra pode ser confundida com a regra que diz que o número após o nome abreviado do livro é o capítulo, mas nunca se achará o capítulo 3 da Carta de São Judas, pois não existe.

3. Visão geral do Antigo Testamento

O Antigo Testamento é a primeira parte da Bíblia e é composto por 46 livros, originariamente escritos nas línguas hebraica, aramaica e grega. Esses livros podem ser divididos em quatro grupos principais, a saber:

3.1. O Pentateuco

É constituído pelos cinco primeiros livros da Bíblia e contém a história do início da humanidade, a história dos patriarcas e a história da libertação dos israelitas da escravidão no Egito. Os livros que

o compõem são Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio.

3.2. Livros Históricos

São livros que contêm a história de Israel desde a conquista da terra prometida, Canaã, até a resistência judaica contra a dominação helenista. Os livros que o constituem são: Josué, Juízes, Rute, Judite, Ester, 1 Samuel, 2 Samuel, 1 Reis, 2 Reis, 1 Crônicas, 2 Crônicas, Esdras, Neemias, 1 Macabeus e 2 Macabeus.

3.3. Livros Poéticos e Sapienciais

Esses livros incluem poesia, sabedoria e literatura filosófica. Eles oferecem traços sobre a natureza de Deus e da humanidade, bem como conselhos práticos para a vida. Compõem este grupo os seguintes livros: Job, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Eclesiástico ou Ben Sirá, Cântico dos Cânticos e Sabedoria.

3.4. Livros Proféticos

Estes livros apresentam a mensagem dos profetas que, fundamentalmente, denunciam os pecados do povo e dos governantes e anunciam a salvação e restauração. Os livros proféticos maiores são Isaías, Jeremias, Lamentações, Baruc, Ezequiel e Daniel, e os livros proféticos menores são Oséias, Joel, Amós, Abdias, Jonas, Miqueias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias.

4. Visão geral do Novo Testamento

A expressão Novo Testamento indica o novo pacto, isto é a nova aliança estabelecida por Deus com os homens por meio de Jesus Cristo (cf. Lc 22,20; 1Cor 11.25). Ela designa também os livros da Bíblia escritos depois de Cristo, contrapondo-se assim ao Antigo Testamento, ou seja, aos livros da Bíblia escritos antes de Cristo. Como vimos acima, faz parte do Novo Testamento uma coleção de 27 livros, exclusivos da Bíblia cristã, que foram originalmente escritos na língua grega, entre o I e II século d.C., e apresentam fundamentalmente a pessoa de Jesus e o início da Igreja. Os livros do Novo Testamento podem ser divididos em quatro grupos principais, a saber:

4.1. Os Evangelhos

Os Evangelhos são quatro (Mateus, Marcos, Lucas e João) e narram a vida, o ministério e os ensinamentos de Jesus Cristo, bem como a sua morte e ressurreição. Cada Evangelho apresenta uma perspectiva única sobre a vida de Jesus, mas todos compartilham o mesmo núcleo de história.

4.2. O livro de Atos dos Apóstolos

Este livro é uma continuação do Evangelho segundo Lucas e narra sobre a origem das primeiras comunidades cristãs, destacando o ministério dos Apóstolos Pedro e Paulo.

4.3. As Epístolas (Cartas)

São cartas da autoria de hagiógrafos e destinadas a diferentes comunidades cristãs e indivíduos, com a finalidade de oferecer orientações para a vida cristã, directivas para questões específicas e reflexões teológicas sobre diversos temas. Há 21 epístolas no Novo Testamento. As 13 primeiras são chamadas Epístolas Paulinas, porque são da autoria do Apóstolo Paulo, e as 8 restantes, são chamadas Epístolas Católicas porque têm um destinatário universal: As Epístolas Paulinas são as seguintes: Epístola aos Romanos, Epístola aos Coríntios, Epístola aos Gálatas, Epístola aos Efésios, Epístola aos Filipenses, Epístola aos Colossenses, Epístola aos Tessalonicenses, Epístola a Timóteo, Epístola a Tito e Epístola a Filémon. As Epístolas Católicas são: Epístola aos Hebreus (1); Epístola de Tiago (1); Epístolas de Pedro (2); Epístolas de João (3); Epístola de Judas (1).

4.4. Apocalipse

É um livro profético do Novo Testamento, escrito pelo Apóstolo e Evangelista João, às Sete Igrejas da Ásia Menor, numa mensagem transmitida de maneira muito simbólica por causa do clima de perseguição vivido pelas referidas, com a finalidade de revelar o futuro de felicidade e de vitória para os seus fiéis.

5. Síntese conclusiva

Uma das formas de nós termos acesso ao que Deus revelou à humanidade é a Bíblia. A Bíblia é na verdade um conjunto de livros, divididos em dois testamentos, que contam resumidamente a história da salvação, primeiro do antigo povo de Israel e depois do novo povo de Israel, a Igreja.

Esperamos que estas notas tenham criado em você mais desejo de aprofundar o conhecimento sobre a Sagrada Escritura pois, como afirma S. Jerônimo, “ignorar as Escrituras é ignorar a Cristo”. E Jesus Cristo é o centro de toda ação catequética.

6. Exercícios de consolidação

Responda as seguintes questões:

- O que é a Bíblia?
- Por que razão a Bíblia é considerada Palavra de Deus e palavra humana?
- Como se explica o desacordo entre as diferentes denominações cristãs sobre o número de livros que compõem a Bíblia?
- Anote os nomes dos livros da Bíblia que conheces e veja quantos ainda deves conhecer.
- Faça repetidamente exercícios sobre as citações bíblicas até ter domínio sobre elas.

Capítulo V:

CRISTO CENTRO

DA CATEQUESE

5

CRISTO CENTRO DA CATEQUESE

1. Introdução

No centro da catequese encontramos essencialmente uma Pessoa, a de Jesus de Nazaré, Filho único do Pai, que sofreu e morreu por nós e agora, ressuscitado, vive connosco para sempre. O estudo sistemático sobre a pessoa de Cristo é também conhecido por cristologia. Na presente lição iremos apresentar algumas ideias-chaves sobre a pessoa de Cristo e a pessoa do cristão.

2. O lugar da pessoa de Cristo na catequese

É importante referenciar que catequizar é desvendar na Pessoa de Cristo todo o desígnio eterno de Deus que nela se realiza. E procurar compreender o significado dos gestos e das palavras de Cristo e dos sinais realizados por Ele. A finalidade definitiva da catequese é "levar à comunhão com Jesus Cristo: só Ele pode conduzir ao amor do Pai no Espírito e fazer-nos participar da vida da Santíssima Trindade". (Cf. CIC nº 426).

A catequese das crianças, dos jovens e adultos procura fazer com que a Palavra de Deus seja meditada na oração pessoal, actualizada na oração litúrgica e interiorizada em todo tempo, a fim de produzir seu fruto numa vida nova. A catequese é também o momento em que a piedade popular pode ser avaliada e educada. A memorização das orações fundamentais oferece um apoio indispensável à vida de oração, mas importa grandemente fazer com que saboreie o sentido das mesmas. (Cf. CIC nº 2688)

Ora, «na catequese, é Cristo, Verbo Encarnado e Filho de Deus, que é ensinado - todo o resto está em relação com Ele; e somente Cristo ensina; todo outro que ensine, fã-lo na medida em que é seu porta-voz, permitindo a Cristo ensinar por sua boca. Todo catequista deveria poder aplicar a si mesmo a misteriosa palavra de Jesus: *“Minha doutrina não é minha, mas daquele que me enviou”* (Jo 7,16)» (Cf. CIC nº 427) Assim sendo aquele que é chamado a "ensinar o Cristo" deve, portanto, procurar primeiro *"este ganho supereminente que é o conhecimento de Cristo"*; *é preciso "aceitar perder tudo... a fim de ganhar a Cristo e ser achado nele"*, e *"conhecer o poder de sua Ressurreição e a participação*

em seus sofrimentos, conformando-se com ele em sua Morte, para ver se alcança a ressurreição de entre os mortos" (Fl 3,8-11). (CIC nº 428).

Portanto, além de possuir um conhecimento sólido doutrinário e bíblico, um bom catequista deve possuir uma formação espiritual que passa pelas experiências de vida, que bem compreendidas e colocadas diante de Deus, levam à uma vida de Amor a Deus e aos Irmãos. Isso só será possível se o catequista for um bom imitador daquele que ele vai anunciar e vivendo como Ele viveu. Por isso, neste capítulo trataremos dos Mistérios da vida de Jesus (Infância de Jesus; vida pública de Jesus – milagres; Paixão, morte e ressurreição) e a vida em Cristo (o testemunho cristão e o apostolado).

3. Mistérios da vida de Jesus

3.1. Infância de Jesus

A infância de Jesus é cercada por mistérios. Dificilmente podemos encontrar registros escritos sobre como viveu e o que fez.

Jesus de Nazaré, de acordo com Mt 2,1, nasceu em Belém, num curral de bois, foi envolvido por panos, e a manjedoura se tornou seu primeiro berço. Filho de Maria, uma mulher doméstica, e por adoção, de José, um carpinteiro. Jesus viveu em Nazaré (Lc 2,4), daí a expressão **Jesus de Nazaré**, ou se preferirem na Galileia, daí a expressão “o Galileu”. Jesus também ficou conhecido por Messias ou Cristo, que quer dizer ungido.

Oito dias após o seu nascimento foi circuncidado e posteriormente apresentado no templo, tendo sido reconhecido pelo velho Simeão como **a luz das nações**. Aos doze anos passou pelo rito de iniciação, onde se tornou bar mitsvá, ou seja, filho do preceito.

Não temos dúvida que Maria terá ensinado Jesus a caminhar, a falar, e até ensinando algumas histórias que serviram de inspiração para as parábolas de Jesus.

A Sagrada Escritura é omissa quanto aos anteriores ao seu baptismo, isto é dos 12 aos 30 anos, todavia, nós podemos inferir que Jesus teve uma infância normal, pelas suas parábolas frequentemente citando ou ao campo (parábola do semeador) ou a semente (a semente de mostarda que sendo pequena produz grande árvore) nos leva a pensar que Jesus praticava ou tinha noções de agricultura; por outro lado, o facto dele ser conhecido por “filho de carpinteiro”, e tendo em conta que naquele tempo os filhos herdavam a profissão dos pais, muito provavelmente Jesus era também carpinteiro, ajudava seu pai na carpintaria e por vezes era um carpinteiro ambulante, restaurando as portas, as janelas, as cadeiras e até fazia barcos, tendo tido oportunidade de ter amizade com muitos pescadores.

3.2. Vida Pública de Jesus

Conforme atesta o Catecismo da Igreja Católica, o início da vida pública de Jesus é o seu Baptismo por João no rio Jordão. No seu Baptismo acontece um milagre, o Espírito Santo sob a forma de pomba, desce sobre Ele e uma voz do céu proclama: «Este é o meu Filho muito amado» (Mt 3, 13-17). Tal foi a manifestação («epifania») de Jesus como Messias de Israel e Filho de Deus. (Cf. CIC nº 535). Os quatro Evangelhos narram o seu Baptismo (Mt 3, 13s) - (Mc 1, 9s) - (Lc 3, 21s) - (Jo 1, 29s).

Como "o Cordeiro de Deus que tira os pecados do mundo", Jesus provou ser o Messias prometido, o Salvador esperado, o Verbo que se fez Carne. Ele mesmo o afirma: O Messias sou eu que lhe estou falando" - disse à Samaritana (Jo 4, 26).

E prova-o com Seus milagres. Nele, realizam-se todas as profecias, inclusive as que Ele mesmo fez, como, por exemplo, a de Sua ressurreição (Lc 18, 33). Além disso, dá, ainda, o testemunho de Sua inigualável doutrina - doutrina ensinada e vivida.

Após o Baptismo Jesus é tentado pelo demônio no deserto. Assim, Ele quis sentir toda a nossa fraqueza, toda a nossa miséria. Quis ser como um de nós, para que nos tornássemos como Ele. Mostrou-nos que o justo é provado - e provado, deve manter-se fiel.

Depois, Ele escolheu seus discípulos. Entre estes, os apóstolos. "Vem e segue-me" - e aqueles homens rudes largaram suas redes para tornarem-se pescadores de homens. Simão passou a chamar-se Pedro. Pedro, porque seria a pedra fundamental da Igreja que nascia. Importa referir que toda a vida de Cristo é beleza e claridade.

3.3. Os Milagres

Durante a sua passagem pelo mundo e seu ministério, Jesus realizou muitos milagres. Era por meio deles que sua divindade podia ser observada. E fazia com que milhares de pessoas o reconhecesse como o verdadeiro filho de Deus. Na sagrada escritura é possível encontrar referências de vários milagres e aqui podemos destacar os seguintes:

- Transformação da água em vinho – Bodas de Caná (Jo 2)

O primeiro milagre de Jesus foi o das "bodas de Caná" a pedido de Nossa Senhora. Durante a festa, o vinho acabou. Maria, a boa Mãe, percebeu esta situação e disse: "Eles não têm mais vinho". E Jesus, apesar de não ter chegado ainda a Sua hora, atendeu ao pedido dela. Jesus ordenou aos serventes que enchessem as talhas de água e transformou a água em vinho. Seus discípulos ficaram maravilhados e creram que Ele era o filho de Deus.

- A mulher do fluxo de sangue (Mt 9, 18-26; Lc 8, 40-56)

Enquanto Jesus passava, uma mulher que sofria de intenso fluxo por anos conseguiu tocar sua orla e foi curada instantaneamente. Todos à sua volta puderam testemunhar o milagre.

- O milagre da multiplicação (Mc 6, 30-56)

Jesus sempre estava rodeado por muita gente, todos queriam ficar perto dele e ouvir suas palavras. Houve um dia em que a multidão não tinha mais do que se alimentar. Em um gesto de carinho ele multiplicou cinco pães e dois peixes e alimentou toda a multidão.

- Libertação do endemoniado (Mc 5, 1-17)

Nesse milagre Jesus expulsou os demônios que afligiam um homem e assim ficou visível a autoridade de Jesus, pois até os demônios o obedeceram.

- Jesus cura o paralítico (Mc 2, 1-12; Lc 5, 17-26)

Esse é um dos milagres de Jesus que chama mais atenção pelo fato de que nesse dia antes de curar o paralítico Jesus o perdoa de todos seus pecados. Nesse momento todos puderam confirmar que Jesus tinha autoridade para perdoar os pecados daqueles que nele confiavam. E mais uma vez ficou provado que Jesus era realmente o filho de Deus.

- A cura do cego de nascença (Jo 9, 6-7; Mc 10, 46-52)

Nesse milagre, quando Jesus estava passando um cego começou a clamar por ele em alta voz, tendo esperança que Jesus iria ouvi-lo. Embora a multidão pedia para ele ficar quieto, ele continuou a clamar por Jesus. Felizmente Jesus o ouviu, e o curou. O cego o acompanhou por sua jornada junto com a multidão.

- Alguns outros milagres de Jesus

Jesus acalma a tempestade: Mt 8, 23-27; Mc 4, 37-41; Lc 8, 22-25.

Pesca Milagrosa: Lc 5, 4-11.

Cura de um leproso: Mt 8, 1-4; Mc 1, 40-42; Lc 5, 12-13.

A ressurreição de Lázaro (Jo 11, 1-44).

Jesus anda sobre as águas: Mt 14, 25-33; Mc 6, 48-51; Jo 6, 19-21.

A figueira seca: Mt 21, 18-22; Mc 11, 12-14, 20-25.

3.4. **Paixão, Morte e Ressurreição**

Podemos afirmar que a vida de Jesus foi o mais importante milagre que a humanidade já testemunhou, desde o seu nascimento até a hora da sua morte e ressurreição.

Para nos salvar, Cristo teve de sofrer o suplício da Cruz e padecendo sob Pôncio Pilatos foi morto, sepultado e depois por Deus ressuscitado.

Pedro ao formular a fé apostólica no plano divino da salvação diz: «fostes resgatados da vã maneira de viver herdada dos vossos pais, pelo sangue precioso de Cristo, como de um cordeiro sem defeito nem mancha, predestinado antes da criação do mundo e manifestado nos últimos tempos por nossa causa» (1 Pe 1, 18-20). Os pecados dos homens, que se seguiram ao pecado original, foram castigados com a morte. Enviando o seu próprio Filho na condição de escravo, que era a de uma humanidade decaída e votada à morte por causa do pecado, «a Cristo, que não conhecera o pecado, Deus fê-lo pecado por amor de nós, para que, em Cristo, nos tornássemos justos aos olhos de Deus» (2 Cor 5, 21). (Cf. CIC nº 602)

Deus revelando-se aos Homens (Hb 1, 1-2) e entregando o seu Filho pelos nossos pecados, manifesta que o seu plano sobre nós é um desígnio de amor benevolente, independente de qualquer mérito da nossa parte: «Nisto consiste o amor: não fomos nós que amámos a Deus, foi Deus que nos amou a nós e enviou o seu Filho como vítima de propiciação pelos nossos pecados» (1Jo 4, 10). «Deus prova assim o seu amor para connosco: Cristo morreu por nós quando ainda éramos pecadores» (Rm 5, 8). (Cf. CIC nº 604).

A Paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo é um marco para cada cristão e significa que todo aquele que nele crê, por mais que tenha morrido, viverá para sempre (Jo 3, 15).

4. A vida em Cristo

Quando entregamos a nossa vida a Jesus imediatamente o Espírito Santo vai habitar em nós dando vida ao espírito que estava morto (Ef 2,1-5) dando-nos força e coragem de sermos seus discípulos, apóstolos e testemunhas. E, ser catequista é ser herdeiro de uma mensagem que se recebe dos antepassados na fé, ser dela portador para a geração presente e transmissor para os homens do futuro. Aqui se situa o que chamamos apostolado. Em poucas palavras, Jesus deu a ordem, como se diria em linguagem desportiva, o «pontapé de saída»: ide, ensinai, baptizai... A Igreja sempre se entendeu como detentora da missão de exercer o apostolado pelo anúncio, pela administração dos sacramentos, pelo testemunho cristão.

4.1. O testemunho cristão

Segundo o Catecismo da Igreja Católica, testemunho é um acto de Justiça que estabelece ou que dá a conhecer a verdade: «Todos os fiéis cristãos, onde quer que vivam, têm obrigação de manifestar pelo exemplo de vida e pelo testemunho da Palavra, o homem novo de que se revestem pelo Baptismo e a virtude do Espírito Santo, com que foram robustecidos na Confirmação» (CIC nº 2472). Assim, proclamar a Palavra de Deus e testemunhá-la ao mundo é essencial para todo o cristão. Ao mesmo tempo, é necessário fazê-lo de acordo com os princípios do Evangelho, com pleno respeito e amor para com todos os seres humanos.

Eis os fundamentos e princípios para o testemunho cristão:

- Para os cristãos é um privilégio e uma alegria dar razões da própria esperança e fazê-lo com delicadeza e respeito (cf. 1Pd 3, 15).
- Jesus Cristo é a testemunha suprema (cf. Jo 18,37). O testemunho cristão é sempre uma partilha que toma a forma de proclamação do reino, de serviço ao próximo e de uma doação total de si mesmo, mesmo que essa doação leve à cruz. Assim como o Pai enviou o Filho no poder do Espírito Santo, da mesma forma os crentes são enviados em missão para testemunhar em palavras e acções o amor do Deus Trindade.

O exemplo e os ensinamentos de Jesus Cristo e da igreja primitiva devem ser os guias da missão cristã. Por dois mil anos os cristãos têm tentado seguir o caminho de Cristo partilhando a boa nova do Reino de Deus (cf. Lc 4, 16-20).

Ser uma testemunha cristã em um mundo pluralístico inclui o envolvimento em um diálogo com pessoas de diferentes religiões e culturas (cf. At 17, 22-28).

Em alguns contextos, é difícil viver e proclamar o Evangelho, há muitos impedimentos ou pode até mesmo ser proibido, mas ainda assim os cristãos são enviados por Cristo para continuarem fiéis na solidariedade uns com os outros no testemunho d'Ele (cf. Mt 28, 19-20; Mc 16, 14-18; Lc 24, 44-48; Jo 20, 21; At 1, 8).

Se os cristãos se envolvem em métodos inapropriados no exercício da missão, recorrendo a meios enganosos e coercivos, eles estão traindo o Evangelho e podem causar sofrimento aos outros. Tais acontecimentos exigem um arrependimento e nos lembram da nossa necessidade da graça contínua de Deus (cf. Rm 3, 23).

Os cristãos afirmam que enquanto é responsabilidade sua dar testemunho de Cristo, a conversão é essencialmente acção do Espírito Santo (cf. Jo 16, 7-9; At 10, 44-47). Eles reconhecem que o Espírito sopra onde quer e de um modo que nenhum ser humano tem controlo (cf. Jo 3, 8).

4.2. Princípios

Os cristãos são chamados para aderir aos seguintes princípios na medida em que eles buscam cumprir o mandato de Cristo de maneira apropriada:

- **Agir no amor de Deus.** Os cristãos acreditam que Deus é a fonte de todo o amor, e consequentemente no seu testemunho, eles são chamados a viver vidas de amor, amando o seu próximo como a si mesmo (cf. Mt 22, 34-40; Jo 14, 15).
- **Imitando a Jesus Cristo.** Em todos os aspectos da vida, e especialmente no seu testemunho, os cristãos são chamados para seguir os exemplos e os ensinamentos de Jesus Cristo, compartilhando o seu amor, dando glória e honra para Deus, o Pai, no poder do Espírito Santo (cf. Jo 20, 21-23).

- **Virtudes cristãs.** Os cristãos são chamados para viver com integridade, caridade, compaixão e humildade, e a superar toda arrogância, condescendência e desprezo (cf. Gl 5, 22).
- **Actos de serviço e justiça.** Os cristãos são chamados para agir de maneira justa e para amar com ternura (cf. Mq 6, 8). Eles são ainda chamados para servir os outros e, ao fazê-lo, reconhecer Cristo no mais pequeno dos seus irmãos e irmãs (cf. Mt 25, 45). Actos de serviços, tais como prover à educação, aos cuidados de saúde, aos serviços de auxílio, e actos de justiça e promoção humana são uma parte integral do testemunho do Evangelho. Portanto, os Cristãos deveriam denunciar e se afastar de todas as formas de aliciamento, incluindo incentivos financeiros e recompensas em resposta às suas acções de serviço.
- **Discernimento nos ministérios de cura.** Como parte integral do seu testemunho do Evangelho, os cristãos exercem o ministério da cura. Eles são chamados a praticar o discernimento ao realizar tal ministério, respeitando de maneira plena a dignidade humana e assegurando que não seja explorada a vulnerabilidade das pessoas e as suas necessidades de cura.
- **Rejeição da violência.** Os cristãos, no seu testemunho, são chamados a rejeitar toda forma de violência, seja ela psicológica ou social, incluindo o abuso de poder. Devem também rejeitar a violência, a discriminação injusta ou a repressão por parte de qualquer autoridade religiosa ou secular, incluindo a violação ou a destruição de locais de adoração, de símbolos ou de textos sagrados.
- **Respeito e solidariedade mútua.** Os cristãos são chamados para se comprometerem a trabalhar com todas as pessoas em respeito mútuo, promovendo juntos a justiça, a paz e o bem comum. A cooperação inter-religiosa é uma dimensão essencial de tal compromisso.
- **Respeito por todas as pessoas.** Os cristãos reconhecem que o Evangelho desafia e enriquece as culturas. Mesmo quando o Evangelho desafia certos aspectos da cultura, os cristãos são chamados para respeitar todas as pessoas. Os cristãos são também chamados para discernir elementos das suas próprias culturas que são desafiados pelo Evangelho.
- **Renunciando aos falsos testemunhos.** Os cristãos devem falar de maneira sincera e respeitosa; eles devem ouvir a fim de aprender e compreender as crenças e as práticas de outras pessoas, e eles são encorajados a reconhecer e apreciar aquilo que é verdade e bom nelas. Qualquer comentário ou abordagem crítica deve ser feita com o espírito do respeito mútuo, assegurando-se que não haja falso testemunho com respeito às outras religiões.
- **Construindo relações inter-religiosas.** Os cristãos devem continuar a construir relações de respeito e confiança com as pessoas de diferentes religiões para facilitar uma mais profunda e mútua compreensão, reconciliação e cooperação para o bem em comum.

4.3. O Apostolado

O Catecismo da Igreja Católica afirma que «Toda a Igreja é apostólica, na medida em que, através dos sucessores de Pedro e dos Apóstolos, permanece em comunhão de fé e de vida com a sua origem. Toda a Igreja é apostólica, na medida em que é «enviada» a todo o mundo. Todos os membros da Igreja, embora de modos diversos, participam deste envio. A vocação cristã é também, por natureza, vocação para o apostolado». E chamamos «apostolado» a toda a actividade do Corpo Místico tendente a alargar o Reino de Cristo à terra inteira.

Sendo Cristo, enviado do Pai, a fonte e a origem de todo o apostolado da Igreja «é evidente que a fecundidade do apostolado, tanto dos ministros ordenados como dos leigos, depende da sua união vital com Cristo. Segundo as vocações, as exigências dos tempos e os vários dons do Espírito Santo, o apostolado toma as formas mais diversas. Mas é sempre a caridade, haurida principalmente na Eucaristia, que é como que a alma de todo o apostolado» (CIC nº 863 - 864). E o catequista, como todo cristão, é chamado a exprimir a sua competência no serviço pastoral da transmissão da fé que se desenvolve nas suas diversas etapas e sendo simultaneamente testemunha da fé, mestre e mistagogo, acompanhante e pedagogo que instrui em nome da Igreja.

5. Síntese conclusiva

Para podermos falar com propriedade acerca de uma pessoa é necessário conhecer a tal pessoa. O nosso conhecimento sobre a pessoa de Jesus Cristo é possível através dos testemunhos daqueles que virão e ouvirão o que Jesus disse e fez, os quais se encontram recolhidos nas Sagradas Escrituras. Nesta lição procuramos apresentar de forma sistemática tais testemunhos.

6. Exercícios de consolidação

- Qual é o lugar que a pessoa de Cristo ocupa na catequese?
- Quais são os acontecimentos mais importantes da infância de Jesus?
- Fale de um dos milagres de Jesus.
- Em que consiste a vida em Cristo?

Capítulo VI:

SACRAMENTOS

6

SACRAMENTOS

1. Introdução

Entre os meios que a Igreja dispõe para fazer chegar as graças de Deus aos homens, encontramos os sacramentos. Não são os únicos canais, mas são os canais seguros, conhecidos, aplicados e protegidos pela Igreja. Ao terminar esta lição o catequista deverá ser capaz de: 1. Definir e explicar a palavra “sacramento”; 2. Distinguir as diversas classes de sacramentos; 3. Ter uma noção básica de cada um dos sacramentos.

2. Dos sacramentos em geral

2.1. Concepto de sacramento

Quando buscamos a origem etimológica da palavra «sacramento», descobrimos que esta vem da palavra *sacramentum* que tem conexão com a palavra *sacrare* que significa constituir uma pessoa ou coisa em algo sagrado. No terreno militar *sacramentum* era o compromisso feito por um soldado, pelo qual este se obrigava a sujeitar-se e ser fiel ao exército, neste sentido, o fiel que recebe o sacramento se compromete a viver de acordo com os princípios evangélicos que regem a comunidade cristã⁴.

Actualmente os sacramentos são definidos como sinais sensíveis e eficazes da graça, instituídos por Cristo para a santificação e salvação dos homens⁵.

Sinal porque é destinado a indicar uma coisa invisível diferente da que se vê (ex: a água do baptismo significa a purificação interior da alma; a água derramada é um sinal visível e a purificação interior da alma é algo invisível).

Sensível porque está ligado aos nossos órgãos de sentido, ou seja, implica ouvir (ex: Eu te baptizo), tocar (ex: imposição das mãos), sentir (ex: comungar), cheirar (ex: o óleo de crisma) e ver (os gestos e sinais).

Eficácia da Graça quer dizer que os sacramentos produzem o efeito não tanto pelo ministro que celebrou ou de quem recebe, senão sobretudo pela autoridade de quem instituiu (em latim se diz *ex opere operato*), de tal maneira que os sacramentos realmente conferem a graça àquele que os recebem com a devida disposição.

4 CHIAPPETTA, L. *Il Manuale del parroco. Commento giuridico-pastoral*. 2ª ed. Bologna: EDB 2015, pág. 289.

5 Cf. CIC n° 1131.

Instituição por parte de Cristo: não sempre encontraremos detalhadamente na Bíblia um mandato expresso de Cristo com relação a administração de cada um dos 7 sacramentos, por exemplo, em Mt 28,19, Jesus apenas disse «ide e baptizai», nada diz sobre a idade do candidato, sobre o lugar (se é no rio ou não), se necessitava de padrinho ou não... Compete a Igreja, que recebeu as chaves para ligar e desligar (Mt 18,18), a missão de detalhar estas questões e velar para que o que é divino no sacramento não se perda.

Santificar é separar algo do profano para consagrá-lo ao divino.

Salvar é a lei suprema da Igreja, e implica fazer com que todos os homens conheçam a Cristo e conhecendo-o o amem e vivam de acordo com o seu Evangelho e assim se salvem.

2.2. Número dos sacramentos

O Concílio de Trento definiu como dogma que os sacramentos da Nova Lei foram todos instituídos por Cristo. Na Igreja há 7 sacramentos, nem mais nem menos. Se trata de: baptismo, confirmação, eucaristia, penitência, santa unção, ordem e matrimónio.

2.3. Classificação dos sacramentos

Os sacramentos podem ser classificados da seguinte maneira:

A. Em virtude da graça: podem ser sacramentos dos vivos e sacramentos dos mortos. O sacramento dos vivos é um sacramento que, segundo sua própria natureza, supõe já o estado da graça na pessoa que recebe (confirmação, eucaristia, ordem, matrimónio e ainda ao menos em primeira instância, a unção dos enfermos), por isso muitas vezes antes de recebê-los recomenda-se a confissão. O sacramento dos mortos é um sacramento que, por sua natureza, visa a dar a graça santificante a homens que não estão ainda ou que não mais estão em estado da graça. Isto se refere ao baptismo e à penitência e também em segunda instância à unção dos enfermos (dado que de certa maneira visa à remissão dos pecados).

B. Em virtude da finalidade: podem ser sacramento individual e sacramento social. Os primeiros 5 sacramentos são de carácter individual, ordenados à santificação pessoal. Os últimos dois sacramentos, ordem e matrimónio, são conhecidos como sendo sacramentos sociais porque santificam o indivíduo em vista da especial missão a realizar na Igreja e na família.

C. Em virtude da recepção: podem ser sacramentos reiteráveis e sacramentos não reiteráveis. Os sacramentos não reiteráveis, isto é, que só se recebem uma única vez são o baptismo, a confirmação e a ordem. Os demais sacramentos são reiteráveis, isto é, podem ser recebidos mais de uma vez.

O Catecismo da Igreja Católica classifica os sacramentos em três grupos: sacramentos da iniciação cristã; sacramentos de cura e sacramento ao serviço da comunhão. Deste modo, os sacramentos de iniciação cristã (baptismo, confirmação e eucaristia) tal como o próprio nome diz são aqueles que servem para iniciar ou lançar as bases de toda vida cristã; a seguir são os sacramentos de cura (penitência e santa

unção), que servem para ajudar na cura: dos pecados (penitência) e das doenças (santa unção). Por fim encontramos os sacramentos de ordem e matrimónio, que conferem uma missão particular na Igreja, e servem para a edificação do povo de Deus.

2.4. Matéria e forma

A matéria e a forma constituem a essência do Sacramento não podem variar ou modificar-se, pois foram determinadas por instituição divina⁶.

A *matéria* são as coisas ou actos exteriores e sensíveis; a matéria considerada em si mesma se diz matéria remota (ex: água para o caso do baptismo), mas quando ela é usada no sacramento se diz matéria próxima (ex: água derramada sobre a cabeça de quem é baptizado). *Forma* são as palavras que o ministro pronuncia enquanto faz o uso da matéria (ex: eu te baptizo...).

2.5. O direito dos fiéis aos sacramentos

Os fiéis têm o direito a receber dos Pastores sagrados a ajuda dos bens espirituais da Igreja, principalmente a Palavra de Deus e os Sacramentos (c. 213). O direito a recepção dos Sacramentos não é absoluto ou ilimitado, de tal modo que o exercício do mesmo pode ser limitado em virtude do bem comum da Igreja; o exercício dos direitos alheios; os deveres em relação aos outros e a regulação da autoridade (c. 223). Os ministros sagrados não podem negar os sacramentos: 1º a quem peça oportunamente; 2º esteja preparado; 3º e que pelo direito não for impedido de os receber (c. 843). Quem não recebeu o baptismo, não pode ser admitido validamente aos demais sacramentos (c. 842 §1). No caso do matrimónio, poderá celebrar o matrimónio mediante a dispensa de disparidade de culto dada pelo Ordinário do lugar (c.1086 §1).

3. Dos sacramentos em particular

3.1. Sacramento do Baptismo

O baptismo é o fundamento de toda a vida cristã, a porta que abre acesso a outros sacramentos (cc. 842 §1, 849; RICA, Iniciação cristã dos adultos, preliminares gerais, nº3). Pela recepção do baptismo somos libertos dos pecados, regenerados como filhos de Deus e incorporados à Igreja e configurados com Cristo (cc. 96, 204, 849).

O baptismo se administra segundo o ritual prescrito nos livros litúrgicos (c.850). O ministro ordinário é o Bispo, o presbítero e o diácono. Excepcionalmente, ele pode ser administrado

⁶ SADA, R., MONROY, A. *Curso de Teologia dos sacramentos*. 2ª ed. Lisboa: Editora Rei dos Livros 1991, pág. 17.

por um outro ministro não ordenado (c.861; RICA, Iniciação cristã dos adultos, preliminares gerais, nº 11, 16).

É capaz de receber o batismo todo o ser humano ainda não batizado (c.864). Aquele que foi batizado numa comunidade eclesial, cujo batismo é reconhecido pela Igreja Católica e converte-se ao catolicismo não necessita ser batizado novamente (c.845,1), entretanto, antes de ser admitido aos demais sacramentos deverá: 1º Apresentar-se ao responsável da comunidade; 2º Expressar o desejo de professar a fé católica; 3º Preparar-se através de algumas catequeses; 4º Realizar perante a comunidade, a sua profissão de fé católica.

3.2. Sacramento da Eucaristia

Como regra geral, somente os que foram batizados na Igreja Católica e não estejam proibidos pelo Direito, podem ser admitidos à Eucaristia (c. 912). Antes de receberem pela primeira vez a Eucaristia, as crianças confessar-se-ão individualmente. Na Eucaristia o pão e o vinho (matéria do sacramento) pelas palavras da consagração pronunciadas pelo sacerdote (forma do sacramento) se convertem verdadeiramente em corpo e sangue do Senhor.

3.3. Sacramento da Confirmação

Todo batizado ainda não crismado pode receber o sacramento da Confirmação. (c. 889 §1). O Confirmando deve confessar-se individualmente antes de receber a Confirmação.

3.4. Sacramento da Penitência

A confissão sacramental é o meio ordinário para a absolvição dos pecados graves cometidos após o Batismo, mas é também aconselhável a confissão dos pecados veniais. A confissão regular dos nossos pecados nos ajuda a formar a consciência, a lutar contra nossas más tendências, a ver-nos curados por Cristo, a progredir na vida do espírito. Recebendo mais frequentemente, através deste sacramento, o dom da misericórdia do Pai, somos levados a ser misericordiosos como Ele” (CIC nº 1458).

Todo batizado, antes da primeira comunhão (para o caso daqueles que foram batizados na infância) ou depois da primeira comunhão (para o caso daqueles que foram batizados depois da infância), que tenha chegado ao uso da razão está obrigado a confessar fielmente seus pecados graves, ao menos uma vez por ano (cf.c.989). A confissão deve ser individual e íntegra, isto é, manifestar o número e as espécies de pecados e também suas circunstâncias, pois, embora o pecado tenha consequências comunitárias e sociais, ele é sempre pessoal e individual (cf. c. 960).

3.5. Sacramento da Unção dos Enfermos

A Unção dos Enfermos pode ser administrada a todo batizado que tenha atingido o uso da razão e esteja em perigo de vida ou por motivo de doença grave e velhice (c. 1004 §1).

As crianças gravemente doentes podem recebê-la, desde que tenham atingido o uso da razão (que se presume alcançada aos 7 anos) e possam encontrar conforto neste sacramento. À pessoa de idade pode ser conferida, quando suas forças se encontram sensivelmente debilitadas, mesmo que não se trate de enfermidade grave (cf.c.1004 §1). Portanto, não é um sacramento para qualquer enfermidade, senão para as verdadeiramente graves.

A Pastoral da Saúde é chamada a actuar em três dimensões: 1º Dimensão solidária, na linha sacramental, pela qual os agentes se preocupam com as visitas domiciliares e hospitalares acompanhando os doentes para que recebam os sacramentos da Confissão, Comunhão e Unção dos Enfermos; 2º Dimensão comunitária, na linha da prevenção de doenças e da promoção humana; 3º Dimensão social, procurem as equipas paroquiais educar os fiéis para afrontar de forma madura a enfermidade; acompanhar os enfermos; atender aos enfermos mais necessitados; ajudar a família dos enfermos e integrar o enfermo na vida da Paróquia.

3.6. Sacramento do Matrimónio

A oficialização da relação que existe entre um homem e uma mulher, juridicamente hábeis, por meio de uma cerimónia civil, tradicional ou religiosa legítima, onde ambos consentem formar um consórcio para toda a vida, chama-se matrimónio (cc.1055 §1;1057 §1).

Um matrimónio é canónico quando é realizado de acordo com as normas do Direito Canónico. Um matrimónio civil ou tradicional não é canónico, porque em princípio não se rege pelo direito canónico, porém a Igreja o considera como sendo um matrimónio vínculo natural (cf.c.1059).

Do matrimónio válido se origina entre os cônjuges um vínculo perpétuo e exclusivo; os cônjuges são fortalecidos e como que consagrados, aos deveres e à dignidade do seu estado; ambos têm igual obrigação e direito no que diz respeito ao consórcio para toda a vida; os pais têm a obrigação de cuidar da educação dos filhos (cc.1134-1140).

3.7. Sacramento da Ordem

Toda a comunidade dos crentes (cristãos), o novo Israel, é uma comunidade sacerdotal, e exerce o sacerdócio comum ou baptismal, participando na vocação de Cristo sacerdote, profeta e rei e oferecem seus corpos “como hóstia viva, santa, agradável a Deus – o culto espiritual” (Rm 12,1-2). E alguns homens são tirados do meio deste povo para exercerem o sacerdócio ministerial ou hierárquico (Hb 5,1) a exemplo dos 12 apóstolos chamados por Jesus, a quem confiou-lhes a responsabilidade da sua Igreja.

Os que receberam o sacramento de Ordem são ministros de Cristo, instrumentos dos quais Ele se serve para continuar no mundo a sua obra de salvação por meio do anúncio, do culto divino e do governo pastoral.

Existem três graus neste sacramento: o diaconado (para os diáconos), o presbiterado (para os padres ou sacerdotes) e o episcopado (para os bispos).

4. Síntese conclusiva

Ao chegarmos ao final desta lição podemos com razão afirmar que os sacramentos são da Igreja e para a Igreja. Negar a relevância dos sacramentos na vida de fé, é já criar obstáculos para que o homem possa receber facilmente as graças de Deus. Todo sacramento é um dom e é um direito, entretanto se espera que aquele que o vai receber acolha esse dom e não esteja impedido pelo direito para o receber.

5. Exercícios de consolidação

- Na antiguidade a palavra “sacramento” era utilizada no ambiente pagão, em concreto como uma espécie de juramento dos soldados. Quando esta palavra passou a ser utilizada no ambiente cristão, qual foi o significado que recebeu?
- Em que Concílio se fixou o número definitivo dos sacramentos?
- Se pode repetir o baptismo? Justifique
- Quantos graus tem o sacramento da ordem?
- Na falta do pão, o sacerdote pode substituir este por mandioca? Justifique

Capítulo VII:

MARIA NA HISTÓRIA DA SALVAÇÃO

7

MARIA NA HISTÓRIA DA SALVAÇÃO

1. Introdução

Maria nasceu numa sociedade que justificava a opressão dos pobres, especialmente das mulheres, entretanto Deus a escolheu dentre os pobres e oprimidos para ser mãe do Salvador. Com seu *fiat*, Maria desponta corajosamente como protagonista e mulher profética (cf. Lc 1,46s).

A mariologia contemporânea (estudo e reflexão sobre Maria) exige, em primeiro lugar, conhecer em profundidade os textos sobre Maria, se bem, insta considerar a teologia dos escritores sagrados, também é impelida a fazer um percurso da reflexão da Igreja em torno da figura de Maria. Dessa forma, compreender como surgiram os dogmas e as devoções, a fim de redescobrir o lugar apropriado de Maria na história da salvação.

Neste capítulo sobre Maria faremos uma breve introdução à mariologia nos seus três grandes blocos: Maria nos Evangelhos, Maria na Tradição e nos dogmas e Maria nas devoções e na liturgia. No fim o catequista, estará provido de conhecimento básico sobre a contribuição de Maria no projecto salvífico da Trindade. Pois, como bem afirmou o Concílio Vaticano II: “Maria ocupa depois de Cristo o lugar mais elevado e também o mais próximo de nós” (cf. LG nº54).

2. Maria nos Evangelhos

As comunidades de Marcos, Mateus, Lucas e João escrevem para falar de Jesus Cristo, portanto Maria neles é apresentada só em referência a Jesus. Mas certamente nos Evangelhos se revela a chave para entender e acolher a vida de Maria como mulher profetisa, como mãe, como irmã e discípula na história da salvação⁷.

2.1. Maria no Evangelho de Marcos

O evangelista São Marcos inclui Maria no grupo dos novos familiares de Jesus. Trata-se

⁷ MURAD, A. *Maria Toda de Deus e tão humana*. S. Paulo: Paulinas 2014, pág. 34-38.

de uma nova família unida não por laços sanguíneos, mas pela liberdade de servir ao Reino de Deus. Pode-se dizer que Marcos é o evangelista que em parte responde à pergunta sobre os irmãos de Jesus, pergunta que até hoje tem gerado polêmicas entre os cristãos católicos e os cristãos não católicos.

Marcos não narra a infância de Jesus, ele inicia seu Evangelho com a figura de João Batista, seguido do batismo de Jesus e das tentações. Em seguida, nos capítulos 2 e 3 apresenta Jesus realizando os sinais do Reino (curas, convite à conversão, convite à revisão dos valores, perdão dos pecados...). Como é de esperar, suas ações suscitam diversas reações. Pessoas e grupos não o compreendem, inclusive os seus familiares não compreendem o que está passando com Ele e vêm à sua procura possivelmente para o fazer entrar em juízo.

O evangelista situa este episódio numa casa (cf. Mc 3,20), isto é, no lugar onde os seguidores de Jesus se reúnem para ouvi-lo (cf. Mc 2,1-3). Na cena mostra-se claramente os grupos em contraposição: os que estavam dentro da casa (os discípulos e a multidão), e os que estavam fora (os familiares): «*Nisso chegaram a mãe e os irmãos de Jesus. Ficaram do lado de fora e mandaram chamá-lo... disseram-lhe: “Eis que tua mãe, teus irmãos e tuas irmãs estão lá fora e te procuram”*» (cf. Mc 3,31-32).

No tempo de Jesus, na Palestina, o parentesco é a Instituição social central. As famílias eram uma unidade e todos os membros eram responsáveis por conservá-la e mantê-la unida e honrada. Num núcleo familiar desse estilo a pessoa não se compreende enquanto indivíduo autônomo, mas enquanto membro da família. Nesse contexto pode-se compreender, porque a mãe e os parentes de Jesus o buscam. A postura e atitudes de Jesus colocam em crise o nome da família.

Jesus, porém, é extremamente livre e rompe com os laços de dependência em relação à família e à sua tradição: “*Ele perguntou quem é minha mãe e meus irmãos?*” *E repassando com o olhar os que estavam sentados ao seu redor, disse: “Eis a minha mãe e os meus irmãos. Quem fizer a vontade de Deus, esse é meu irmão, minha irmã e minha mãe”* (vv. 33-35). O verdadeiro parentesco reside numa experiência comum, num interesse comum, numa meta comum, o Reino de Deus. Maria, mulher de discernimento, compreende esta nova forma de relacionamento fraterno e adere à nova família de Jesus.

No capítulo 6, mais uma vez o evangelista expõe a rejeição do grupo familiar, desta vez trata-se do grupo mais amplo: os seus vizinhos de Nazaré e os seus parentes (cf. Mc 6,1-5; Mt 13, 55). É interessante que Marcos aqui se refira a Jesus com a expressão: “*o Filho de Maria*”, quando o normal, numa sociedade patriarcal seria que o chamasse “*Filho de José*”. Os vizinhos e parentes, disse o evangelista, o desprezam porque era um homem de família simples. Lhes custa compreender que um homem tão comum possa ser um ungido de Deus.

Talvez a intenção do evangelista tenha sido sublinhar que o desprezo é devido às suas origens comuns, mas acabou criando um problema para os católicos: «*Não é este o carpinteiro, o filho de Maria, irmão*

de Tiago, José Judas e Simão? E as suas irmãs não estão aqui entre nós?» (v.3ab). Esta questão dos irmãos de Jesus tem suscitado muitas confusões e, portanto, há inúmeras reflexões exegéticas, que buscam dar respostas coerentes. Entretanto, as conclusões sempre apontam que a expressão: *irmãos e irmãs* no contexto cultural da época não se restringe a irmãos sanguíneos pelo que pode referir-se também aos primos (tal como acontece nas nossas culturas), deste modo é errado afirmar que Maria pudesse ter tido outros filhos.

Os textos que sustentam essas conclusões são: Marcos 15,40; 16,1 e Mt 27,56: onde se narra: “*E também estavam ali algumas mulheres, entre elas Maria de Magdala, Maria, mãe de Tiago o menor e de José e de Salomé*” (cf Mc 15,40). “*E a mãe dos filhos de Zebedeu*” (cf Mt 27,56). Como pode observar-se, os textos referem que “os irmãos” de Jesus procedem de mães diferentes. Além do mais, em todo o Novo Testamento não há outras passagens que sustentem que Maria teria tido outros filhos⁸.

2.2. Maria no Evangelho de Mateus

O evangelista Mateus dedica os dois primeiros capítulos a apresentar Maria como a mãe virginal do Messias. Mateus introduz seu Evangelho sublinhando a boa-nova à comunidade mateana de origem judaica. Esta boa nova começou com a inclusão de cinco mulheres (Tamar, Raab, Rute, Mulher de Urias e Maria), na genealogia de Jesus (cf. Mt 1,1-14). Com os nomes destas mulheres de origem “duvidoso” Mateus revela que o Messias esperado tem a sua origem junto aos pobres e desprezados, os que são considerados pecadores.

Entretanto, o mais fascinante nesta longa genealogia é que embora Mateus siga a lógica da cultura Israelita da época, que apontava o homem como responsável pela descendência, quando chega a Maria, rompe com essa visão. E, escreve: “*Jacó gerou José, esposo de Maria da qual nasceu Jesus*” (v.16). Como podemos observar, aqui Maria é a que gera a vida, José é esposo. Trata-se de um grande acontecimento, embora muitas das vezes seja ignorado, pois o facto de Mateus referir o verbo “gerar” diretamente a Maria, está a dizer que Maria é sujeito, Maria é serva do Senhor, com um lugar de destaque na história da salvação.

Logo, sublinha que Maria é virgem quando concebeu por obra do Espírito Santo e assim permanece (cf. Mt 1,18.24). Chama nossa atenção que nenhum dos evangelistas diga algo sobre a relação conjugal entre José e Maria, nem antes e nem depois do nascimento de Jesus. Esta omissão é a base para a posterior elaboração do dogma da virgindade de Maria, que mais à frente iremos explicar.

⁸ Ibid., pág. 38-41.

Os evangelistas Mateus e Lucas apresentam a Maria como uma mulher ousada, uma vez que ela aceita ser a mãe de Jesus correndo o risco de ser morta. Ao estar desposada com José e ficar grávida antes do casamento, colocava-a numa situação desfavorável perante o povo. Pois segundo a lei mosaica a mulher que assim procedesse devia ser castigada e morta como adúltera (cf. Dt 22, 22-24; Lv 20,10) ou condenada a todo tipo de humilhação e exploração pelo resto da sua vida.

O evangelista apresenta a José debatendo-se numa luta interior diante da gravidez de Maria. E faz questão de o situar entre os justos, ou seja, os que sabem discernir a ação de Deus no mundo. Assim, aos poucos José compreende a ação de Deus em Maria e a assume publicamente como esposa. De facto, o evangelista sublinha que, juntos Maria e José, derrubam as barreiras opressoras de uma cultura patriarcal e acolhem a vontade de Deus ao estilo das grandes figuras do Antigo Testamento.

No relato da adoração dos Magos, a fuga ao Egito e no retorno a Nazaré aparece quatro vezes a expressão “o menino e sua mãe” (cf Mt 2,11.14.20). Podemos compreender que a intenção do evangelista seja enfatizar a união íntima da mãe e do filho e ao mesmo tempo apresentar a Maria como a mãe virginal do Messias associada ao destino do filho⁹.

2.3. Maria no Evangelho de Lucas

Afonso Murad, escritor e teólogo brasileiro, na sua obra: *Maria toda de Deus e tão humana* diz que em Lucas Maria recebe um nome que nenhuma outra pessoa tem na Bíblia, Maria é chamada: “cheia de graça” ou “agraciada”. Pelo que parece, a intenção do evangelista é destacar a alegria como um sinal próprio de Jesus e de seus seguidores (cf. Lc 10 17. 21; 19,37; 24-52). Portanto, diz o teólogo, a primeira convidada a alegrar-se é Maria. Na narrativa da anunciação, o anjo saúda a Maria dizendo: “*Alegra-te, Maria*” (cf. Lc 1,28). Alegra-Te que o Messias está chegando! Se bem, Maria, coloca uma objecção (cf. v.34) diante da proposta de Deus, não demora em responder com um sim alegre e cheio de generosidade: “*Eis aqui a serva do Senhor. Eu quero que se faça em mim segundo tua palavra*” (cf. Lc 1,37). Confiante e alegre Maria abraça o projeto de salvação de Deus¹⁰.

O evangelista Lucas na sua obra delinea os traços da figura de Maria sublinhando que a principal qualidade de Maria não está somente na maternidade, mas nas qualidades que caracterizam o seguidor de Jesus, isto é, escutar a Palavra de Deus com fé, “guardá-la no coração”, “buscar o sentido dos fatos” e pôr-se a caminho levando Jesus aos outros (cf. Lc 2,19.51).

Afonso Murad traz à tona o aspecto da espiritualidade **da memória e da recordação** que Lucas enfatiza no cântico de Maria¹¹. Nas Sagradas Escrituras, para ser fiel a Deus, Israel continuamente deverá

9 Ibid., pág. 41-46.

10 Ibid., pág. 54.

11 Ibid., pág. 56-57.

recordar os prodígios que Deus realizou em seu favor (cf. Dt 4,32-40; 5,1-4; 6,12; 8,2-5; Is 48,1). De facto, muitos salmos são orações de memória atualizadas para o presente (cf. Sl 44, 48, 78, 80, 95, 98, 105, 135, 136). Num mundo tecnologizado e acelerado o catequista tem o dever sagrado de aprender com Maria a espiritualidade da *memória e da recordação* e ensiná-la aos catequizandos.

O evangelista exalta a Maria como peregrina na fé, como mulher de consciência profética e social que vemos expressa no canto do *Magnificat*. *Este cântico revive a esperança dos profetas de que, com o Messias, virá um tempo de justiça e felicidade para todos, especialmente para os sofredores*. Jesus realiza a profecia do Magnificat (Lc 13,30; 14,9) e apresenta a Maria, sua mãe, como a perfeita discípula que ouve a palavra, medita-a no coração e a faz frutificar.

Lucas dedica-se a mostrar a estreita relação de Maria com o Espírito Santo: Maria é especialmente contemplada pelo Espírito Santo. Torna-se mãe de Jesus pela acção criadora do Espírito Santo. O Espírito Santo, com quem Maria esteve profundamente unida, lhe dá força para acolher o mistério divino.

2.4. Maria no Evangelho de São João

As características do quarto Evangelho que têm impacto na reflexão sobre Maria são:

- a) Jesus, a Palavra, já estava junto de Deus desde a Criação do mundo, por isso este evangelista, João, dá pouco destaque ao processo humano do seu crescimento.
- b) O evangelista contrapõe imagens tais como luz e trevas, verdade e mentira, ser de baixo e ser do alto.
- c) Ele não fala de milagres mas de sete sinais.
- d) Descreve a Igreja como comunidade dos discípulos e amigos de Jesus.

Nesse horizonte, revela características de Maria, por exemplo qual é o lugar de Maria na missão de Jesus e sua contribuição na comunidade dos discípulos e amigos de Jesus.

No quarto Evangelho Maria é colocada apenas duas vezes:

- 1) No primeiro dos sete sinais: as Bodas de Caná (Jo 2,1-11).
- 2) Na crucifixão (Jo 19, 26)

Isto é, no início da missão de Jesus e no final da sua missão, com isso o evangelista está mostrando que Maria tem um lugar especial, pois está presente nos momentos mais importantes da vida de Jesus.

Nas Bodas de Caná (Jo 2,1-11)

A festa das núpcias no tempo de Jesus era muito importante, tanto que os profetas usa-

ram-se desta imagem da união amorosa do matrimônio para falar da aliança do amor de Deus e de sua intimidade com o povo eleito (cf. Is 62, 4b-5; Os 2,18-22). Era comum em Caná que as festas durassem até sete dias (cf. Gn 29,27; Jz 14,12; Tb 11,18.19).

Na narrativa conta-se que Maria está na festa em Cana com Jesus e seus discípulos, logo o vinho acabou¹² e Maria dirigindo-se a Jesus lhe pede que faça algo para que a festa não acabe de forma triste (cf. Jo 2,3). A resposta parece indicar que há uma diferença de percepção entre Jesus e Maria (v.4). O que mais chama nossa atenção é que Jesus chamou a Maria de “mulher” e não de mãe.

De fato, nos dois momentos cruciais, da vida de Jesus, em que Maria aparece ela é chamada de “Mulher” (cf. Jo 2,4-21 e 19, 26). Porém, é comum Jesus referir-se a outras mulheres com o título “mulher¹³”, por exemplo à samaritana (Jo 4,21) a Madalena (Jo 20,15.17). É possível concluir que com o título “Mulher” Jesus esteja reconhecendo o valor de Maria como mulher e figura feminina efetiva e simbólica da comunidade cristã.

Outra característica que o evangelista ressalta de Maria é sua docilidade à vontade de Deus e sua capacidade pedagógica para ensinar e guiar os discípulos a ter fé em Jesus: «*Façam tudo o que eles disser*» (Jo 2,5) e a reunir-se em torno dele. Sua presença silenciosa com outras mulheres e o discípulo amado, junto a Jesus na cruz mostra o amor de mãe que persevera junto da comunidade. As características de Maria reveladas no quarto evangelho, sejam a bússola na vida do catequista, para que sabendo qual é seu lugar na missão de Jesus dê sua contribuição para o bem da comunidade cristã.

3. Maria na Tradição da Igreja

A Tradição antecede a Escritura, trata-se do movimento de trazer, conservar e transmitir conhecimento e valores da revelação de Deus no decurso da história do povo de Deus. Tanto o povo de Israel quanto a Igreja, conservam em escritos os relatos inspirados pelo Espírito Santo. Na tradição¹⁴ Maria ocupa um lugar especial.

A reflexão sobre Maria vai além dos dados bíblicos, pois incorpora a memória coletiva e seletiva da tradição, mas por outro lado a imagem bíblica de Maria legítima e reorienta a tradição. A tradição estabeleceu alguns critérios para ampliar o sentido dos textos bíblicos:

- 1) Aceitar que o sentido original do texto não esgota as possibilidades de interpretação, mas analisa-as criticamente.
- 2) Sempre que possível, conciliar diferentes visões, para ampliar o leque de sentidos.
- 3) Ter consciência da perspectiva adotada.
- 4) Acolher os “sinais dos tempos” das mudanças culturais e da situação existencial das pessoas e

12 O vinho era a bebida básica, pois as famílias produziam e consumiam vinho caseiro, portanto, numa festa de casamento não podia faltar o vinho.

13 Os profetas, no Antigo Testamento, usavam a imagem de “mulher” para representar o povo de Deus em relação ao Senhor da aliança (cf. Os 1,2; Is 26,17; Jr 31,4).

14 A tradição aqui refere-se aos ensinamentos sobre as verdades de fé outorgadas pelo Senhor, proclamadas pelos apóstolos e preservadas pelos pais da Igreja.

das comunidades como critério operacional para interpretações legítimas.

5) Manter a centralidade de Cristo.

A partir dessa compreensão viva da Tradição, sempre referida à Escritura, pode-se entender como a figura de Maria ampliou-se tanto no decurso da história. Entretanto, não se pode entender todo o dito como se fossem expressões divinas e portanto, fechar-se nelas, pois o Espírito de Deus está continuamente agindo na história.

4. Os Dogmas marianos

Os dogmas foram criados para ajudar a comunidade eclesial a se manter unida no rumo à Jesus. Os grandes dogmas da Igreja, surgiram desde os primeiros séculos com o objectivo de resolver problemas de fé que não podiam ser resolvidos somente pela Sagrada Escritura. Estes dogmas são ao mesmo tempo infalíveis e reformados.

Os dogmas marianos são:

- **A Maternidade divina**

Nos primeiros séculos, o Cristianismo penetrou em várias culturas da Ásia e do Meio Oriente, ao inculturar-se tomou vários elementos do modo de pensar e de sentir desses povos. Um dos pensamentos dominantes era o gnosticismo, este pregava a salvação por meio do conhecimento da verdade. O conhecimento era a luz e o corpo trevas. Essa tendência espiritualista descaracterizava a encarnação do filho de Deus. Para defender que Cristo verdadeiramente se encarnou e nasceu como um de nós, alguns Pais e Mães da Igreja diziam que Maria é aquela que engravidou, esperou e *parturio* (pariu) o Filho de Deus.

O Bispo Nestório defendia que Maria só podia ser parturiente da natureza humana de Cristo, dessa forma, ela seria somente a *Cristotókos*. a questão é resolvida parcialmente no Concílio de Éfeso (431). O concílio reafirma a unidade humana e divina de Cristo. Em consequência Maria é a Mãe de Jesus Cristo, a *Theotókos*. Mais tarde, no Concílio de Calcedônia (451) para evitar o equívoco de entender que Maria, fosse a Mãe da Trindade, estabelece **o dogma da Theotókos** especificando que: ***Maria é a Mãe do filho de Deus encarnado*** e, portanto, é a Mãe da pessoa inteira de Jesus Cristo.

- **A Virgindade**

Os Evangelhos de Mateus e Lucas narram que a concepção de Jesus aconteceu por obra do Espírito Santo, sem intervenção do ser humano do sexo masculino. Mais tarde os Pais da Igreja na formulação de fé da Igreja afirmam que Jesus foi concebido e nasceu da Maria Virgem. O dogma da Virgindade de Maria foi formulado no II Concílio de Constantinopla, no ano de 553. Este dogma tem três componentes: 1) Maria Virgem concebeu Jesus por obra do Espírito Santo, sem ter relações sexuais com José (concepção virginal); 2) Maria fez uma opção pelo celibato por toda a vida (virgindade perpétua; 3) no momento do parto

aconteceu algo extraordinário (virgindade no parto).

Embora existam muitas discussões em torno deste dogma o importante é não perder de vista que ele tem: *sentido cristológico*: Jesus é nova criação no Espírito; *sentido salvífico*: a encarnação e a redenção chegam até nós por meio da disponibilidade ao dom de Deus; *sentido existencial*: a Virgindade de Maria é expressão de sua consagração total a Deus, “corpo e alma”; *sentido antropológico*: em Maria, o corpo humano torna-se templo de Deus¹⁵.

● A Imaculada Conceição

O dogma da Imaculada Conceição foi formulado numa visão da teologia da graça e do Pecado Original, a expressão “Pecado Original” foi cunhada por Santo Agostinho, no século V. O “Pecado Original” não é pecado em sentido estrito, mas em sentido analógico. O pecado não faz parte do sonho de Deus e sim da atual condição humana que sofre da ação do mistério do mal e consente com a iniquidade. Deus criou o ser humano para viver no paraíso, na intimidade de Deus (estado de graça), esta condição de viver em estado de graça vai se denominar “Graça Original”.

O Dogma da Imaculada Conceição (1854) deve ser compreendido no horizonte da teologia da Graça, que expressa: “Deus age gratuitamente por simples amor e não por mérito humano”. E “a graça só se torna efetiva, realizando o projeto salvífico de Deus”. O dogma afirma que Maria, mãe, educadora e perfeita discípula de Jesus, que respondeu a Deus de forma total, tem sua raiz na Graça. Imaculada significa inteireza, liberdade profunda em Deus. O fato de Maria ser Imaculada a torna a *imagem de todo ser humano inteiro, feliz, cheio de Deus e tão humano*¹⁶.

● A Assunção

As Sagradas Escrituras nada dizem sobre o final da vida de Maria. Alguns escritos chamados apócrifos¹⁷ dizem que Maria teria morrido com 72 anos. Morreu e foi assumida. A palavra assunção significa ser assumido por alguém. Os cristãos dos primeiros séculos tinham o costume de guardar os restos mortais dos mártires, no entanto não existe nenhuma notícia do corpo de Maria. O que se sabe é que desde o final do século IV já se encontram referências à festa da “dormição de Maria” e do túmulo vazio, em uma capelinha em Jerusalém. Alguns Pais da Igreja deixaram seus testemunhos de que Maria não sofreu corrupção depois da morte (por exemplo, Santo Efrém séc IV e V; Santo Epifânio séc. VI)¹⁸.

No século VI, começa a difundir-se no Oriente a celebração do trânsito ou dormição de Maria, fixada para 15 de agosto. Tal tradição passa para Roma no século VII, com o Papa Sérgio I. No século VIII surge a devoção da assunção de Maria na França e na Inglaterra. A definição do dogma da Assunção

15 Ibid., pág. 158.

16 Ibid., pág.161-176.

17 Apócrifo vem do grego: *apókryphos* e do latim: *apocrýphu* e se refere aos escritos que não são constitutivos do cânon bíblico.

18 Efrém nasceu no ano 306, bem no início do século IV, na cidade de Nisibi, atual Turquia. Dedicou a Maria mais de vinte poemas. O papa Bento XV declarou-o doutor da Igreja em 1920. Santo Epifânio (+403), natural da Palestina, homem culto, foi Bispo de Salamina, na Ilha de Chipre, foi grande defensor da Virgindade Perpétua de Maria.

de Maria foi estabelecido em 1950, com o Papa Pio XII. A grande razão teológica é que Maria, a Mãe de Deus, está estreitamente unida a seu Filho e compartilha de seu destino¹⁹.

5. Maria nas devoções e na liturgia

Os católicos demonstram seu amor e confiança na Mãe de Jesus de muitas formas: com a reza do terço, a coroação de Maria, as novenas, as peregrinações, as consagrações etc. As devoções se herdam dos pais ou se apreendem na catequese ou de pessoas conhecidas. A devoção a Maria é um traço característico de cristãos ortodoxos e católicos. A devoção consiste em expressões culturais, elaboradas e transmitidas. A liturgia é a expressão cultural oficial da Igreja. Na liturgia, a comunidade se dirige ao Pai, pelo Filho, no Espírito Santo.

Jesus, o único mediador, nos reúne como comunidade de discípulos e nos dá seu Espírito para que sejamos o povo messiânico. A causa que Jesus confia aos seus de colaborarem na salvação do mundo não acaba com a morte. Nós acreditamos que todas as pessoas que viveram uma vida em Deus, por exemplo, os santos estão ressuscitados junto de Deus e de alguma forma continuam unidos a nós. Inspirados nos seus exemplos, podemos, com sua ajuda, com sua intercessão continuar suas boas obras e testemunhar Cristo no mundo.

Maria tem um lugar de destaque na comunhão dos santos, por isso, podemos rezar a ela, contar com sua intercessão, pedir sua proteção e auxílio e entregar-nos em suas mãos. Os diversos nomes que lhe damos às “Nossas Senhoras” são diferentes formas de apresentar Maria enquanto glorificada junto de Deus. O Papa Paulo VI afirmou que em Maria tudo é relativo a Cristo e depende dele, por isso o culto mariano tem orientação cristológica e eclesial. A finalidade última do culto à bem-aventurada Virgem Maria é a de glorificar a Deus e levar os cristãos a aplicarem-se numa vida conforme o projecto salvífico de Deus.

Pedir a intercessão dos santos é uma prática que remonta aos primeiros séculos da Igreja. Há relatos que narram como os cristãos presos pediam aos destinados ao martírio que intercedessem por Eles quando chegarem junto do Senhor Jesus. Nas catacumbas as relíquias dos mártires foram guardadas com respeito e devoção. Esta prática recebeu legitimidade ao ponto de que no Credo se professa: “creio na comunhão dos santos”.

Na comunhão dos Santos Maria tem um lugar especial, pois ela é a Mãe do Salvador, vive em relação a Deus e a nós e por isso mesmo continua ao nosso lado nos conduzindo a seu Filho Jesus.

O estudo da exegese bíblica sobre Maria assim como as reflexões em torno de Maria nas devoções, isto é, o estudo da mariologia contemporânea segue em aberto. Aqui apenas trazemos uma síntese sustentada no livro do grande mariólogo, teólogo, escritor e professor brasileiro, Afonso Murad.

¹⁹ MURAD, A., op. cit., pág. 131-192.

6. Síntese conclusiva

Muitos autores afirmam com razão que Maria foi a primeira discípula de Cristo, porque desde o primeiro momento se dispôs a ser a serva da «Palavra», serva de Jesus. Neste capítulo apresentamos alguns apontamentos sobre a figura de Maria na história da salvação.

7. Exercícios de consolidação

- Escolhe um dos dogmas marianos e explique-o por tuas palavras.
- Podemos encontrar dados sobre a vida de Maria nas Sagradas Escrituras? Justifique.

Capítulo VIII:

LITURGIA E CATEQUESE

8

LITURGIA E CATEQUESE

1. Introdução

Um dos aspetos fundamentais da vida cristã é a maneira como o cristão celebra a sua fé. A Liturgia, como veremos já a seguir, tanto diz respeito a maneira como os cristãos celebram a sua fé, como as normas ditadas pela Igreja para garantir a disciplina em tais celebrações.

2. O que é liturgia?

Liturgia é a participação activa e viva do povo de Deus. Um dos aspectos que manifesta essa vivacidade é uma liturgia inculturada e participativa valorizando o Domingo como o dia do Senhor em que a comunidade se reúne para celebrar a sua fé.

2.1. A celebração litúrgica

É a comemoração dos mistérios da morte e ressurreição de Cristo. Estes mistérios renovam constantemente a sua fé e o seu culto a Deus. Celebrar a liturgia é exercitar, praticar, repetir, falar sempre os mistérios da morte e ressurreição de Cristo²⁰. Por exemplo, o Domingo da Páscoa. Essas celebrações são divididas em tempos.

O Ano Litúrgico começa com o Primeiro Domingo do Advento e termina na última semana do Tempo Comum, onde se celebra a solenidade de Nosso Senhor Jesus Cristo, Rei do Universo (Cristo Rei). Em outras palavras, ele começa e termina quatro semanas antes do Natal.

2.2. Uma Liturgia inculturada

Inculturação - é tida como a relação criativa e dinâmica entre a mensagem cristã e uma cultura ou culturas. É a encarnação do Evangelho nas culturas e ao mesmo tempo introdução dessas culturas na vida da Igreja. Inculturação significa uma íntima transformação dos autênticos valores culturais através da sua integração no cristianismo e o enraizamento do cristianismo nas diversas culturas²¹.

20 cfr. SARTORE, D., TRIACCA, A. M., CIBIEN, C. (eds.). *Liturgia (I dizionari)*. s.l.: San Paolo Edizioni 2001.

21 CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. Instrução

Uma Liturgia Inculturada vai ser a criatividade conveniente e adaptável da liturgia na cultura de um povo. Para dizer que quando a fé é semeada numa sociedade, deve haver o fenómeno da inculturação, e para tanto, a fé cristã não pode existir sem uma forma cultural, que só ocorre numa relação de reciprocidade entre a fé e a cultura.

Portanto a Liturgia Inculturada é uma atitude natural, considerando que a celebração da fé já nasce cultural num contexto simbólico e social.

3. Conceitos necessários

3.1. Necessidade da Inculturação

De uma parte, a penetração do Evangelho num dado ambiente socio-cultural fecunda como de dentro, fortifica, completa e restaura em Cristo as qualidades do espírito e os dotes de cada povo. Doutra parte, a Igreja assimila esses valores, no caso que os mesmos sejam compatíveis com o Evangelho, para aprofundar o anúncio de Cristo e para melhor exprimi-lo na celebração litúrgica e na vida da comunidade dos fiéis.

O fim principal da Inculturação é de ajudar o povo a acolher e a viver melhor a mensagem evangélica. Percebê-la com as suas categorias mentais. É igualmente para participar com mais envolvimento nos actos litúrgicos.

Exigências

Evite-se o perigo que a introdução de elementos culturais não pareça aos fiéis como retorno a um estado anterior à Evangelização²². Inculturação não se deve confundir com sincretismo religioso.

Competências

Todo o movimento de inculturação, depende unicamente da autoridade da Igreja. Tal autoridade compete à Sé Apostólica que a exerce através da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos; compete também nos limites previstos pelo Direito, às Conferências episcopais e ao Bispo diocesano. Nenhum outro, absolutamente, mesmo se é sacerdote, acrescente, tire ou mude algo de sua iniciativa, em matéria litúrgica. A inculturação não é, portanto, deixada à iniciativa pessoal dos celebrantes, nem à iniciativa colectiva da assembleia²³. A nível de uma nação, o processo da Inculturação Litúrgica é da responsabilidade da Conferência Episcopal a qual apoiando-se de peritos em diversas áreas, como é a da Bíblia, Liturgia e Teologia e expoentes das religiões não cristãs, pode

Varietates Legitimae (1994). Disponível em: <https://cdn.dj.org.br/wp-content/uploads/2020/10/A-inculturacao-Varietates-Legitimae.pdf>, nº 4.

²² Ibid., nº 32.

²³ Ibid., nº 37.

discernir, avaliar e legitimar, em consonância com a Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, uma dada experiência de inculturação ou o que deve ser modificado nas celebrações litúrgicas de acordo com as tradições e a mentalidade do povo²⁴.

3.2. O Rito e o texto litúrgico

O ritual efectua este percurso de regresso às origens daquilo que dá sentido a todas as coisas.

3.3. Os Sinais e os Símbolos litúrgicos

As Cores Litúrgicas

A cor diz respeito aos paramentos do celebrante, à toalha do altar e do ambão e a outros símbolos litúrgicos da celebração. Vejamos em qual tempo litúrgico são usadas e qual o seu sentido:

Cor roxa

Usa-se no Advento, na Quaresma, na Semana Santa (até Quinta-Feira Santa de manhã), e na celebração de Finados, como também nas exéquias.

Cor branca

Usa-se: na solenidade do Natal, no Tempo do Natal, na Quinta-Feira Santa, na Vigília Pascal do Sábado Santo, nas festas do Senhor e na celebração dos santos. Também no Tempo Pascal é predominante a cor branca.

Cor vermelha

Usa-se: no Domingo da Paixão e de Ramos, na Sexta-Feira da Paixão, no Domingo de Pentecostes e na celebração dos mártires, apóstolos e evangelistas.

Cor rosa

Pode-se usar: no terceiro Domingo do Advento (chamado "Gaudete") e no quarto Domingo da Quaresma (chamado "Laetare"). Esses dois domingos são classificados, na liturgia, de "domingos da alegria", por causa do tom jubiloso de seus textos.

Cor preta

Pode-se usar na celebração de Finados

Cor verde

24 Ibid., nº 30, 62-66.

Usa-se: Em todo o Tempo Comum, exceto nas festas do Senhor nele celebradas, quando a cor litúrgica é o branco.

Cor dourada

É usado nas grandes solenidades do Ano Litúrgico como Páscoa, Natal, Ordenações... Pouco usado hoje em dia é a cor das grandes solenidades e grandes festas litúrgicas. Em muitos casos substitui as demais cores, assim como o branco.

As diferentes cores das vestes litúrgicas visam manifestar externamente o caráter dos mistérios celebrados, e também a consciência de uma vida cristã que progride com o desenrolar do ano litúrgico. No princípio havia uma certa preferência pelo branco. Não existiam ainda as chamadas "cores litúrgicas".

4. O Ano Litúrgico

O Ano Litúrgico é composto de diversos "tempos litúrgicos", e sua estrutura é a seguinte:

- Tempo do Advento
- Tempo do Natal
- Tempo Comum (Primeira parte)
- Tempo da Quaresma
- Tríduo Pascal
- Tempo Pascal
- Tempo Comum (segunda parte)

a) Tempo do Advento

Início: Primeiro Domingo do Advento. Término: 24 de dezembro, à tarde. Duração do tempo: quatro semanas. A espiritualidade: esperança. O ensinamento: anúncio da vinda do Messias. A cor: Roxa

Esse tempo é dividido em duas partes: do início até o dia 16 de dezembro, a Igreja se volta para a segunda vinda do Salvador, que vai acontecer no fim dos tempos. A partir do dia 17 até o final, a Igreja se volta para a primeira vinda do Salvador, que se encarnou no ventre de Maria e nasceu na pobre gruta de Belém.

O terceiro Domingo é chamado Domingo "*Gaudete*", ou seja, Domingo da alegria. Essa alegria é por causa do Natal que se aproxima. Nesse dia, pode-se usar cor-de-rosa. É uma cor mais suave. Os personagens bíblicos mais lembrados nesse tempo são: Isaías, João Batista e Maria.

O símbolo mais comum desse tempo é a Coroa do Advento, com quatro velas a serem acesas a cada Domingo.

Outras anotações: durante este tempo usa-se instrumentos musicais e ornamenta-se o altar com flores; porém, com moderação. A recitação do Hino de Louvor ("Glória a Deus nas alturas") é omitida.

b) Tempo de Natal

Início: 25 de Dezembro. Cor Branco. Espiritualidade: Fé, alegria, acolhimento. Ensino: O Filho de Deus se fez Homem. Símbolos: presépio; luzes.

No primeiro Domingo após o dia 25 de dezembro, celebra-se a Festa da Sagrada Família; porém, quando o Natal do Senhor ocorre no Domingo, a Festa da Sagrada Família se celebra no dia 30 de Dezembro.

No dia 01 de Janeiro, celebra-se a Solenidade da Santa Maria, Mãe de Deus. No segundo Domingo depois do Natal (entre 2 e 8 de Janeiro), celebra-se a Solenidade da Epifania do Senhor.

Toda semana seguinte a esse dia é chamada: Oitava do Natal. São dias tão solenes quanto o dia 25.

No Domingo seguinte à Epifania, se ocorrer no Domingo 7 ou 8 de Janeiro, a Festa do Batismo do Senhor é celebrada na segunda-feira seguinte. O Tempo do Natal termina com a Festa do Batismo do Senhor.

c) Tempo Comum (Primeira Parte)

Início: primeiro dia logo após a Festa do Batismo do Senhor. O Tempo Comum é interrompido pela Quaresma. Com isso, essa primeira parte vai até a Terça-feira de Carnaval, pois na Quarta-feira de Cinzas já começa o Tempo da Quaresma. A cor deste tempo é verde. A espiritualidade: Escuta da Palavra de Deus. Ensino: Anúncio do Reino de Deus.

d) Tempo da Quaresma

Início: Quarta-feira de Cinzas. Término: Quinta-feira Santa de manhã. Espiritualidade: Penitência e conversão. Ensino: A Misericórdia de Deus. Cor: Roxa

O quarto Domingo é chamado "Laetare", ou seja, Domingo da Alegria. Semelhante ao terceiro Domingo do Advento, o quarto da Quaresma também é caracterizado pela alegria da Páscoa que se aproxima. Nesse dia, também pode-se usar paramento cor-de-rosa, que é uma cor mais suave.

O sexto Domingo da Quaresma é Domingo de Ramos na Paixão do Senhor. Nesse dia, a cor é Vermelha. Também nesse dia, inicia-se a Semana Santa. Observações para o Tempo da Quaresma: exceptuando o Domingo "Laetare" (Alegria), não se ornamenta o altar com flores e o toque de instrumentos musicais é só para sustentar o canto. Durante todo o Tempo, omite-se o Aleluia, bem como também o Hino de Louvor.

e) Tríduo Pascal

Terminado a Quaresma na Quinta-feira Santa de manhã, a partir da tarde desse dia, começa o Tríduo Pascal: Quinta-feira Santa; Sexta-feira Santa e Sábado Santo.

Na Quinta-feira, à tarde, celebra-se a Missa da Ceia do Senhor e o "Lava-pés". A cor do paramento é Branca. Trata-se de uma Missa solene e deve-se ornamentar o altar com flores. Ao final da Celebração é feito o traslado do Santíssimo Sacramento para um lugar apropriado.

Na Sexta-feira Santa, celebra-se a Acção Litúrgica da Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo. Essa celebração não é Missa. Para dizer que na sexta-feira Santa e Sábado Santo até às 16h não temos celebração Eucarística. A cor é vermelha.

No Sábado Santo, à noite, celebra-se a Vigília Pascal, mãe de todas as vigílias.

f) Tempo Pascal

Início: Primeiro Domingo da Páscoa

Toda a semana seguinte a esse dia é chamada Oitava de Páscoa. São dias tão solenes quanto àquele primeiro Domingo.

No sétimo Domingo da Páscoa, celebra-se a Solenidade da Ascensão do Senhor.

O Tempo Pascal termina com a Solenidade de Pentecostes. Espiritualidade do Tempo Pascal: Alegria em Cristo Ressuscitado. Ensino: Ressurreição e vida. A cor litúrgica é Branca.

g) Tempo Comum (Segunda Parte)

O Tempo Comum que havia sido interrompido pela Quaresma, reinicia na Segunda-feira após a solenidade de Pentecostes. No Domingo seguinte, celebra-se a Solenidade da Santíssima Trindade. Nesse dia, a cor é Branca.

Na Quinta-feira após o Domingo da Santíssima Trindade, celebra-se a Solenidade do Corpo e Sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo ("Corpus Christi").

A duração do Tempo Comum, contando desde a primeira parte, é de 34 semanas. Na 34ª (trigésima quarta) semana, mais especificamente na véspera do Primeiro Domingo do Tempo do Advento, termina o Tempo Comum e, conseqüentemente termina aquele *Ano Litúrgico*, devendo, portanto, iniciar o outro como primeiro Domingo do Tempo do Advento.

4.1. Ciclos litúrgicos das leituras

A Igreja estabeleceu, para o Rito Romano, uma sequência de leituras bíblicas que se repetem a cada três anos, aos domingos e em solenidades. As leituras desses dias são divididas em ano A, B e C, cumprindo sempre três ciclos: **no Ano** (ou ciclo) **A**, predomina a leitura do **Evangelho de São Mateus**; **no Ano** (ou ciclo) **B**, predomina a leitura do **Evangelho de São Marcos** e **no Ano** (ou ciclo) **C**, predomina a leitura do **Evangelho de São Lucas**.

4.2. Hierarquia das celebrações

Não há nenhum erro doutrinal em usar o termo 'festa' para todos os casos, mas é recomendável aprender que, na Igreja, existe uma hierarquia de celebrações. Elas se estruturam em **três tipos básicos: as memórias, as festas e as solenidades**

Solenidades - são as celebrações de grau mais alto, reservadas aos mistérios mais importantes da nossa fé: por exemplo, a Páscoa, o Pentecostes, a Imaculada Conceição, os principais títulos de Jesus, como Cristo Rei e o Sagrado Coração, além de celebrações que honram alguns santos de particular importância na história da salvação, como é o caso das solenidades de São Paulo e do nascimento de São João Baptista.

Nas solenidades, assim como nos Domingos, a celebração Eucarística tem três leituras, a oração dos fiéis, o Credo e o Glória (inclusive quando a solenidade cai no Advento ou na Quaresma). As solenidades também têm as orações próprias e exclusivas: Antífonas de entrada, oração inicial, oração sobre as oferendas, antífona da Comunhão e oração depois da Comunhão. Na maioria dos casos há também um prefácio especial.

Algumas solenidades são festas de preceito e outras não: isto depende da realidade pastoral de cada país e, portanto, do critério da respectiva conferência episcopal.

As solenidades que caem nos Domingos são celebradas como tais durante o Tempo Comum e o Tempo de Natal, mas costumam ser transferidas para a segunda-feira quando caem num domingo do Advento, da Quaresma, da Semana Santa e do tempo Pascal.

Festas: honram algum mistério ou título de Jesus, de Nossa Senhora e de santos particularmente relevantes, como os apóstolos, os evangelistas e outros de grande importância histórica, tais como São Lourenço. As festas costumam ter orações próprias, mas são feitas somente duas leituras e o Glória. Diferentemente de outras festas, as dedicadas a Jesus, como a Transfiguração e a Exaltação da Santa Cruz, são celebradas também quando caem no domingo, e, nesse caso, têm três leituras: Glória e o Credo.

Memórias: é geralmente a celebração de um santo, mas pode ainda celebrar algum aspecto de Jesus ou de Maria. É o caso da memória facultativa do Santo Nome de Jesus e da memória obrigatória do Imaculado Coração de Maria.

No tocante à liturgia, **não existe diferença entre a memória facultativa e a memória obrigatória**. Toda memória tem ao menos uma oração própria de abertura. Quanto às leituras, elas podem ou não ser específicas: no geral, prefere-se que sejam mantidas as leituras do dia, a fim de evitar que se interrompa excessivamente o ciclo contínuo das leituras próprias de cada tempo; no entanto, há leituras específicas que devem ser usadas no caso de alguns santos, especialmente os mencionados na própria Sagrada Escritura, como, por exemplo, Marta, Maria Madalena e Barnabé.

Durante a Quaresma e em parte do Advento (de 17 a 24 de dezembro), usa-se apenas a oração coleta do santo; todo o resto é o ordinário daquele dia.

Caso especial: O dia de finados, celebrado em 2 de novembro, tem prioridade sobre o domingo apesar de não ser uma solenidade.

Variações geográficas: Há casos em que uma **determinada celebração** tem classificação diferente

conforme a região, já que alguns santos são mais venerados em um lugar do que em outros, por exemplo. É o caso de São Bento: seu dia é memória obrigatória no calendário universal, mas é festa na Europa por ser um dos padroeiros do continente e é solenidade na diocese de Montecassino, onde está enterrado.

Há solenidades, como o Corpus Christi, que podem ser ou não de preceito conforme determinação da Conferência Episcopal de cada país: a decisão se baseia na realidade pastoral local. Por isso há países que mantêm a tradicional celebração na quinta-feira e como festa de preceito; outros mantêm o dia, mas não como preceito; e outros ainda, que já são a maioria, nos quais a celebração é transferida para o domingo seguinte a fim de garantir a máxima participação dos fiéis. No Vaticano, o dia do Corpo e do Sangue do Senhor continua sendo celebrado na quinta-feira, com a procissão do Santíssimo Sacramento conduzida pelo Santo Padre. Já a diocese de Roma, assim como o resto da Itália e Moçambique celebram esta solenidade no domingo seguinte.

5. A Santa Missa

A Santa Missa é a reprodução do sacrifício de Cristo que celebramos na Páscoa. É a memória da Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus. É a celebração eucarística por excelência.

Nós, cristãos, vamos à Missa aos Domingos para encontrar o Senhor Ressuscitado, ou melhor, para nos deixarmos encontrar por Ele, ouvir a sua palavra, alimentar-nos à sua mesa e assim tornar-nos Igreja, isto é, seu Corpo místico vivo no mundo. No encontro com Jesus Eucarístico é possível encontrar a paz no coração.

Nessa atitude das três pessoas da Trindade, entendemos que a Santa Missa tem duas dimensões:

- **A de sacramento**, que atualiza a ceia pascal;
- **A de sacrifício**, que atualiza a redenção de Cristo na Cruz.

Essas duas realidades encontradas na Santa Missa, permitem que entendamos quando o Catecismo da Igreja Católica (CIC), no nº 1324, diz que *a Eucaristia é a fonte e ápice de toda a vida cristã*. O Catecismo no nº 1326 ainda continua dizendo: *pela Santa Missa, nós nos unimos à Liturgia do céu e antecipamos a eternidade*.

Atitudes importantes que nós católicos devemos saber é que, precisamos “celebrar o que cremos e crer no que celebramos”. Quando vivemos essas duas atitudes, estamos fazendo da nossa vida “verdadeiras liturgias”. Colocando a todo momento a Trindade em nossos actos.

6. Síntese conclusiva

Neste capítulo apresentamos os elementos mais importantes da Liturgia, entendida como a maneira que os cristãos vivem a sua fé, a criatividade e a participação ativa nas celebrações, mas também as normas dadas pela autoridade competente da Igreja para garantir a disciplina nas celebrações.

7. Exercícios de consolidação

- O que significa «Liturgia inculturada»?
- Quando se utiliza a cor verde na Liturgia?
- Existe alguma diferença entre uma solenidade e uma memória?

Capítulo IX:

CATEQUESE DIGITAL

9

CATEQUESE DIGITAL

1. Introdução

Neste tempo tão singular, no qual já se fala de um “sexto continente”, o continente digital, não é possível iludir-se do impacto e das consequências que a revolução digital trouxe para nossas vidas. Os catequistas devem estar cientes de que para evangelizar o ser humano de hoje, especialmente se jovem ou adolescente, é preciso adentrar no universo digital.

Desejando responder aos desafios do universo digital, neste capítulo propomos linhas orientadoras inspiradas na pesquisa atual sobre a “Catequese Digital”. A influência digital está mudando a vivência da fé dos nossos catequizandos, fato que não pode mais ser ignorado em nossas Igrejas. Neste capítulo abordaremos de forma sintética os itens: *Cultura digital; A fé em diálogo com o mundo; Ciberpecado e Cibergraça e Catequese digital*. Esperamos oferecer ao catequista algumas ferramentas para que possam integrar processos de catequese digital no seu ministério.

2. Cultura digital

A palavra cibernética é de origem grega e quer dizer timoneiro, aquele que dirige o navio. A imagem do navio pode ajudar-nos a compreender que estamos navegando em um espaço sem dimensões digitais, mas sempre impelidos pelo mesmo convite do Senhor: lançai as redes! (cf. Jo 21, 6a)²⁵. Como catequistas, em Moçambique, também queremos lançar nossas redes no espaço digital, pois nos sentimos impelidos a assumir o desafio de estar abertos para escutar, para acolher, para hospedar, especialmente os jovens e adolescentes que procuram relacionamentos autênticos e comunidades genuínas no espaço digital.

2.1. Sinais dos tempos

O Concílio Vaticano II (1962-1965) colocou como prerrogativa aos cristãos viver atentos aos sinais dos tempos, na Igreja e no mundo, para que a evangelização seja efetiva. Na atualidade, entre os sinais dos tempos, temos a cultura digital, uma vez que, esta influencia diretamente a vida de cada ser humano. No universo digital se vive a uma velocidade incrível, passa-se com rapidez de uma relação afetiva a outra, de um emprego a outro, de uma religião a outra.

25 DA SILVA, A. *Catequese Digital Por onde começar?* S. Paulo: Paulus 2021, pág. 27.

Assim como nos conectamos ou desconectamos das Redes Sociais ou de qualquer aplicativo, assim nos conectamos a amores, a relações afetivas, a temas de interesse etc., e da mesma forma nos desconectamos quando algo não nos agrada. Mas, um segundo depois já estamos conectados a outros amores, a outras relações, a outros interesses sem tomar nem um minuto para processar ou refletir.

O risco desse tipo de cultura é o da acelerada desumanização do ser humano, uma vez que nesse universo tudo se vai considerando como objeto, inclusive as pessoas passam a ser objetos de descarte. Esse tipo de mentalidade traz consequências dramáticas para a humanidade, sobretudo para os mais vulneráveis.

Mas, certamente nestes tempos de progresso tecnológico se tem conseguido espaços para acolher todas as ideias, todos os tipos de gostos e estilos de vida. Hoje, num mesmo período histórico e num mesmo espaço geográfico convivem movimentos contraditórios. Por um lado, assistimos à tomada de consciência na defesa da vida humana e vegetal, mas por outro lado vemos o embrutecimento de pessoas e grupos que sustentam e promovem guerras e terrorismo.

Também é verdade que a sociedade mediática reforça o individualismo, indivíduos escolhem seus próprios valores, preocupam-se com o que é seu e estabelecem suas próprias regras. Entretanto, o *self-service* que aparentemente resolve a situação do indivíduo, lhe está criando um maior vazio. Mas, neste novo cenário, não tudo é negativo, pois estamos assistindo ao surgimento da *cibercultura*. Esta cibercultura *colabora* para que as pessoas se encontrem e criem laços sociais que vão além dos territórios geográficos, isso favorece a ruptura dos guetos de segregação etnocultural dando espaço à formação de uma única comunidade mundial²⁶.

2.2. Sociedade em rede

As tecnologias da informação e comunicação facilitam o convívio social, familiar e global, esta convivência cada vez mais global é chamada de “sociedade em rede”. O fenômeno desta sociedade em rede favorece a transmissão da nossa fé, tanto é assim que o Diretório para a Catequese de 2020 expressa: “o digital não só faz parte das culturas, como se está a impor como uma nova cultura...E tudo isto à escala global (D.C. nº 359). A Igreja reconhece que com a digitalização da comunicação e da sociedade surge uma transformação antropológica que não pode ser ignorada nos processos de evangelização.

Entretanto, essa “sociedade em rede” pode ser um grande desafio para o catequista que foi catequizado e formado ainda no modelo de “cultura de massa”²⁷. Este modelo sustenta a comunicação hierárquica, na qual os catequizandos recebem a mensagem de forma passiva. E, se somarmos as dificuldades para expressar com clareza, coerência e objetividade é ainda mais difícil que a mensagem chegue e impacte o catequizando. Para as *gerações digitais* essa dinâmica da “cultura de massa” simplesmente não funciona. Por isso, o catequista, que se abre à “sociedade em rede” deve apostar por um modelo de comunicação horizontal e dialógico, só assim poderá conduzir os catequizandos ao encontro com Jesus.

²⁶ Ibid., pág. 28-39.

²⁷ Nesse modelo o transmissor dá as informações e o receptor as recebe de forma passiva, por isso esse modelo é comparado ao modelo da TV.

3. A fé em diálogo com o mundo

A ciberteologia²⁸, é um dos campos teológicos que auxiliam a catequese, uma vez que, fundamenta o estudo sobre o impacto da cultura digital na forma como se vive e se comunica a fé.

A Igreja foi pioneira na Imprensa e na Rádio, mas mostrou resistência à Televisão e ao Cinema, já no ambiente digital, desde o surgimento deste, marcou presença de uma forma positiva.

Foi durante o pontificado do Papa João Paulo II que a micro informática e a internet se desenvolveram, por isso ele é o primeiro Papa a se pronunciar sobre a rede. No Pontificado do Papa Bento XVI, ocorreu a grande expansão da cultura digital, por isso, o Papa Bento é quem deixou mais reflexões sobre a cultura digital. O Papa Francisco também tem elaborado reflexões sobre a cultura digital.

O Concílio Vaticano II no documento *Gaudium et Spes*²⁹, expressa a visão eclesial que busca dialogar com o mundo. O documento *Inter Mirifica*³⁰, ressalta o direito e o dever dos cristãos de usufruírem dos meios de comunicação. E, aconselha o *povo de Deus* sobre o bom uso destes meios para a educação da fé. O documento *Igreja e Internet* (2002) acolhe a evolução das tecnologias de comunicação, sublinhando que elas têm a capacidade de aproximar as pessoas de diferentes lugares e culturas.

Há muitos outros documentos e mensagens favoráveis em relação ao fenômeno da cultura digital, pois a Igreja reconhece o ciberespaço como “lugar teológico”, uma vez que o ciberespaço é um lugar onde muitos se encontram, praticam sua fé e vivem a sua espiritualidade.

O catequista é chamado a refletir sobre a fé na era da cultura digital. Caberia aqui perguntar: De quais redes sociais o catequista faz parte? As redes que usa o ajudam a estreitar melhor os laços de amizade com os seus catequizandos e com seus colegas catequistas? A Igreja conta com a especial contribuição dos catequistas para ajudar a humanidade a viver bem nos tempos da rede.

4. Ciberpecado e Cibergraça

A invenção da internet e das tecnologias digitais móveis possibilitou a expansão das capacidades de comunicação, relacionamento e interação em tempo real. Hoje é normal

²⁸ Ciberteologia é um conceito desenvolvido sobretudo por António Spandaro e se refere à reflexão sobre Deus no ambiente digital.

²⁹ A *Gaudium et Spes* (Alegria e Esperança) é um documento do Concílio Vaticano II que trata sobre a missão da Igreja no mundo contemporâneo.

³⁰ O documento *Inter Mirifica* (1963) do Concílio Vaticano II é o primeiro documento pontifício que trata sobre a comunicação social.

acessar uma infinidade de informações, compartilhar ideias a nível global, e solidarizar-se diante das catástrofes climáticas ou das guerras do mundo. O sonho de uma fraternidade universal torna-se cada vez mais possível graças às tecnologias digitais. Deus também habita a rede, por isso quando se fala de cibergraça, de acordo com DA SILVA³¹ se refere “*à comunhão do Espírito em tempos de rede, a ação de Deus no ser humano e seu mundo marcado pela lógica digital*”. Mas, a rede também facilita o pecado, que é denominado de ciberpecado. As guerras cibernéticas, as expressões xenófobas e a difusão do ódio entre outros males são fomentados e compartilhados no espaço digital.

4.1. Ciberpecado

No espaço digital, também se faz sentir o pecado e seu efeito devastador. E o mais preocupante é que quem o comete pode facilmente se libertar das suas responsabilidades éticas e morais perante o mundo. O Papa Francisco alerta sobre este mal, especialmente que se faz sentir, sobretudo, nas chamadas “periferias existenciais³²”, ou seja, na condição limite do ser humano, é que os valores humanos são objecto de todos os tipos de maldade, violência e sofrimento. Como pode ver-se a Internet não é só espaço de graça, mas pelo facto de oferecer uma infinidade de possibilidades para praticar o mal é também lugar de pecado.

Alguns tipos de pecado da rede:

- *Trolls troll*, essa expressão refere-se ao tipo de pessoas que anonimamente ridicularizam, desmoralizam, provocam, atacam e difamam outras pessoas na rede.
- As *Fakes* surgem dos perfis falsos, é nesses perfis falsos que pessoas se escondem para praticar diversas atividades ilícitas. Geralmente, nos perfis falsos se ocultam os pedófilos, os sequestradores e outros criminosos, como os criadores de notícias falsas.
- *Cyberbullying*, a humilhação a uma pessoa ou grupo viraliza para milhares de pessoas, isso já tem empurrado muitas pessoas, sobretudo jovens, ao suicídio.
- *Superexposição*, invasão da privacidade e sexualidade desregrada, na rede qualquer pessoa faz seus próprios ensaios sensuais ou cenas sexuais e as posta nas redes sociais como sendo um grande feito.

Há também uma série de distúrbios causados pela internet que os catequizandos podem estar a sofrer, Por exemplo:

- *Depressão do Facebook*: Às vezes o jovem ou adolescente gostaria de ter uns sapatos, uma mochila ou até um smartphone novos e seus pais não tem como lhe dar, logo ele entra no Facebook e vê o vídeo ou fotos de algum dos seus amigos ou conhecidos com roupas novas em viagens fantásticas. Essa visão ilusória da vida de outros pode levar o jovem ou a criança a uma depressão e até a surtar.

31 DA SILVA, A., op. cit., pág. 123.

32 Periferia se refere ao que está fora do centro econômico, político de um povo. Existencial, são as pessoas que por diversos motivos são jogadas fora das possibilidades de vida digna.

- *Nomofobia*: Quando o smartphone cai e se rompe, ou lhe é roubado a pessoa entra em pânico, ansiedade... crise.
- *Transtorno de dependência da Internet*: quando o *wi-fi* cai ou por outras causas se tem que desconectar da rede, a pessoa que está viciada na rede quase que surta. Na verdade essa dependência da internet apenas é reflexo ou sintoma de um distúrbio mais grave como pode ser o do transtorno obsessivo compulsivo ou outros transtornos que a pessoa pode estar a manifestar.
- *Efeito Google*: A pessoa manifesta maior esquecimento, pois o efeito Google é essa tendência do cérebro reter menos informação porque sabe que as respostas estão ao alcance de um click.

Essas doenças estão reconhecidas, porque podem gerar consequências graves na vida das pessoas. Mas, atenção, os pecados não são causados pela rede em si, mas a rede somente potencializa a visibilidade e o impacto seja do bem ou do mal que o ser humano produz³³.

4.2. Cibergraça

Graça é a ação divina, é o dom gratuito de Deus que possibilita a comunicação entre a criatura e o seu Criador. Cristo marca o acontecimento da graça na história e torna o ser humano verdadeiramente livre. A primeira atitude do ser humano diante da graça de Deus é a ação de graças. A rede é apenas um espaço para o ser humano exercer seu “livre-arbítrio”.

A internet é um dom de Deus, que possibilita o processo dinâmico na teia das relações humanas. Há, entretanto, a necessidade de discernir as relações mais importantes seja no ambiente físico como no digital. É preciso distinguir os níveis de relação e de conhecimento que temos uns dos outros para saber o que fazer e que postar em diferentes níveis. A difusão da graça por intermédio das pessoas pode se propagar criando e fomentando a comunhão³⁴.

5. Catequese na era digital e catequese digital

O catequista deve ter claro que não necessita ser esperto em tecnologias digitais, mas especialista em humanidade. Neste novo contexto digital não é necessário conhecer toda a técnica, mas ter a humildade para saber pedir ajuda e saber trabalhar em equipe. O catequista não pode considerar o catequizando como mero receptor de conteúdos, ou como alguém carente de conhecimento, mas deve considerá-lo como parceiro no caminho da fé, seja nas salas paroquiais, seja nas salas digitais.

5.1. Catequese na era digital

Buscando criar uma nova mentalidade em face aos avanços tecnológicos e a cultura digital

³³ DA SILVA, A., op. cit., pág.115-120.

³⁴ Ibid., pág.125.

viu-se a necessidade de elaborar subsídios para a formação dos catequistas. Promoveram-se novas atividades na catequese, buscou-se conhecer a realidade dos catequizandos para programar uma melhor pedagogia que favoreça encontros catequéticos de qualidade. No Novo Diretório para a Catequese se recomenda valorizar a nova cultura digital e sua relação com a fé (In DIRETÓRIO DA CATEQUESE. 2020.n 354-370). Sobretudo, recomenda que a catequese contemple quatro etapas:

- 1) Desenvolver o processo da conversão digital;
- 2) Seguir o modelo eclesiológico de uma Igreja em saída e relacional;
- 3) Conhecer profundamente o sujeito com que se quer relacionar;
- 4) Pensar o melhor conteúdo e a melhor forma de o compartilhar.

Todo esse processo de aprendizado é válido para renovar a catequese tradicional e para implementar a catequese digital³⁵.

5.2. Catequese digital

A catequese digital consiste na realização de encontros catequéticos no ambiente digital. Trata-se de criar encontros que cultivem as relações entre catequista e catequizandos, entre catequista e as famílias dos catequizandos e entre o catequista e a comunidade eclesial. O objetivo é proporcionar experiências e os ajudar a fortalecer sua fé.

É importante ter presente que quando se muda de ambiente também se muda a forma como nos encontramos, entretanto, o ambiente não é um fator que define se um encontro é verdadeiro ou falso³⁶. Em qualquer ambiente corre-se o risco de não se levar o catequizando a um verdadeiro encontro com Deus.

A catequese independentemente se é digital ou física deve educar para o encontro. A cultura do encontro é uma virtude cristã que o catequizando deve adquirir, pois só o encontro e a intimidade com Deus podem dar sentido aos ensinamentos da Igreja. Uma premissa importante que todo catequista deve entender é que a catequese não é um processo de “escolarização”, mas é um processo de “aprendizagem viva”. Trata-se de aprender de maneira viva: com corpo, alma, intelecto e espírito.

5.3. Educar para rede

A catequese nas paróquias vive uma crise em parte devido à falta de preparação dos catequistas. Muitas vezes se seguem reproduzindo metodologias tradicionais que não correspondem com o dinamismo inovador do mundo tecnologizado. Com a internet, catequistas e catequizandos têm o mesmo acesso à informação, e as crianças e jovens sabem manusear melhor as ferramentas digitais do que seus catequistas.

É necessário educar para a rede, pois o papel do catequista mudou de transmissor de conteúdos para

³⁵ Ibid., pág. 180.

³⁶ Ibid., pág. 184.

mediador no aprendizado das verdades da fé. A metodologia catequética deve seguir os princípios da interação (*Catequese renovada*, nº112-113).

Desafios à pedagogia catequética:

- Como integrar as novas tecnologias na catequese;
- Como transmitir os conteúdos nessa nova cultura e nova linguagem digitais;
- Como desenvolver a consciência crítica cristã nos catequistas e catequizandos sobre o impacto da cultura digital;
- Como adaptar a pedagogia catequética às novas características de comunicação e aprendizagem que propõe o modelo de comunicação em rede.

Em conclusão, o universo digital não pode se dispensar, portanto é preciso que o catequista desenvolva técnicas e senso crítico e que se eduque para o digital desenvolvendo habilidades para que possa falar a mesma linguagem digital com seus catequizandos. Os jovens e adolescentes podem facilmente se perder em relacionamentos vazios ou nocivos que a internet oferece ou se distrair com muita informação duvidosa. O catequista, deve estar preparado para ajudar seus catequizandos a distinguir a autenticidade e beleza nos relacionamentos sejam físicos ou online. Deve ajudá-los a que adquiram critérios sobre a infinidade de informações e conteúdos. As Redes Sociais, são espaços para partilhar conteúdos catequéticos, para interagir com os catequizandos de forma a os acompanhar diariamente no seu processo de conhecimento e amadurecendo da fé em Cristo Jesus.

6. Síntese conclusiva

O Evangelho está destinado a ser anunciado em toda parte. Nos nossos dias «toda a parte» será entendido também o mundo digital, o mundo das redes sociais, porque é aí onde as pessoas se conhecem, partilham as experiências e, por vezes, se ofendem. Neste capítulo procuramos explicar como se deve catequizar neste mundo.

7. Exercícios de consolidação

- O que se entende por sexto continente?
- Que tipos de pecados podemos encontrar no mundo digital?
- A catequese digital pode substituir a catequese tradicional (presencial)?

Capítulo X:

VIDA CRISTÃ, CULTURA, ECUMENISMO E DIÁLOGO INTERRELIGIOSO

10

VIDA CRISTÃ, CULTURA, ECUMENISMO E DIÁLOGO INTERRELIGIOSO

1. Introdução

A Igreja, edificada sobre a autoridade da Palavra de Cristo e sobre a sua transmissão por parte dos Apóstolos e seus sucessores, tem sobre a terra uma especial missão que não é a de buscar a glória terrena, senão a de continuar, sob a direcção do Espírito Santo, a obra mesma de Cristo, mediante o anúncio do Evangelho, a formação e maturação das comunidades cristãs, a promoção humana e a encarnação dos valores evangélicos³⁷.

Em cumprimento do mandato de Cristo: «ide por todo o mundo e anunciai a boa nova» (Mt 28,19), o cristianismo que teve seu ponto de origem em Israel, foi-se difundido um pouco por todo mundo. Ao longo de mais de dois mil anos de história, ele entrou em contacto com vários povos, várias culturas, várias línguas e várias religiões.

O tema abordado neste capítulo permitirá ao catequista: 1. Conhecer a postura da Igreja Católica em relação à cultura moçambicana; 2. Conhecer a postura da Igreja Católica com relação às outras religiões cristãs; 3. Conhecer a posição da Igreja Católica com relação às outras religiões não cristãs.

2. Relação entre a Igreja Católica a Cultura moçambicana

Considerando que o cristianismo nasceu há mais de dois mil anos atrás, num país chamado Israel, onde se falava basicamente o aramaico e o hebraico, certamente quando ele é levado a outros povos, com culturas, costumes e línguas diferentes, ele precisa ser adaptado, daí que se fala da necessidade de «evangelizar a cultura» ou de «inculturar o Evangelho». Evangelizar a cultura é como tomar, assumir toda a cultura para depois transformá-la a partir do Evangelho. Inculturar o Evangelho é exprimir o Evangelho com formas culturais próprias. A cultura que estamos chamados a evangelizar é a cultura moçambicana, que grandemente encerra em si elementos típicos das várias culturas africanas. Aqui apresentamos uma breve síntese de temas que podem constituir matéria de nosso estudo: 1º Natureza; 2º

³⁷ «Nenhuma ambição terrena move, mas unicamente este objetivo: continuar, sob a direcção do Espírito. Paráclito, a obra de Cristo, que veio ao mundo para dar testemunho da verdade» (GS 3); «... a Igreja, se bem que precise de recursos humanos para cumprir a sua missão não foi constituída para buscar glórias terrenas» (LG 8).

Família e matrimónio; 3º Ritos de iniciação; 4º Culto aos antepassados; 5º os ritos funerários.

Natureza: a base da cosmologia africana é a relação entre os seres visíveis e invisíveis³⁸.

As forças da natureza podem ser hostis (más) ou amigas (boas) ao homem. A hostilidade e a bondade das forças da natureza, em parte, dependem da conduta de cada indivíduo: se for má, imediatamente corta-se ou enfraquece a relação vital com a natureza, com Deus, com os antepassados e com os restantes membros da comunidade; se for boa conduta, então, reforça-se e aumenta-se a relação com a força vital e a vida tende para o bem³⁹. Assim, de um lado, o africano percorre o seu caminho para Deus, através dos antepassados e ajudado pelas forças da natureza, e de outro, tem a ideia de que se encontra integrado no mundo quando está em comunhão tanto com o seu semelhante, como com a natureza⁴⁰. O indivíduo africano sente-se existir só no grupo, com o grupo e para o grupo, ele existe porque “existe com”.

Família e matrimónio: a família é todo o grupo de agregados que têm os mesmos antepassados, sem grande restrição de graus de parentesco, inclui pais, filhos (nascidos e os que estão para nascer) e os antepassados do mesmo clã ou tribo⁴¹. Na cultura tradicional africana, o matrimónio tem um desenvolvimento muito gradual... com muitas cerimónias e ritos de diferente importância, e que se sucedem em tempos e lugares diferentes. O matrimónio africano pode romper-se e por tanto não é indissolúvel. O consentimento dos respectivos clãs é essencial e, às vezes, é mais importante que o consentimento das duas partes.

Ritos de iniciação: na cultura africana nasce-se indivíduo, para depois tornar-se pessoa, mediante as transformações ontológicas e morais. O verdadeiro nascimento do ser humano, entre os africanos, é a iniciação, traduzida por uma morte simbólica e por um novo nascimento (passagem). Quem não passa pelos processos (ritos) de iniciação, não pode assumir qualquer função, porque ainda não é pessoa.

Culto aos antepassados: entre os africanos é aceite o princípio segundo o qual a morte por si mesma não faz com que alguém se torne antepassado. A idade avançada, uma vida conforme à moral do grupo, descendências e ritos fúnebres apropriados são algumas das qualificações absolutamente necessárias⁴². A estas quatro condições, algumas sociedades acrescentam uma quinta condição: a boa morte, ou seja, morte natural. Curiosamente, para o africano o estatuto da pessoa durante a vida determina o seu estatuto como antepassado no mundo dos espíritos e o tipo de culto que lhe será dado. O rei permanecerá rei, o chefe da aldeia, e o chefe da linhagem permanecerão também nas suas posições.

38 CISCATO, E. *Apontamentos de Iniciação Cultural*. Maputo: Paulistas 1987, pág. 41.

39 BAPTISTA, J.; ANJOS, F. *Filosofia Africana ou Filosofia em África*. Maputo: Diname 2009, pág. 45.

40 SOUSA, J. *Os antepassados - as etapas históricas do problema e suas implicações* in Centro de Formação de Nazaré (ed.) *Os antepassados e sua Veneração*. Beira: Centro de Formação de Nazaré 1997, pág. 33.

41 SANTOS, P. *Religiões Tradicionais e o Cristianismo em Diálogo*. Maputo: s. ed. 2003, pág. 86.

42 BOUCHER, G. *Os antepassados na visão Bantu* in Centro de Formação de Nazaré (ed.), *Os antepassados e sua Veneração*. Beira: Centro de Formação de Nazaré 1997, pág. 81.

Os ritos funerários: através da realização de ritos fúnebres, os africanos vivem o momento mais decisivo do ciclo vital, a passagem definitiva do estado visível ao invisível, não como um fim, mas como condição para a existência, sob outras formas e noutras circunstâncias⁴³. Os mortos não são reduzidos à inexistência absoluta, eles vivem numa outra dimensão. Na morte cada qual é responsável pelos seus próprios actos, realizados no mundo dos vivos, os quais são condição determinante para participar ou não na ansiada classe dos antepassados. Todos aqueles que não tiverem uma boa conduta moral, enquanto mortais, em via de regra, não entram na orla dos antepassados e o destino fatal para eles é iminente. Não sendo antepassados, nunca irão ao convívio do criador (Deus).

Postura da Igreja: Pio XII, na EP, afirma que a Igreja Católica não deprecia as doutrinas dos pagãos, todavia as purifica e aperfeiçoa com sua sabedoria cristã (EP 60), e mais, diz ainda: “aquilo que nos costumes dos povos não está ligado às superstições ou erros, deve ser examinado com benevolência e, se possível, conservado incólume” (EP 61). O Concílio Vaticano II para abordar este tema parte da consideração da acção secreta de Deus nas almas, da busca de Deus (de mil maneiras) e do sentido da preparação (pedagogia) evangélica, segundo o desígnio divino (AG 3). Quando a Igreja consegue conectar-se com estas realidades religiosas em si positivas, ainda que imperfeitas, ilumina-as, purifica-as e “atrai-as à plenitude católica” (AG 6; cf. LG 17). Se insiste no facto de que Deus, por caminhos que Ele sabe, pode levar todos à fé, porém isso não invalida nem diminui a urgência do mandato missionário da Igreja que “conserva íntegra, hoje como sempre, sua força e necessidade” (AG 7). *Nostra Aetate*, falando de outras religiões, afirma que “a Igreja Católica nada rejeita do que nessas religiões existe de verdadeiro e santo... contudo, anuncia e tem a obrigação de anunciar sem cessar a Cristo... em quem os homens encontram a plenitude da vida religiosa...” (NA 2). Já a *Ad Gentes* AG 11 diz que “é preciso descobrir as sementes do Verbo dos não crentes para melhor dialogar com eles e evangelizá-los”, porque o Espírito Santo chama a todos mediante as “sementes do Verbo” (AG 15). A *Evangelii Nuntiandi* fala das religiões não cristãs e suas expressões como resultante de milénios de procura de Deus com sinceridade e retidão de coração. Face a isso, a Igreja não é chamada a silenciar o anúncio de Cristo, pois os homens têm direito de conhecê-lo (EN 53). Ou seja, admitir que existem sementes do Verbo fora da Igreja não é um impasse para cumprir o mandato missionário universal (EN 80). Aliás, sendo Jesus o único mediador, só por esta mediação tem significado e valor as mediações parciais, que devem ser entendidas como paralelas e complementares à primeira (RM 5).

Resumindo podemos dizer que partindo do princípio que Deus é o semeador que saiu a semear e que as sementes foram caindo em vários terrenos, a Igreja chega a formular o princípio das «sementes do Verbo» segundo o qual em cada homem e em cada cultura deu lançou a sua semente, esta semente pode germinar e frutificar, sempre quando os pássaros

43 SANTOS, P., op. cit., pág. 61.

não a comam, as pedras não a impeçam de ter raízes profundas e os espinhos não a abafem. Em alguns costumes, tradições das culturas africanas também é possível descobrir as sementes do Verbo. Por tanto, nem tudo o que existe em tal cultura será considerado como semente do Verbo e o critério para determinar que algo da cultura africana pode ser considerado como semente de Verbo não recai sobre cada fiel cristão, mas sobre os Pastores (os Bispos, sucessores dos Apóstolos), sempre sob a direcção do Espírito Santo, que é o verdadeiro agente de inculturação (AM 32).

3. Relação entre Igreja Católica e outras Religiões Cristãs

Ao longo da história a religião cristã deu origem a várias confissões ou denominações religiosas, como por exemplo: a Igreja Ortodoxa, a Igreja Luterana, a Igreja Presbiteriana, etc. Todas estas denominações religiosas têm algo em comum: a profissão de fé num Deus uno e trino, tendo a Cristo como o único mediador entre Deus e a humanidade, por isso mesmo se chamam religiões cristãs.

A relação entre a Igreja Católica e outras religiões cristãs se denomina ecumenismo. Um documento bastante esclarecedor do tema do ecumenismo é o documento conciliar *Unitatis Redintegratio*. Assim no citado documento, o movimento ecuménico é definido como o conjunto de actividades e iniciativas que se empreendem e organizam para o fomento da unidade dos cristãos, segundo as diversas necessidades da Igreja Católica e as diversas circunstâncias temporais (UR 4).

Por que falar do ecumenismo? A experiência das divisões entre irmãos que seguem ao mesmo pastor (Cristo) e professam a fé trinitária, ademais de contradizer por assim dizer a vontade de Deus manifestada em Cristo e tal como é apresentada pelo Evangelho de João, nos leva a apresentar a unidade como algo fundamental: «que sejam um só» também pode constituir obstáculo para o cumprimento da missão da Igreja (os novos destinatários do Evangelho podem se servir do argumento da divisão dos cristãos para não abraçar a fé).

A finalidade do movimento ecuménico é, pois, trabalhar sobre a comunhão já existente entre as Igrejas e comunidades eclesiais para chegar a plenitude de comunhão na fé, nos sacramentos e na estrutura, que é a unidade querida pro Cristo para a sua Igreja⁴⁴.

A partir do ecumenismo se fala também da comunhão no sagrado. A comunhão no sagrado é a participação de uma pessoa baptizada na Igreja Católica no culto litúrgico ou de sacramento em outra igreja ou comunidade eclesial não católica e vice-versa. Ela pode ser activa (quando um católico recebe os sacramentos de um ministro não católico) ou passiva (quando um não católico recebe os sacramentos de um ministro católico); formal (quando ao participar no culto de uma outra confissão se admite as posições doutrinárias da mesma) e material (quando a participação no culto de uma outra confissão não implique a aceitação da doutrina daquela).

Como princípio fundamental o católico deve participar no culto católico e receber os sacramentos do ministro católico. A situação actual do nosso país não justifica que o católico receba sacramentos de

44 HENN, W., «Ecumenismo» in *Diccionario Teologico Enciclopedico*. Pamplona: EVD 1995, pág. 292.

um ministro não católico. Outra coisa é que o católico vá participar numa cerimónia de um familiar ou conhecido que ocorra numa igreja ou comunidade eclesial não católica, como por exemplo: no funeral, no casamento, etc. Mas evitando todo o perigo de apartar-se da fé católica, como também de comungar naquele culto.

4. Relação entre a Igreja Católica e outras Religiões não cristãs

Depois de termos falado da relação entre a Igreja Católica e outras religiões cristãs, agora falaremos da relação da Igreja Católica com outras religiões não cristãs, isto é, religiões que não seguem a Cristo nem professam a fé na santíssima trindade. A relação entre a Igreja Católica e outras religiões não cristãs se denomina diálogo inter-religioso. Por conseguinte se pode falar de diálogo inter-religioso especialmente na relação da Igreja Católica com os judeus, os muçulmanos, os hindus, as religiões tradicionais africanas, etc.

O pano de fundo que nos leva a reflectir em torno do diálogo inter-religioso é o seguinte: fora de Cristo há salvação? Ou ainda, aquele que não ouvir o anúncio do Evangelho, não for baptizado, poderá ser salvo? Não é possível salvar-se em qualquer religião?

O documento conciliar *Ad Gentes* fala do diálogo sincero e paciente (AG 11); da necessidade do clero local conhecer bem as relações entre a religião tradicional e a religião cristã e de se preparar para o diálogo fraterno com os não cristãos (AG 16); da necessidade dos missionários conhecerem ao fundo os aspectos religiosos da vida e da mentalidade daqueles a quem desejam evangelizar (AG 26). A *Nostra Aetate* diz que no diálogo com os seguidores de outras religiões, dando testemunho da fé e vida cristã, deve-se reconhecer, guardar e promover os bens espirituais e morais, assim como os valores socioculturais que se encontram neles (NA 2). Já a *Redemptoris Missio* fala do diálogo como uma expressão da missão para com os não cristãos (RM 55), ademais, na missão para com os não cristãos deve-se compaginar o anúncio e o diálogo, que por sua vez não devem ser confundidos, nem instrumentalizados, nem tão pouco considerados equivalentes, ao ponto de se poderem substituir entre si (RM 55), até porque o diálogo não substitui o anúncio, nem deve levar a reduzir a totalidade do anúncio evangélico (RM 4,17). O diálogo não nasce de uma tática ou interesse, mas pelo facto de se admitir que o Espírito Santo sopra onde quer; a ser assim o diálogo serve para descobrir a acção do Espírito, aprofundar a própria identidade e testemunhar a revelação; serve para o enriquecimento mútuo e superação dos prejuízos (RM 56). Tal diálogo pode ser feito de várias formas: desde o intercâmbio entre peritos das tradições até à colaboração conjunta para salvaguardar os valores religiosos; contempla ainda a comunicação das experiências espirituais, diálogo de vida e edificação, em união, em busca de uma sociedade mais justa e fraterna (RM 57). O diálogo não é um caminho fácil, requer caridade e esperança de que um dia dará frutos no Espírito (RM 56).

5. Síntese conclusiva

Ao chegarmos ao final desta lição podemos com razão afirmar que o facto do cristianismo ter sua gênese num país concreto, numas circunstâncias concretas e numa cultura concreta, ao se expandir para outros lugares deve estar aberto para realizar a evangelização da cultura ou inculturação do evangelho. Em cada homem e em cada religião Deus lançou as sementes do Verbo, porém, considerando que as condições em que estas sementes germinam ou frutificam são diferentes (o caminho duro, as pedras e os espinhos) a Igreja discerne aquilo que é a semente do Verbo válida e aquilo que são elementos que obstaculizam o desenvolvimento desta semente e por isso mesmo valoriza o primeiro elemento e desencoraja o segundo.

6. Exercícios de consolidação

- A seu ver a inculturação do evangelho e a evangelização de cultura são termos equivalentes? Justifique.

- A abertura do evangelho à cultura é uma iniciativa que parte de qualquer fiel cristão? Pode qualquer fiel cristão livremente adotar elementos da própria cultura e introduzir na vida cristã?
- Qual é a diferença que existe entre ecumenismo e diálogo inter-religioso?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAVV. *Deixou o nosso coração a arder, Curso para formação de Catequistas*. Beira: Arquidiocese da Beira 1989.

BAPTISTA, J.; ANJOS, F. *Filosofia Africana ou Filosofia em África*. Maputo: Diname 2009.

BÍBLIA - Tradução Ecumênica (TEB) São Paulo: Loyola 1994.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. 7ª ed. Impressão. São Paulo: Paulus 2002.

BOUCHER, C. *Os antepassados na visão Bantu* in Centro de Formação de Nazaré (ed.), *Os antepassados e sua Veneração*, Beira: Centro de Formação de Nazaré 1997.

CASTILLO J. M. *Espiritualidade para insatisfeitos*. São Paulo: Paulus 2012.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2ª ed. Coimbra: Gráfica de Coimbra 1999.

CELAM. *Manual De Catequética*. 2ª ed. s.l., Paulus 2008.

CHIAPPETTA, L. *Il Manuale del parroco. Commento giuridico-pastoral*. 2ª ed. Bolonga: EDB 2015.

CISCATO, E. *Apontamentos de Iniciação Cultural*. Maputo: Paulistas 1987.

CÓDIGO DE DIREITO CANÓNICO promulgado por ordem de João Paulo II in AAS 75/II (1983), 1-317.

CONCÍLIO VATICANO II, 11ª Edição, Braga: Editorial A.O. 1987.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL DE MOÇAMBIQUE. *Directório Catequético Nacional*. Maputo: CEM 1996.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Catequese Renovada: Orientações e conteúdo*. S. Paulo, Paulinas 1983.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório Geral para a Catequese*. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccclergy/documents/rc_con_ccatheduc_doc_17041998_directory-for-catechesis_po.html.

CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. *Ritual de Iniciação Cristã dos Adultos*. 3ª ed. Lisboa: CEP 2014.

CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. Instrução *Varietates Legitimae* (1994). Disponível em: <https://cdn.dj.org.br/wp-content/uploads/2020/10/A-in-culturacao-Varietates-Legitimae.pdf>.

CONGREGACIÓN MISIONERA DE LAS SIERVAS DEL ESPÍRITU SANTO. *Manual de Comunicación e Tecnología*. Roma: s.ed., 2019.

CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA EVANGELIZAÇÃO. *Directório Geral De Catequese*. Lisboa: SNEC 2020.

DA SILVA, A. *Catequese Digital – Por onde começar?* São Paulo. Paulus, 2021.

DE CARVALHO, H. R. *Espiritualidade do Catequista*. 3º Simpósio Paulus de Iniciação à Vida Cristã. Disponível em: [aves.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Espiritualidade do Catequista .pdf](https://aves.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Espiritualidade-do-Catequista.pdf).

DE SEABRA L. *Mulheres Bíblicas*. Lisboa: Paulus 1996.

ESTRADA, J. *Da salvação a um projecto de sentido. Como entender a vida de Jesus*. Petrópolis: Vozes 2016.

FLÓREZ, G. *Penitencia y Unción de enfermos*. Madrid: BAC 1993.

FLORISTÁN, C. *Catecumenato. História da iniciação*. Petrópolis: Ed. Vozes 1995.

GIRARDI, L. *Liturgia e emozione Atti della XLII Settimana di Studio dell'Associazione Professori di Liturgia Bocca di Magra*. 25-29 agosto 2014. Roma: CLV-Edizione Liturgiche 2015.

GWEMBE, E. *Os antepassados e Jesus Cristo* in Centro de Formação de Nazaré (ed.), *Os antepassados e sua Veneração*, Beira: Centro de Nazaré, 1997.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE TEOLOGIA A DISTÂNCIA. *A Catequese, Plano de Formação*

Catequética. Madrid: s. ed. 1993.

JOÃO PAULO II. *Catecismo da Igreja Católica*. Coimbra: Ed. Gráfica de Coimbra 1993.

JOÃO PAULO II. *Exortação Apostólica ao Episcopado, ao Clero e aos Fiéis de toda a Igreja sobre a catequese do nosso tempo: Catechesi Tradendi* (1979). Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_16101979_catechesi-tradendae.html

KALILOMBE, P. *Os cristãos africanos em relação com o Espírito na Tradição* in Centro de Formação de Nazaré (ed.), *Os Espíritos*, Beira: Centro de Formação de Nazaré 2002.

MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, L. *Dizionario teológico del Catechismo della Chiesa Cattolica*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 1998.

MCKENZIE, J., *Dicionário Bíblico*. S. Paulo: Paulus 2015.

MORO, C. *Fé e Cultura: Desafios de um diálogo em comunicação. Serviço à Pastoral da Comunicação*. São Paulo: Paulinas 2010.

MURAD, A. *Maria Toda de Deus e tão humana. Compendio de Mariologia*. São Paulo: Paulinas 2012.

NOCENT, A. et al. *Os sacramentos. Teologia e História da celebração*. 4ª ed. S. Paulo: Ed. Paulinas 1989.

PAULO VI. *Evangelii Nuntiandi*. Disponível em https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html.

QUEZINI, R. *A Pedagogia da Iniciação Cristã*. S. Paulo: Ed. Paulinas 2013.

REGIDOR, J. *Teologia do sacramento da penitência*. S. Paulo: Ed. Paulinas 1989.

RINCÓN PÉREZ, T. *La Liturgia y los sacramentos en el derecho de la Iglesia*. Pamplona: EUNSA 2007.

ROSATO, P. *Teología de los sacramentos*. Pamplona: EVD 1994.

- SADA, R., MONROY, A. *Curso de Teologia dos sacramentos*. 2ª ed. Lisboa: Editora Rei dos Livros 1991.
- SANTOS, P. *Religiões Tradicionais e o Cristianismo em Diálogo*. Maputo: Noticias 2003.
- SARTORE, D., TRIACCA, A. M., CIBIEN, C. (eds.). *Liturgia (I dizionari)*. s.l.: San Paolo Edizioni 2001.
- SCHEBESTA, P. *Portugal: a Missão da conquista no Sudoeste de África*. Lisboa: Missionários do Verbo Divino 2011.
- SCHILEBEECKX, E. *Cristo o sacramento do encontro com Deus*. Petrópolis: Ed. Vozes 1968.
- SPANDARO, A. *Ciberteologia, Pensar el cristianismo en tiempos de red*. Barcelona: Herder Editorial, 2014.

